Luiz Henrique de Araújo Dutra

Filosofia da Linguagem

FIL5651 - 2013

Luiz Henrique de Araújo Dutra

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

(APOSTILA DA DISCIPLINA FIL5651)

UFSC

2013

© 2013, Luiz Henrique de Araújo Dutra

Este texto é de uso exclusivo na disciplina FIL5651, Filosofia da Linguagem, do Curso de Graduação em Filosofia da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina.

Nenhuma parte deste texto pode ser reproduzida, por quaisquer meios, transmitida, ou utilizada para quaisquer outros fins que o acima indicado sem autorização prévia e expressa do autor e detentor dos direitos autorais.

Sumário

1. Filosofia e linguagem 5
   - 1.1. Linguagem e comunicação
   - 1.2. Os atos de fala
   - 1.3. A semântica filosófica
   - 1.4. Significado, referência e outros temas

2. A linguagem verbal 29
   - 2.1. Signos: ícones, índices e símbolos
   - 2.2. Partes do discurso: termos e frases; nomes e termos gerais
   - 2.3. Enunciados, sentenças e proposições
   - 2.4. *Significação*: sentido, significado e referência
   - 2.5. Termos categoremáticos e sincategoremáticos
   - 2.6. Extensionalidade e intensionalidade
   - 2.7. Dimensões definicional e criterial das teorias da linguagem
   - 2.8. Pragmática e significação

3. Concepções do significado 61
   - 3.1. A concepção referencial
   - 3.2. A concepção ideacional
   - 3.3. A concepção proposicional
   - 3.4. A concepção pragmática

4. Concepções da referência 109
   - 4.1. Descrições definidas
   - 4.2. Designadores rígidos
   - 4.3. Similaridade e modelos

5. Pressupostos, consequências e aplicações 153
5.1. Condições de verificação
5.2. Condições de verdade
5.3. Compromisso ontológico
5.4. Implicações e *implicaturas*
5.5. Metáforas
5.6. Os contextos de comunicação

Referências bibliográficas 203

1

Filosofia e Linguagem

Ao contrário de outras áreas da filosofia, a filosofia da linguagem apresenta uma diversidade de doutrinas, teorias e conceitos que chega a ser desconcertante. Em parte, isso se deve ao fato de que, ao tratarmos da linguagem, estamos lidando com um assunto amplo demais, mesmo quando pretendemos nos restringir àquilo que se denomina tecnicamente *linguagem verbal*, isto é, aquela forma de comunicação que utilizamos quando falamos uma língua natural, ou nela escrevemos, ou então quando empregamos algum jargão ou forma de linguagem especial, como as linguagens formalizadas da lógica. A linguagem é um universo muito complexo e variado de eventos humanos para ser objeto de um único corpo de teoria.

Neste capítulo, de caráter introdutório, vamos comentar alguns aspectos da linguagem verbal que interessam aos filósofos e a outros estudiosos da linguagem humana. O grande tema, por assim dizer, é a significação ou a capacidade que os signos verbais têm de permitir a comunicação e de representar, e, apesar de que por meio da fala possamos fazer mais do que apenas isso, é na significação que se concentra o foco de atenção dos filósofos. Embora seja o objetivo da maioria das teorias filosóficas da linguagem lidar com os aspectos estritamente — ou, pelo menos, mais diretamente — semânticos da linguagem verbal, vamos também comentar brevemente a dimensão mais prática ou ativa — pragmática — do uso da linguagem pelos falantes de uma língua, os *atos de fala* em geral e o que eles nos capacitam a fazer. Há duas razões principais para isso. Primeiro, podemos situar a dimensão propriamente semântica da linguagem verbal em relação a outras de suas dimensões; e, segundo, parte das teorias propriamente semânticas está baseada na

ideia de que os aspectos pragmáticos são determinantes da significação. E, de fato, um recurso à pragmática tem sido uma forma pela qual podem ser superadas determinadas dificuldades das teorias semânticas mais tradicionais.

1.1 Linguagem e comunicação

Além dos filósofos, em especial, linguistas e gramáticos, além de psicólogos e antropólogos, se interessam pelo tema da linguagem. Em cada uma dessas disciplinas, é um ou outro dos aspectos ligados à comunicação humana que está em questão. Vamos tentar elucidar em parte por que os filósofos se interessam pela linguagem e apresentar ao leitor algumas das principais teorias que eles defendem. A partir da época moderna, ao longo dos séculos e, em especial, a partir do início do século XX, proliferaram as teorias da linguagem elaboradas na filosofia. Muitas vezes, elas têm em conta as pesquisas e resultados expressivos alcançados pelos outros profissionais, acima citados, que também se interessam pelo estudo da linguagem humana. Muitas vezes, contudo, as concepções dos filósofos fazem *tabula rasa* de todo esse saber mais técnico, e partem para novas especulações a respeito da linguagem humana. Em geral, as contribuições dos filósofos aos estudos sobre a linguagem são ou muito gerais ou muito específicas, e por isso também é tão desconcertante entrar em contato com suas ideias sobre a linguagem humana.[1]

Desde a época moderna e, em especial, com os desenvolvimentos da lógica no início do século XX, os filósofos acalentaram o ideal de formular os problemas filosóficos em uma linguagem perfeitamente clara, de tal forma que, sendo isso realizável, talvez alguns desses problemas *se desfizessem no ar*, por assim dizer, mostrando-se, na verdade, pseudoproblemas, enquanto outros problemas, por sua vez, que porven-

[1] Uma boa introdução geral ao domínio da linguística e suas conexões com outras áreas que se interessam pelo estudo da linguagem, como a filosofia, se encontra em LYONS, 1968; 1979.

tura viessem a receber uma formulação rigorosa, já teriam assim encaminhada sua própria solução — ou pelo menos sendo passíveis de uma discussão mais proveitosa.

Esse ideal de filósofos como Descartes e Leibniz impulsionou em grande parte os progressos da lógica moderna e suas interações com a linguística no último século, e deu forma a uma das tradições filosóficas mais importantes de hoje, a tradição analítica, para a qual, de maneira geral, não há uma compreensão razoável dos problemas filosóficos que não passe por uma discussão de determinados aspectos da linguagem humana ou mesmo de uma investigação sistemática sobre ela. Assim, tornaram-se célebres filósofos como Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein, Rudolf Carnap, John Austin, Peter Strawson e W. v. O. Quine, entre tantos outros, que são alguns dos mais importantes autores que contribuíram para os estudos da linguagem da parte da filosofia. Os pragmatistas americanos, em especial, C. S. Peirce, John Dewey e George Mead, além de William James e, posteriormente, Charles Morris, estão também entre aqueles que nos legaram discussões que são referência obrigatória sobre o tema da linguagem do ponto de vista dos filósofos.

A filosofia se interessa pela linguagem não apenas em virtude daquele ideal que autores como Descartes e Leibniz nos legaram, mas também porque ela se reconhece como uma atividade essencialmente discursiva que versa sobre práticas humanas que são, todas elas, pelo menos em parte, também atividades discursivas. A filosofia se interessa pela conduta humana, por nossas avaliações do que é certo e errado, do que é belo ou não, do que é verdadeiro ou não, e assim por diante. Nada disso pode ser feito ou avaliado sem o uso da linguagem, obviamente. Entende-se, assim, por que a tradição analítica chegou a conceber a filosofia da linguagem como a própria base de todo filosofar.

Os estudos da linguagem hoje ainda seguem aquela divisão de atribuições e temas feita por Charles Morris ao procurar lançar os fundamentos da *semiótica*,[2] isto é, classificando os problemas a serem tra-

[2] *Cf.* MORRIS, 1975 [1938].

tados nos seguintes subdomínios distintos: a sintaxe, a semântica e a pragmática. O mérito dessa distinção está no fato de colocar uma ordem mínima em nossas investigações sobre a linguagem, pelo menos na filosofia e na linguística. Mas ela não deve ser tomada de forma rígida, sob pena de nos impedir de perceber algo de talvez mais essencial nos fenômenos de comunicação.

A linguagem é, antes de tudo, justamente, um conjunto de fenômenos de comunicação, o que envolve compreensão e implica, portanto, determinada estruturação e certas convenções sem as quais não pode haver comunicação e, portanto, qualquer linguagem eficiente que mereça ser estudada. Basicamente, o que interessa não apenas ao filósofo, mas também aos outros estudiosos da linguagem, é o fato de que nós nos comunicamos por meio de línguas naturais e linguagens artificiais, e que tal comunicação pressupõe uma série de condições e talvez algumas características essenciais, entre elas, possivelmente, nossas capacidades intelectivas. Mas, além disso, a linguagem também é uma série de instituições socialmente construídas e mantidas, instituições que merecem estudo e compreensão, e que têm estado, contudo, além das capacidades do que podemos denominar *semântica filosófica*.

Não há comunicação eficiente sem que determinados símbolos ou marcas sejam social e coletivamente tomadas como portadores de determinadas significações e regidos por regras. As marcas ou signos (que constituem a linguagem verbal da qual especificamente nos ocupamos nos estudos da linguagem) devem ser utilizados segundo determinadas convenções sociais, isto é, determinadas regras aceitas por um grupo de usuários ou falantes. Mesmo que assumidas tacitamente, essas regras precisam ser conhecidas e compreendidas em seus escopos específicos e em suas relações mútuas. Em última instância, coloca-se o problema de saber se elas podem fazer parte de um sistema único, de uma *gramática*, digamos.

Tal sistema, em primeiro lugar, seria a gramática de uma língua particular, ou de uma linguagem artificial particular, como aquelas formas de linguagem elaboradas pelos lógicos e, hoje, pelos profissionais

da informática. Além disso, em última instância, pode-se também colocar o problema se tais gramáticas particulares poderiam ser conduzidas à unidade, a uma espécie de *gramática geral*, que expressasse, por assim dizer, princípios mais gerais de nosso uso de signos verbais. Essas são questões atinentes mais especificamente ao domínio da sintaxe, questões sobre as quais têm se debruçado linguistas e filósofos por décadas. A bem da verdade, devemos reconhecer que as até hoje conhecidas filosofias da linguagem pouco contribuíram para uma elucidação desse aspecto da linguagem. Entre elas é digna de nota a concepção de uma *sintaxe lógica*, que Rudolf Carnap defendeu a partir da Teoria dos Tipos, de Russell, enquanto que, entre os linguistas, temos teorias como a de Noam Chomsky, que encara a questão de forma decidida e consequente, alcançando grande reconhecimento na área.[3]

As marcas ou símbolos que utilizamos em uma linguagem verbal de acordo com determinadas convenções ou regras de nada nos serviriam se não as pudéssemos relacionar com situações no mundo do qual desejamos falar com nossos companheiros falantes da mesma língua ou forma de linguagem. A semântica se ocupa dessa relação entre os símbolos e aquelas outras coisas que, supostamente, eles representam para nós. A maior parte das teorias da linguagem que os filósofos nos oferecem toma em consideração esse aspecto. De forma geral, o que podemos dizer é que os filósofos têm tido uma preferência pela semântica ou por teorias *semânticas* da linguagem. Isso se explica em parte pelas preocupações filosóficas mais gerais que os conduzem às discussões sobre a linguagem, preocupações essas que mencionaremos logo mais.

Essas contribuições podem ser reunidas em dois grandes domínios complementares, que vamos denominar de teorias ou concepções do *significado* e da *referência*, e que são os temas dos capítulos 3 e 4. Em outras palavras, a filosofia da linguagem tem se concentrado naquilo

[3] *Cf.*, respectivamente, CARNAP, 2002 [1937]; RUSSELL, 1996 [1918]; e CHOMSKY, 1969, para uma apresentação mais técnica, e CHOMSKY, 2009 [1965], para uma apresentação mais acessível, inclusive com suas implicações filosóficas.

que podemos chamar de *semântica filosófica*, cujo objeto de estudo é a *significação*.[4]

Entendemos por *semântica filosófica* a investigação que possui dois ramos principais e complementares. Em primeiro lugar, ela se destina a elaborar e defender uma concepção da linguagem verbal, apresentando também as noções mais específicas encontradas nas teorias do significado e da referência. Em segundo lugar, ela pode fundamentar outras pesquisas, em áreas mais especializadas dos estudos da linguagem, inclusive a linguística (mais especificamente, a semântica) e a lógica. As teorias da verdade também entrariam nesse domínio da semântica filosófica, mas não vamos nos ocupar delas aqui especificamente.[5]

Mesmo quando as teorias do significado e da referência são apresentadas de maneira convincente — porque resolvem alguns dos problemas considerados importantes pelos filósofos —, muitas outras questões relevantes ficam de fora de seu escopo. Em parte, essas questões têm relação com as preocupações dos filósofos que estão ligadas aos fenômenos da comunicação, mas que não estão contempladas nos tratamentos mais sistemáticos das teorias do significado e da referência. Em parte, contudo, como no caso das figuras de linguagem, como a metáfora, trata-se de problemas para cuja solução o filósofo não se sente bem preparado. O capítulo 5 trata desses assuntos, a saber, de algumas das principais preocupações dos filósofos em relação à linguagem e

---

[4] Lamentavelmente, não há uniformidade no uso de termos como 'sentido', 'significado', 'referência', 'significação', dentre outros que teremos de empregar de forma mais técnica. Em cada autor ou escola filosófica, há um uso mais ou menos uniforme de alguns desses termos, mas não de maneira inequívoca. O assunto tem sido abordado, porém, sem grande sucesso, pelas diversas obras introdutórias (como, por exemplo, LYONS, 1968; 1979, cap. 9; e ALSTON, 1964; 1972). Faremos algumas escolhas terminológicas necessárias, ainda que elas se desviem às vezes do uso comum, do uso filosófico e do uso mais técnico na linguística e na gramática. Quando necessário, serão dadas explicações em notas de rodapé, algumas vezes, para esclarecer determinadas traduções dos termos empregados pelos filósofos.

[5] Para uma introdução aos temas das teorias da verdade, *cf.* HAACK, 1978; 1998, cap. 7; KIRKHAM, 1995; 2004; e DUTRA, 2001. Tradicionalmente, as teorias da verdade têm sido discutidas em obras de filosofia da lógica, mas o assunto é também claramente de interesse do que denominamos *semântica filosófica*, obviamente, na medida em que as diversas teorias da verdade são elaboradas a partir de determinadas concepções da linguagem.

aquelas consequências e aplicações de suas teorias, assim como alguns dos temas especiais, que não cabem bem em nenhuma das estruturas teóricas oferecidas pelas filosofias da linguagem mais conhecidas e estudadas.

Muitos filósofos se dão conta, contudo, de que alguns dos problemas ditos *semânticos* poderão ser mais bem encaminhados se certos aspectos pragmáticos da linguagem forem considerados. Isto é, os contextos de comunicação e o uso que os falantes fazem dos símbolos têm relevância para aquilo que eles *querem dizer* uns aos outros e, logo, para os aspectos eminentemente semânticos que nos interessam sobre a linguagem. A consciência dessas relações apenas nos mostra, mais uma vez, que a distinção entre sintaxe, semântica e pragmática é artificial em certa medida, e que ela tem um valor mais didático que heurístico. Ou seja, ela mais nos ajuda a ensinar o que já produzimos nos estudos da linguagem do que a investigar os fenômenos ligados à comunicação verbal humana.

Quando uma expressão linguística é utilizada por determinado falante, com certo objetivo, ela pode ser apropriada ou não para alcançar esse objetivo e, nessa classe geral de fenômenos da comunicação humana, entram todos os três aspectos antes mencionados. As noções ligadas a cada uma dessas subáreas (sintaxe, semântica e pragmática), podem nos ajudar em parte a compreender o que acontece — ou o que não acontece — apesar das intenções dos falantes.

1.2 Os atos de fala

A situação mais comum de comunicação por meio da linguagem verbal é utilizando sentenças completas de uma língua natural. Mas, muitas vezes, dependendo do contexto, podemos utilizar partes de sentenças, como determinadas expressões, ou nem terminarmos de proferir uma sentença, e o ouvinte vai entender o que queremos dizer. A forma como sentenças inteiras, gramaticalmente corretas de acordo com a sintaxe de determinada língua, adquirem significação e a forma como suas

partes (palavras, por exemplo, ou locuções, ou sintagmas) também adquirem significação serão temas para os próximos capítulos. Vamos nos concentrar agora apenas no fato de que, quer por meio de sentenças inteiras e gramaticalmente corretas segundo a sintaxe de determinada língua, quer por meio de expressões que não constituem sentenças completas, podemos alcançar um objetivo pretendido de comunicação.

Normalmente, pensamos em situações nas quais um falante descreve para outro determinada cena, ou arranjo de objetos, ou dá uma explicação, ou justifica o que fez ou está fazendo, ou faz um pedido, ou dá uma ordem, ou faz uma pergunta, ou simplesmente expressa um estado emocional seu etc. Se estivermos tratando de sentenças inteiras de uma língua, para simplificar, podemos dizer que nessas diferentes ocasiões, estamos utilizando sentenças *declarativas*, ou *interrogativas*, ou *imperativas* etc. Mas é claro então que, mesmo que utilizemos expressões subsentenciais (no sentido gramatical acima aludido), podemos alcançar os mesmos resultados. E, assim, podemos falar de atos de fala *declarativos*, *interrogativos*, *imperativos* etc. Como veremos no próximo capítulo, ao examinarmos mais de perto a distinção entre as dimensões sintática, semântica e pragmática da linguagem, esses atos de fala a que nos referimos são, de fato, eventos ligados à dimensão pragmática, isto é, ao que o falante faz ou pretende fazer por meio do uso da linguagem verbal; eles estão diretamente ligados aos contextos de fala e podem ser bem compreendidos em relação a tais contextos.

Uma análise mais geral de um ato de fala pode revelar não apenas o que o falante pretende dizer (ou fazer) por meio da expressão linguística que ele profere, mas também os efeitos que seu proferimento provoca no ouvinte ou, em geral, no contexto de fala. Por exemplo, se for o caso de um falante proferir diante de outro “Feche a porta!”, estando os dois próximos de uma porta, normalmente tomamos o episódio como um ato de fala imperativo, no qual foi utilizada uma sentença no modo gramatical imperativo, sendo que o falante, aparentemente, pretende dar uma ordem e espera que seu ouvinte a cumpra, fechando a porta. E é claro que o ouvinte pode ou não cumprir a ordem e realizar ou não

aquilo que o falante dele espera. O pioneiro nesse tipo de análise dos atos de fala foi o filósofo John Austin, e desde suas publicações seminais, o tema se tornou um dos assuntos mais importantes da filosofia da linguagem.[6]

A teoria dos atos de fala, sendo de viés claramente pragmático, transcende os limites da semântica filosófica, no sentido de que essa última se restringe mais propriamente ao tema da significação das expressões de uma língua. Mas uma análise dos atos de fala pode contribuir para a discussão da significação e ser, de fato, a base das discussões semânticas. Mesmo não partindo da concepção de atos de fala devida a Austin, outros filósofos também adotam essa mesma perspectiva *pragmática* ao tratarem da significação, tal como faz, por exemplo, Quine. Nesse caso, presume-se que o exame dos aspectos pragmáticos — do que os falantes pretendem fazer ou fazem e do contexto em que falam — possa contribuir de maneira relevante para entendermos a significação das expressões por eles utilizadas. Essa é uma postura que também adotamos neste livro, como ficará claro nos demais capítulos. E por isso é conveniente aqui essa discussão preliminar sobre os atos de fala.

Austin (1980, cap. 8) introduz uma terminologia técnica para se referir aos três principais aspectos de uma ação realizada por meio da fala ou, mais propriamente falando, uma forma de classificar os tipos de atos de fala. No sentido mais comum, diz Austin, o ato de um falante dizer alguma coisa é o que ele denomina *ato elocutório* (*locutionary*). A ideia básica de Austin — e que dá o título de seu próprio livro que estamos citando — é que dizer algo não é a única coisa que fazemos por meio de palavras, e que, na mesma ação do falante, podemos distinguir o que ele diz do que ele faz ao dizer, além de dizer. Essa análise pode parecer

[6] *Cf.* AUSTIN, 1980 [1962]; *cf.* também a apresentação introdutória desse tipo de análise feita por ALSTON, 1964; 1972. Tendo sido aluno de Austin, o autor que depois desenvolveu outra teoria dos atos de fala e em virtude disso também se notabilizou é John Searle (1969; 1979); *cf.* também SEARLE, 2012, para uma apresentação sintética e didática de sua filosofia da linguagem. Comentaremos nesta seção algumas das ideias de Austin e de Searle sobre os atos de fala.

um tanto abstrata, mas exemplos comuns ajudar a compreender imediatamente a que tipo de coisa se refere Austin.

No exemplo acima, de um falante que diz a seu ouvinte "Feche a porta!", vemos claramente que, além de proferir as palavras (o ato elocutório), esse falante também dá uma ordem a seu ouvinte. É assim que, em outros tipos de situações, independentemente das palavras exatas utilizadas pelos falantes, podemos nos referir a seus atos de fazer perguntas e de respondê-las, de descrever coisas, de fazer promessas, de argumentar, agradecer, exortar etc. Assim sendo, segundo Austin, ao realizarmos um ato elocutório, necessariamente, também realizamos o que ele denomina de *ato ilocutório* (*illocutionary*). Podemos, se quisermos, até dizer que se trata apenas de uma distinção de níveis de abstração pela qual relatamos de maneiras diferentes a ação de dizer do falante; mas a distinção de Austin faz sentido de um ponto de vista teórico.

Contudo, é claro que, além de dizer alguma coisa, o falante provoca — ou pelo menos, normalmente, pretende provocar — algum efeito em seu ouvinte. Em nosso exemplo acima, claramente, o falante espera que o ouvinte obedeça à ordem e feche a porta. Esses efeitos nas ações, sentimentos ou pensamentos da audiência de um falante são o que Austin denomina de *ato perlocutório* (*perlocutionary*). Nesse caso, em virtude do exemplo acima dado, pode parecer que o ato perlocutório é mais claramente distinto do ato elocutório do que é deste último o ato ilocutório. Pois podemos pensar que o ato perlocutório depende do ouvinte ou, talvez melhor dizendo, que é uma ação do ouvinte em resposta ao que o falante diz. Mas não se trata disso. O ato perlocutório acompanha o ato elocutório do falante e é, portanto, também realizado por ele, embora envolva consequências ambientais.

Se retomarmos a ideia central de Austin e examinarmos outro tipo de exemplo, nos damos conta disso mais facilmente. Como dissemos, sua ideia central é que fazemos coisas com palavras além de simplesmente dizer as palavras, mas as fazemos *por meio de dizer* certas palavras. Assim, por exemplo, ao dar nome a um objeto, lugar ou pes-

soa, o falante também profere certas palavras. Um dos exemplos do próprio Austin é de alguém quebrando uma garrafa de champanhe no casco de um navio e dizendo algo como: "Eu batizo este navio de *Queen Elizabeth*". Nesse caso, o efeito sobre a audiência e o contexto todo da fala de dizer isso é o batismo do navio. O falante faz isso *ao proferir as palavras* acima citadas (ato elocutório); com isso, dizemos que ele *batizou* o navio (ato ilocutório); mas, além disso, o efeito sobre a audiência e o contexto de sua fala é que o navio passou a ter um nome próprio, e isso foi feito pelo falante quando disse aquelas palavras (ato perlocutório).[7]

Uma das maneiras pelas quais esse tipo de análise dos atos de fala pode ajudar nas discussões de caráter semântico (aquelas que dizem respeito então à significação das expressões) é que, sendo uma análise do contexto de fala ou comunicação, essa análise pode dirimir dúvidas sobre a significação exata — em certo contexto — do que um falante diz. Por exemplo, suponhamos que em vez de dizer "Feche a porta!", o falante diga a seu ouvinte: "Você não gostaria de fechar a porta?". Nesse caso, embora utilize uma sentença no modo gramatical interrogativo, claramente, o falante pode apenas estar querendo dar uma ordem de forma mais elegante ou delicada, evitando qualquer rispidez que poderia, sendo presumida pelo ouvinte, impedir que ele fizesse exatamente o que o falante dele espera.

Seguindo essas ideias seminais de Austin, Searle (1979, cap. 1) elaborou uma tipologia alternativa dos atos ilocutórios. Ele distingue entre atos (1) assertivos, (2) diretivos, (3) comissivos, (4) expressivos e (5) declarações. Os atos *assertivos* são aqueles que podem ser avaliados em termos de verdade e falsidade, como quando fazemos asserções, descrições, explicações etc. Os atos *diretivos* são aqueles pelos quais damos ordens, fazemos pedidos, convites etc. Os *comissivos* são os que nos comprometem a fazer algo, como quando fazemos uma promessa. Os

[7] Isso envolve, obviamente, o assentimento explícito ou tácito da audiência, embora o ato seja realizado pelo falante. No caso do exemplo mencionado acima, a audiência tem de aceitar que aquele passou a ser o nome do navio. Por isso podemos dizer que, embora realizado pelo falante, o ato perlocutório implica consequências ambientais.

atos *expressivos* são aqueles nos quais expressamos um estado psicológico, como ao nos desculparmos, agradecemos, censurarmos etc. Finalmente, as *declarações* são, segundo Searle, aqueles atos pelos quais criamos uma realidade nova, como quando batizamos alguém ou alguma coisa, nomeamos alguém para um cargo etc.

Essa tipologia de Searle, sua comparação com aquela de Austin, que ela pressupõe, e com outras, assim como a questão se as cinco categorias apontadas por Searle são exaustivas, se elas dão conta de todos os casos, esses têm sido temas de debate na filosofia da linguagem que trata dos atos de fala. Para os propósitos deste livro, contudo, basta notarmos que as teorias semânticas que vamos examinar, mesmo quando são elaboradas em viés *pragmático*, pretendem tratar de algo que, segundo Searle, seria comum a todos esses tipos de atos ilocutórios que ele distingue, e que é seu *conteúdo proposicional*. Assim, segundo essa concepção, os diversos atos ilocutório diferem quanto ao *modo* (ou *força*, para empregarmos um termo técnico tanto de Austin como de Searle), mas, para esse último, não quanto ao conteúdo proposicional, que seria o que está expresso por uma sentença declarativa.

A distinção usual entre proposição, sentença e enunciado será examinada no próximo capítulo, mas, por ora, tomemos apenas um exemplo que ajuda a compreender o ponto de Searle e a relação que isso pode ter com o que se pretende fazer nas teorias no domínio da semântica filosófica que, mais estritamente falando, procuram tratar da significação. Suponhamos que <José fechar a porta> seja o conteúdo proposicional de *que José feche a porta*, comum a diversos atos ilocutórios, como:

(a) José, feche a porta!
(b) José fechou a porta?
(c) José fechou a porta.

O primeiro desses enunciados é uma ordem, o segundo é uma pergunta e o terceiro é uma afirmação. Assim, segundo a tipologia pro-

posta por Searle e a distinção que ele faz entre força (ou modo) e proposição (ou conteúdo proposicional), teríamos algo como:

(a) ORDEM<José fechar a porta>
(b) PERGUNTA<José fechar a porta>
(c) AFIRMAÇÃO<José fechar a porta>

A primeira, a ordem, é um ato diretivo, segundo Searle, e a terceira, um ato assertivo. Não é muito claro, contudo, a qual das cinco categorias corresponderia a segunda, a pergunta, mas Searle acredita que pode acomodar a situação. A solução mais provável é que ela também seria um ato diretivo, pois, supostamente, pede uma resposta do falante, embora essa solução seja problemática, como têm observado alguns de seus críticos.

De qualquer forma, esse tipo de análise nos mostra o foco das atenções das teorias da significação, que seria o que haveria de comum aos três casos acima, isto é, a proposição. No caso, contudo, de tomarmos palavras isoladas, como veremos, tal significação seria, obviamente, a referência do termo, e não uma proposição.

1.3 A semântica filosófica

Consideremos então algumas das principais questões que motivam o filósofo a estudar a linguagem humana e a elaborar teorias da significação.

Tomemos, por exemplo, palavras comuns, como 'livro', 'computador' etc., que são utilizadas normalmente para indicar determinadas coisas. Enquanto cada livro ou computador individual (que supomos serem membros dessas respectivas classes) é um objeto físico ou material, a própria classe que os reúne não pode ser. Costumamos dizer que objetos como classes são abstrações ou entidades abstratas. Mas então uma questão metafísica que se coloca para o filósofo é se as classes ou entidades abstratas em geral existem, isto é, se elas são parte do mesmo

mundo que contém os indivíduos particulares que são seus membros, como os livros e computadores individuais — coisas que podemos localizar no espaço e no tempo. As classes e outras entidades abstratas não podem ser localizadas no espaço e no tempo. Se pudessem, isso seria um argumento em favor de sua existência, obviamente, assim como no caso dos corpos materiais.

Outras coisas abstratas que levantam o mesmo problema são aquelas propriedades que atribuímos às coisas. Suponhamos diversos corpos materiais brancos. Dizemos que a *brancura* é uma propriedade dessas coisas, e que, portanto, os termos 'branco' e 'brancura' se referem a tal propriedade. Mas, tal como no problema anterior com as classes, embora tenhamos diversas coisas brancas, isto é, que exibem essa propriedade, coisas essas que também se localizam no espaço e no tempo, a propriedade em si também não poderia se localizar no espaço e no tempo, rigorosamente falando, e parece também ser abstrata. De fato, podemos assimilar esse problema ao anterior, e dizer que 'branco' e 'brancura' se referem à classe das coisas brancas. Entretanto, assimilando esse problema ao anterior ou não, temos a mesma questão de saber de que forma existiria uma propriedade.

A polêmica filosófica entre os realistas platônicos — para os quais tais entidades que consideramos abstratas existem e se localizam em outro mundo, aquele que Platão denominava o mundo das Formas eternas — e os nominalistas, que negam tal tese, toma esses problemas ontológicos pelo viés da linguagem. Isto é, enquanto que, para os realistas, palavras como 'livro', 'computador', 'branco', 'bom' etc. são nomes de coisas que existem nesse outro mundo, tão real quanto o nosso, para os nominalistas, são apenas palavras ou nomes; e as coisas correspondentes não existem. Entre o realismo platônico e um nominalismo extremo, pode haver formas intermediárias mais moderadas. Mas, de maneira geral, a questão para todos os nominalistas é explicar como podemos continuar utilizando determinados termos se eles não se referem a coisas reais, isto é, se eles não são nomes genuínos. Sem uma solução para esse problema, teríamos de conviver com a incômoda situação de

utilizar palavras sem significação (sem denotação ou referência) que, no entanto, são eficientes na comunicação. E por isso, soluções alternativas foram buscadas, algumas das quais vamos comentar no capítulo 4, sobre as concepções da referência, assim como no capítulo 5, ao discutirmos o critério de compromisso ontológico.

Questões ontológicas como as acima mencionadas não são as únicas que motivam os filósofos a se dedicarem ao estudo da linguagem. Outro domínio que notoriamente tem levado os filósofos a elaborar teorias sobre a linguagem é aquele dos estudos formais, mais exatamente, a matemática, a lógica e uma parte da linguística.

Grande parte da filosofia da matemática a partir do início do século XX tomou o caminho de tentar resolver seus problemas em viés linguístico, isto é, aproximando as questões relativas aos fundamentos da matemática daquelas a respeito da significação de termos e sentenças. Um exemplo à mão é o das próprias classes, que mencionamos acima. As classes e conjuntos, além de figuras geométricas, números etc., são algumas daquelas entidades abstratas das quais se ocupam os matemáticos. Ora, para todas essas coisas, temos nomes, e há sentenças que procuram descrever suas propriedades. Quando dizemos, por exemplo, "2 é o único número primo par", desejamos saber se a sentença aí empregada é significativa, isto é, se ela fala de uma propriedade real de algo existente, e se, portanto, '2', 'número', 'par' e 'primo' são termos que também possuem significação.

Entretanto, nesse domínio, esses problemas que, no fundo, são os mesmos problemas ontológicos antes mencionados, não são os únicos. A matemática, a lógica e certas partes mais formalizadas da linguística lidam com determinadas *operações*, digamos, que são descritas como a aplicação de certas *regras*, como as regras de dedução dos diversos cálculos. Ora, tais regras são apresentadas por meio de proposições e sentenças, seja de uma língua natural, seja de uma linguagem formalizada. Uma questão que pode e tem sido colocada é se essas regras constituem uma espécie de estrutura abstrata, uma *gramática*, digamos. Se for assim, em que medida tais sistemas sintáticos ou gramáticas exibem

propriedades da linguagem humana em geral? Essa é uma das questões que têm conduzido os profissionais dessas áreas formais a se interessarem pela filosofia da linguagem.

Os problemas que os estudos formais podem apresentar e, assim, levar às teorias da linguagem, não são apenas de caráter sintático, mas têm sido também, em grande medida, de caráter semântico. Quando temos, por exemplo, um cálculo e uma linguagem de primeira ordem, como aquela da lógica clássica, podemos provar teoremas, e esses procedimentos, por assim dizer, exibem determinadas propriedades sintáticas de tal linguagem; mas não sabemos como aplicar ou utilizar tal cálculo como ferramenta para o entendimento de determinadas partes do discurso comum, elaborado em uma língua natural. É preciso apresentar então uma interpretação dos termos e sentenças daquela linguagem formalizada. A forma padrão de providenciar interpretações desse tipo, segundo os lógicos, é aquela conhecida como a apresentação de modelos ou estruturas conjuntistas, por exemplo, associando um predicado a uma classe de indivíduos. Mas, além dos chamados termos não lógicos, é preciso interpretar também os próprios termos lógicos daquela linguagem formalizada, como variáveis, quantificadores etc.

Uma questão mais geral que tem sido de interesse dos lógicos, por exemplo, é se as linguagens formalizadas e cálculos que eles elaboram são capazes de *arregimentar* (para utilizarmos um termo mais técnico da área) parte da linguagem natural ou dos discursos feitos por meio de uma língua natural. Por exemplo, o quantificador universal, ∀, traduz correta e inequivocamente os termos 'todo' e 'todos' do português? O operador binário ⊃, conhecido como implicação material, traduz correta e inequivocamente o esquema 'se..., então...'? Tem sido opinião corrente dos lógicos desde os inícios da lógica moderna que essas traduções são indeterminadas, isto é, que o uso de tal simbologia e de linguagens artificiais não elimina a ambiguidade que há nas expressões da linguagem natural, havendo também certa ambiguidade das próprias expressões pertencentes às linguagens formalizadas. Dessa forma, a

filosofia da linguagem poderia nos socorrer não apenas na compreensão das propriedades e da natureza da linguagem comum, mas também das linguagens formalizadas e das possíveis traduções entre elas, dos próprios procedimentos de arregimentação.

A arregimentação ou formalização de que estamos falando é, afinal, uma forma de tradução, e esse é um domínio que tem despertado também o interesse pela filosofia da linguagem ou conduzido a questões típicas desse domínio. Quando traduzimos um discurso ou texto de uma língua natural para outra, muitas vezes, há problemas intricados, mas, de um modo ou de outro, as traduções são feitas (mal ou bem feitas), e, por assim dizer, uma comunicação entre falantes de diferentes línguas naturais acontece. Uma das questões que têm sido debatidas pelos filósofos é a da indeterminação dessas traduções. Ora, há aqueles que defendem a posição de que todas as nossas traduções são necessariamente indeterminadas. Mas se é assim, isso pode depender da própria natureza da linguagem humana em geral, ou não. Entretanto, por outro lado, mesmo indeterminadas, se as traduções são possíveis, isso também pode se dar em virtude de alguma propriedade ou mesmo de uma suposta natureza da linguagem humana em geral.

O próprio fato de que há evidentes *parentescos* entre as línguas naturais, o que nos permite fazer uma comparação entre elas e estabelecer grupos, famílias de línguas etc. (como a linguística e a gramática históricas e comparativas têm feito) pode nos conduzir a especular sobre alguma propriedade ou natureza da linguagem humana em geral que, por assim dizer, se espelharia em tais relações sintáticas e semânticas entre as diferentes línguas. Alguns chegam a postular a existência de uma espécie de *gramática geral* ou *universal*, digamos, que seria mais profunda que as gramáticas das línguas particulares e que, na verdade, daria origem a tais gramáticas particulares; esse é o caso de Chomsky, autor já mencionado. Ora, aqui, aparentemente, transcendemos os limites de uma mera teoria empírica das línguas, e entramos em um domínio que parece muito mais próprio da filosofia da linguagem.

Alguns problemas epistemológicos também podem motivar o interesse pela filosofia da linguagem, como tem sido comum, sobretudo naqueles autores que se ligam à tradição analítica no século XX. A legitimidade de alguns problemas filosóficos tradicionais e de alguns problemas levantados pelas ciências modernas tem sido também um tema que motiva o filósofo a recorrer a certas teorias da linguagem. Reaparece aqui o ideal de que, se tivermos uma linguagem perfeitamente clara e sem ambiguidade, na qual possamos formular todas as questões claramente, seremos conduzidos então a perceber ou que estamos diante de um falso problema, ou que o problema é cognitivamente relevante e pode ser resolvido. Os próprios temas da metafísica tradicional, entre eles, aquelas questões ontológicas que mencionamos acima, têm sido objeto de um exame desse tipo. Alguns defendem mesmo a noção de que existiria certo *enfeitiçamento* da linguagem sobre nós, levando-nos a nos ocupar de problemas que não têm relevância cognitiva, isto é, de questões que não dizem respeito à realidade. Talvez nossa linguagem seja adequada para expressar as circunstâncias da experiência comum, mas não, por exemplo, algum domínio de existência que transcenda aquele, como alguns filósofos, de fato, têm defendido. Entre esses supostos domínios transcendentes e, logo, impossíveis, de investigação, estaria não apenas grande parte da metafísica tradicional, mas também algumas partes das próprias ciências atuais, em especial, quando pretendem elas falar daquilo que não é observável.[8]

Em particular, um domínio que tem despertado o interesse dos filósofos é aquele das discussões acerca da mente humana. Aqui, as questões são de caráter em parte metafísico, em parte epistemológico, mas também têm a ver com aspectos do comportamento humano, especialmente, o comportamento verbal. Há hoje uma grande variedade de teorias sobre a natureza do mental, desde aquelas que procuram identi-

[8] O tema do enfeitiçamento da linguagem se tornou comum desde as considerações mais radicais de Wittgenstein, no que ele foi seguido por muitos, em especial, por aqueles que desejavam criticar a metafísica tradicional. Sobre esse ponto, que será discutido no capítulo 5, *cf.*, por exemplo, CARNAP, 1959, e CARNAP, 2003b.

ficar o que seria a mente com determinadas estruturas neurofisiológicas de nosso sistema nervoso central (ou, de forma resumida, com o cérebro), até aquelas que, de alguma maneira reformada, tentam recuperar noções ainda aparentemente corretas do mentalismo tradicional, não mais como um mentalismo de substância, digamos (no sentido de que o mental seria feito de uma coisa ou estofo diferente do resto do mundo material), mas como um mentalismo ou dualismo de conceitos, passando por posições que poderiam ser consideradas intermediárias ou alternativas, como as teorias behavioristas e certas formas de intencionalismo.[9]

O caráter intencional dos eventos mentais — hoje, um ponto pacífico na filosofia da mente — tem sido um tema de discussão que ocasiona particularmente o recurso a certas teorias da linguagem. Há divergências quanto à interpretação do que seria tal caráter intencional dos eventos mentais, mas é comum que se faça a ligação entre isso e determinados aspectos da linguagem humana. Em primeiro lugar, a própria linguagem é vista como um domínio de eventos mentais, obviamente. Mas, além disso, o fato de que os eventos mentais sejam sempre eventos voltados para outros (isto é, intencionais) coloca o problema da interpretação das expressões que dizem respeito a tais eventos.

1.4 Significado, referência e outros temas

Nesses comentários mais gerais sobre os focos de interesse dos filósofos nos temas relativos à linguagem, nem sempre identificamos os autores de cada tese, ou noção, ou concepção. Nos próximos capítulos, contudo, suas posições serão claramente identificadas e comentadas, permitindo aprofundar mais o estudo desses pontos e de outros. De forma geral,

[9] A relação entre mente e linguagem é um tema também clássico não apenas na filosofia, mas também na psicologia e na linguística. A esse respeito, é representativa a teoria de Chomsky (2009), já mencionada. Alguns filósofos também se notabilizaram por tratar de forma mais estreita da relação entre mente e linguagem, entre eles, por exemplo: John Searle (1983; *cf.* também SEARLE, 2012); Donald Davidson (1980); e ainda Charles Morris (1955) e, na tradição behaviorista em psicologia experimental: B. F. Skinner (1992 [1957]).

devemos enfatizar mais uma vez que a maior parte das discussões na filosofia da linguagem tem como interesse principal problemas semânticos, mesmo que a divisão seja até certo ponto apenas didática e que os aspectos semânticos não possam, de fato, ser inteiramente separados dos sintáticos e dos pragmáticos, como vimos na breve discussão, acima, sobre os atos de fala. Em certa medida, nossos comentários mostram por que os interesses dos filósofos ao discutirem a linguagem recaem na maior parte das vezes em problemas semânticos, mas outras vezes é um recurso aos outros aspectos que permite avançar a discussão.

O capítulo 2 tem objetivo também introdutório, e retoma de maneira mais sistemática parte dos pontos acima levantados, entre outros, com a intenção de fazer as elucidações conceituais ou de vocabulário que permitirão um estudo mais proveitoso das teorias que serão examinadas nos outros capítulos.

O capítulo 3 é dedicado às principais concepções do significado das sentenças, ainda que a distinção entre termo e sentença não seja uma questão pacífica. A concepção referencial é uma daquelas consideradas tradicionais, e vamos examiná-la a partir das ideias de John Stuart Mill. A concepção ideacional, que se encontra, por exemplo, no filósofo empirista moderno John Locke, é tomada hoje também como uma concepção tradicional, uma daquelas para as quais se pretende oferecer alternativas melhores. Dois desses grupos de concepções alternativas serão consideradas, aquelas que podemos denominar *proposicionais*, em especial tal como Russell e o primeiro Wittgenstein defenderam no período de seu atomismo lógico, e as concepções que denominamos *pragmáticas*, sendo que as mais conhecidas e discutidas são as dos pragmatistas americanos Dewey, Mead e Morris; aquela contida nas *Investigações* do segundo Wittgenstein; e as de Austin e Quine. Vamos examinar uma versão da concepção pragmática inspirada sobretudo nas ideias de Dewey e de Quine.

O capítulo 4 é dedicado às concepções da referência dos termos. Em especial, dois problemas são visados por essas concepções, a saber, os nomes próprios e os termos gerais e universais, como aqueles para

espécies naturais. Começaremos com a teoria de Russell das descrições definidas, e depois examinaremos as teorias de Kripke e Putnam, dos designadores rígidos. Por fim, veremos também uma concepção pragmática que, por sua vez, enfatiza a noção de modelo e o relaciona com a de sentido ou de significação intensional.

O capítulo 5 trata de uma série de questões que não se enquadram muito bem nem nas teorias do significado, nem nas teorias da referência, como o tema das figuras de linguagem. Também retoma algumas das questões filosóficas que já comentamos. Em parte, ao examinar tais temas, estaremos falando de consequências e aplicações das teorias da linguagem antes examinadas, em parte, de alguns de seus pressupostos. Uma parte das concepções então examinadas resgata determinados aspectos que as discussões mais especializadas das teorias do significado ou da referência deixam escapar.

Nesses capítulos, procuraremos também examinar em certa medida não apenas de que maneira a filosofia da linguagem poderia contribuir para as outras áreas da filosofia, como a metafísica, a lógica, a teoria do conhecimento etc., mas também de que forma alguns resultados relevantes dessas áreas poderiam ajudar nas discussões em filosofia da linguagem. No final de todos os capítulos, há questões para ajudar a recapitular os assuntos tratados e leituras complementares recomendadas.

Há diversas concepções ou teorias que deixamos de lado, e muitos autores que não são mencionados e que deram contribuições de valor aos estudos em filosofia da linguagem. Um livro introdutório sempre faz escolhas drásticas, mas procura não deixar de fora nada que seja mais ou menos de consenso geral na área. Entretanto, na filosofia da linguagem, esse é um objetivo mais difícil de alcançar do que em outras partes da filosofia. De qualquer maneira, uma boa parte das contribuições mais relevantes dos filósofos nas discussões de aspectos da linguagem humana pode ser encontrada nos próximos capítulos, e pode despertar o interesse daqueles que vão se aprofundar em um tema ou outro, sobre uma ou outra dessas concepções e teorias.

* * *

Questões sobre o capítulo 1

1. Qual é a finalidade que o filósofo vê em uma possível linguagem perfeitamente clara?
2. Descreva de maneira geral e breve os aspectos da linguagem ligados à sintaxe, à semântica e à pragmática.
3. Por que podemos dizer que, na grande maioria dos casos, as filosofias da linguagem conhecidas são *semânticas filosóficas*?
4. Explique o que são, segundo Austin, os atos elocutórios.
5. Explique o que são, segundo Austin, os atos ilocutórios.
6. Explique o que são, segundo Austin, os atos perlocutórios.
7. Dê exemplos relativos à tipologia alternativa de Searle dos atos ilocutórios.
8. O que, segundo Searle, haveria de comum entre diferentes atos ilocutórios e o que os diferenciaria?
9. Qual é o objetivo principal de uma teoria da referência ou denotação?
10. Qual é o objetivo principal de uma teoria do significado?
11. Dê exemplos de problemas ontológicos para cuja solução a filosofia da linguagem poderia ajudar.
12. Dê exemplos de problemas que provêm da matemática e da lógica para cuja solução a filosofia da linguagem poderia ajudar.
13. Dê exemplos de problemas epistemológicos para cuja solução a filosofia da linguagem poderia ajudar.
14. Por que a filosofia da linguagem possui certa relação com a filosofia da mente?
15. Por que a linguagem verbal da qual se ocupam as filosofias da linguagem deve ser compreendida em primeiro lugar como um fenômeno de comunicação?

Leituras recomendadas

ALSTON, 1972: Introdução.
SEARLE, 2012: O que é a linguagem: algumas observações preliminares.
QUINE, 1980f: Objetos proposicionais.

Atividade

Com base no estudo deste capítulo, inclusive a leitura de alguns dos textos acima recomendados para leitura complementar e nas respostas dadas às questões acima propostas, procure dissertar sobre os seguintes temas:

(A) A importância de uma análise dos atos de fala para a discussão dos temas da semântica filosófica.
(B) Questões ontológicas e epistemológicas envolvidas pelas teorias semânticas da linguagem.

2

A Linguagem Verbal

Os filósofos da linguagem empregam diversas noções que têm origem nas áreas conexas, como a lógica, a linguística etc., e determinados termos de uso mais técnico, com origem seja nas áreas conexas, seja em outros ramos da filosofia. Este capítulo, em suas primeiras seções, tem como um de seus objetivos colocar uma ordem mínima na utilização desses termos e, com isso, fazer uma primeira elucidação sobre algumas noções necessárias para o acompanhamento das discussões dos próximos capítulos. De fato, algumas das noções a que nos referimos serão mais bem compreendidas apenas na medida em que examinarmos as teorias da linguagem que as empregam, muitas vezes, reelaborando-as.

Um segundo objetivo deste capítulo, a ser alcançado nas duas últimas seções, é o de procurar traçar antecipadamente uma espécie de roteiro para orientar o leitor nas discussões dos outros capítulos. Como não temos a pretensão de alcançar qualquer neutralidade em relação às diversas teorias da linguagem que serão apresentadas depois, e que procuraremos também avaliar criticamente, é preciso que já indiquemos o ponto de vista geral que será adotado aqui, embora não tenhamos o propósito de elaborar uma teoria alternativa, detalhada e completa, àquelas que serão apresentadas e, em certa medida, criticadas. Se por um lado, as criticamos em parte, por outro, também concordamos com algumas delas em parte, e esse é o caso, em especial, das concepções de linguagem que adotam um ponto de vista pragmático.

Deste modo, a perspectiva que vamos adotar, como já deixamos claro no capítulo anterior, deve muito às concepções de linguagem de autores como John Dewey, o segundo Wittgenstein (nas *Investigações*

filosóficas),[10] e Willard v. O. Quine, mesmo que não estejamos dispostos a subscrever todas as suas teses sobre a linguagem humana. A nosso ver, o que há em comum nessas filosofias da linguagem é a perspectiva pragmática ou, na forma como preferirmos colocar esse ponto, a ideia de que a linguagem verbal humana que a filosofia da linguagem deseja compreender é, antes de tudo, uma classe de eventos de comunicação entre falantes de uma língua natural. Ora, tal como Dewey enfatiza em seu livro *Experience and Nature*,[11] um evento de comunicação é um tipo de evento em que dois ou mais falantes colaboram entre si com vistas a um fim determinado.

Adotando esse ponto de vista, o percurso que desejamos fazer nos demais capítulos é aquele de procurar mostrar ao leitor que, partindo de concepções mais metafísicas e intelectualizadas da linguagem humana e seus papéis nos negócios humanos, chegamos a concepções naturalizadas e menos idealizadas da linguagem. Essas concepções, que são aquelas que, a nosso ver, adotam a perspectiva pragmática para tratar das questões ligadas à significação, procuram compreender a linguagem em seu uso, quando determinados falantes de uma língua se comunicam.

De um ponto de vista naturalista e pragmático, a linguagem verbal humana é uma coleção de símbolos ou signos, isto é, objetos que adquirem significação por meio da própria prática de comunicação. A questão para a semântica filosófica é como tais objetos alcançam significação e a capacidade de representar outras coisas para seus usuários. Comecemos então por examinar a própria noção de signo.

2.1 Signos: ícones, índices e símbolos

Charles Sanders Peirce, um dos autores mais importantes para as novas discussões filosóficas sobre a linguagem, propõe diversas caracterizações, definições e tipologias dos signos, entendendo pelo termo

[10] *Cf.* WITTGENSTEIN, 2001 [1953]; 1980.
[11] *Cf.* DEWEY, 1997 [1925]; 1980, cap. 5.

'signo' a categoria mais geral, isto é, a forma de representação que liga certo *objeto* (o signo justamente) com um segundo objeto e com um intérprete, para quem o signo representa o segundo objeto.

O signo é um objeto no sentido físico mais geral, isto é, ele pode ser um corpo material, algum acontecimento ou determinada qualidade ou propriedade de um corpo ou de um acontecimento. A tipologia de Peirce que ficou mais conhecida foi aquela que separa os signos nos seguintes três tipos fundamentais: (1) ícones, (2) índices e (3) símbolos. Assim como aquela distinção de Morris entre sintaxe, semântica e pragmática, que mencionamos antes e à qual retornaremos na parte final deste capítulo, essa tipologia de Peirce tem sido amplamente aceita e citada nos estudos da linguagem.[12]

Por *ícone* Peirce compreende aquele tipo de signo que se refere a determinado outro objeto em virtude de alguma semelhança entre eles. O exemplo clássico é o retrato de uma pessoa. Por sua vez, o *índice* é aquele signo que se refere a outro objeto em virtude de uma conexão factual entre eles (conexão que pode ser de natureza causal). Aqui, os exemplos típicos são: a fumaça vista de longe como índice de uma fogueira, a alta temperatura do corpo como índice de uma infecção etc. Por fim, o *símbolo* é aquele tipo de signo que se refere a outro objeto em virtude de um hábito, norma ou convenção da parte do intérprete. E o melhor exemplo desse tipo de signo é justamente uma expressão da linguagem verbal que encontramos em uso pelos falantes de uma língua natural.

Peirce, Morris e outros autores que discutem essa distinção e procuram elucidá-la, assim como levantar determinados problemas a que ela pode conduzir, discutem também se poderia haver signos isolados, isto é, objetos que possam ser considerados *signos* sem estarem relacionados com outros, igualmente considerados signos. As opiniões

[12] Peirce menciona essa tipologia em alguns de seus textos, sendo as passagens mais conhecidas e citadas aquelas existentes no segundo volume de seus *Collected Papers* (PEIRCE, 1932: CP 2.228, CP 2.229), assim como no quinto volume (PEIRCE, 1935: CP 5.473).

divergem e não vamos procurar chegar a uma conclusão a esse respeito, já que esse ponto não é tão fundamental para nossas outras discussões. Entretanto, devemos assinalar que a questão tem alguma importância do ponto de vista pragmático que desejamos adotar. Adotando essa perspectiva, parece certo que não há nenhuma forma de linguagem humana mais desenvolvida — inclusive e especialmente as línguas naturais — na qual os signos sejam dados isoladamente, embora talvez seja mais difícil supor que o mesmo valha para ícones e índices. Mas, por outro lado, não é difícil argumentar que também esses dois tipos de signos ocorram sempre em conjunto.

Suponhamos o caso em que tomamos a temperatura indicada num termômetro como índice de uma infecção no organismo de determinada pessoa. É preciso, obviamente, pressupor uma série de conhecimentos sobre o funcionamento desse pequeno dispositivo e sobre o funcionamento do próprio organismo humano para que faça sentido tomar a temperatura de um termômetro como índice de infecção. E todo esse conhecimento, em parte, se expressa em outros índices semelhantes, como uma lâmpada acesa como índice de que há corrente elétrica nos cabos a que essa lâmpada está conectada, o ruído de passos perto da porta de nossa casa como índice de que alguém se aproxima e outros exemplos, como aquele da fumaça como índice de fogo em alguma parte. Se um desses casos pode ser considerado índice, os outros também podem necessariamente. Se um deles não pode, necessariamente, os outros também não. Em última instância, podemos dizer que há toda uma visão do funcionamento do mundo que é pressuposta no ato de tomar um evento (a temperatura marcada no termômetro) como índice de outro (a infecção).

Não é preciso, obviamente, pressupormos também que todos esses índices cheguem a constituir uma espécie de *língua do mundo*, ou linguagem na qual a realidade se nos dá a conhecer. Isso seria uma pressuposição extremamente onerosa do ponto de vista metafísico e muito pouco plausível de um ponto de vista naturalista e pragmático. Mas, por outro lado, desse último ponto de vista, o fato de que determinados in-

divíduos humanos tomem um caso como o do termômetro (isto é, a relação temperatura-infecção) como um caso de índice não pode ser único. Esses mesmos indivíduos são, com certeza, propensos a também tomar os outros casos, de outras relações factuais (como fumaça-fogo, lâmpada-eletricidade etc.), como casos de índices.

Essa mesma forma de argumentar, com adaptações, nos parece adequada para o caso dos ícones. Também eles, aparentemente, teriam de ser dados com conjunto, não no sentido de constituírem espontaneamente também uma espécie de *linguagem icônica*, mas como uma série de casos que, sendo um deles aceito, os outros também teriam de ser, e, inversamente, se um deles não puder ser considerado um ícone, os demais também não poderiam. Nos casos de ícones e índices, do ponto de vista pragmático, o que está em questão a respeito dos primeiros, é a relação de semelhança e, no caso dos segundos, são as diversas relações factuais possíveis no mundo que conhecemos.

Essa discussão também poderia ser feita em viés evolutivo. Podemos levantar a hipótese de que não desenvolvemos linguagens de ícones e de índices porque encontramos uma forma mais sofisticada e eficiente de linguagem. Melhor dizendo, a partir de símbolos, foi mais conveniente — e evolutivamente mais eficiente — desenvolvermos linguagens simbólicas. Ora, as linguagens simbólicas que conhecemos em primeiro lugar são as línguas naturais. Com certeza, as línguas naturais surgiram e se desenvolveram graças a determinadas particularidades do organismo humano, como a variedade de sons que nosso aparelho fonador é capaz de produzir. Mas, em princípio, nada parece impedir que línguas com outros tipos de signos sejam possíveis. A existência hoje de diversas línguas de sinais (para surdos-mudos) é uma evidência disso. Embora tais línguas de sinais sejam hoje, na verdade, linguagens também simbólicas, elas tiveram origem em determinados gestos que possuem um parentesco forte, em seus primeiros usos, com ícones e índices. E, de fato, é pertinente também pensarmos assim dos sons que, antes de serem sistematizados em línguas naturais, talvez fossem para os seres humanos formas mais rudimentares de comunicação.

De qualquer maneira, numa língua natural, mais uma vez, os símbolos utilizados são sempre apresentados *em bloco*, por assim dizer, isto é, como estruturas definidas e que podem ser descritas por meio de normas, especialmente, regras gramaticais. E mesmo que questionemos o argumento acima sobre a impossibilidade de ícones e índices dados isoladamente, é esse tipo de linguagem — constituída de símbolos — que tomam em consideração lógicos, linguistas e filósofos, além de outros estudiosos da linguagem. E, obviamente, é sempre a esse tipo de linguagem que vamos nos referir em todas as discussões deste e dos demais capítulos. Mesmo quando empregarmos termos mais gerais, como 'signo', é ao tipo de símbolo que encontramos nas línguas naturais e suas extensões e derivações (como em dialetos técnicos e linguagens formalizadas) que vamos nos referir. Nas línguas naturais, há uma grande variedade de categorias sintáticas que conduzem aos problemas abordados pelas filosofias da linguagem. Vamos começar nossas discussões tentando identificar algumas delas nas próximas seções.

Antes, vale enfatizarmos um dos aspectos da compreensão peirciana do signo, que é o fato de que um signo estabelece para um intérprete (ou falante de uma língua) uma relação com outro objeto. Esse último pode não ser um objeto ou evento material, dado no espaço e no tempo, mas o signo necessariamente é um objeto ou evento material, mesmo que ele não possa ser um signo a não ser quando tomado pelo intérprete como indicativo de outra coisa. Isso significa, em outras palavras, que nenhum objeto é um signo por si só, mas apenas na medida em que é tomado por alguém como representação de outra coisa. Assim, em última instância, a noção de signo é uma noção relacional. Voltaremos a discutir esse aspecto na última seção deste capítulo, quando retomarmos a distinção devida a Morris entre sintaxe, semântica e pragmática.

2.2 Partes do discurso: termos e frases; nomes e termos gerais

Como estamos falando da linguagem verbal, lidamos com certa diversidade de expressões ou signos, alguns simples, outros complexos; e a própria distinção entre signos simples e complexos pode ser problematizada. Tomemos, por exemplo, um termo do português que é compreendido normalmente como uma palavra: 'fogo'.[13] Se esse signo ou conjunto de caracteres escritos for tomado do ponto de vista semântico como uma palavra da língua portuguesa, supõe-se que ele denote certo tipo de ocorrência ou fenômeno físico, exatamente aquele que denominamos *fogo*. Entretanto, diante de uma fogueira, por exemplo, seria ambíguo o que diria um falante do português para outro, ao dizer: "Fogo".

A hipótese mais simples, digamos, seria aquela segundo a qual o falante que diz "Fogo" está nomeando aquele objeto ou fenômeno natural ou físico. Mas, independentemente dessa denotação específica que podemos supor nesse caso, o falante pode estar conferindo ao que ele diz alguma significação especial, que não se comunica clara e simplesmente por meio do uso daquela expressão. Ele pode estar dizendo que o fogo é bonito, que é agradável, que é fascinante, e assim por diante; e pode também, simplesmente, estar repetindo mecanicamente o nome que convencionalmente damos àquele fenômeno físico. A conotação em que o falante emprega a expressão é, à primeira vista, *opaca* e *indeterminada*, digamos, para empregarmos termos devidos a Willard van O. Quine.

Uma situação muito diferente, e de interpretação mais fácil, seria aquela em que um falante utilizasse a mesma expressão diante de uma

[13] Em conformidade com o uso comum entre lógicos e filósofos (pelo menos, na tradição analítica), vamos utilizar as aspas simples (como em 'fogo', 'a água está quente' etc.) para indicar ou mencionar expressões (palavras, sentenças etc.). Além disso, vamos utilizar as aspas duplas para indicar situações de uso (proferimentos ou enunciados) nos quais as expressões são utilizadas (como no exemplo: Ele me disse "jogue água sobre o fogo"). Para uma elucidação sobre a noção de proferimento, enunciado ou uso de um signo, *cf.* abaixo, neste capítulo.

casa em chamas, dizendo: “Fogo!” Aqui, claramente, ele estaria alertando os outros para o perigo, para a necessidade de socorro etc. Existiria ali também certa opacidade e certa indeterminação sobre o que ele realmente quereria dizer, mas, por outro lado, haveria hipóteses de interpretação mais prováveis. Uma situação, digamos, intermediária seria aquela em que um falante dissesse “Fogo” para um companheiro de bar, segurando um cigarro entre os dedos, pois não seria difícil interpretar o que ele diz, embora continue a ser difícil assimilar a expressão utilizada ou a uma sentença, ou a uma palavra, havendo, portanto, também certa indeterminação e opacidade.

Na primeira das situações acima descritas, o mais provável é que o falante esteja empregando a expressão como uma palavra (ou nome) de uma coisa ou fenômeno. Nas duas outras situações, diferentemente, o mais provável é que ele esteja empregando a mesma expressão como uma frase ou sentença, ou pelo menos como um substituto para uma sentença, um substituto que, dado o contexto, alcance o mesmo objetivo. Do ponto de vista pragmático, todas essas situações são facilmente compreensíveis. Do ponto de vista sintático, contudo, não é tão simples assim. E a dificuldade aqui também se mostra do ponto de vista semântico.

Para a sintaxe, ‘fogo’ é uma palavra, embora, em determinadas ocasiões, como nas duas últimas das circunstâncias antes mencionadas, ‘fogo’ possa ser tomada como uma sentença. Tomada como uma palavra, semanticamente falando, ‘fogo’ seria o nome de um evento natural, ou tipo de evento. Tomada como uma sentença, contudo, semanticamente, ‘fogo’ estaria correlacionada com determinadas ações do falante, que pode estar requerendo determinadas respostas (ou verbais, ou não verbais) dos outros falantes. Por exemplo, ele pode estar querendo ajuda para apagar um incêndio, ou pode apenas querer ajuda para acender seu cigarro.

De fato, estritamente falando então, deveríamos reconhecer que ‘fogo’ não é nem uma palavra, nem uma sentença, nem um substituto para uma sentença. De fato, ‘fogo’ é uma expressão do português — um

signo —, expressão essa que pode ganhar usos diferentes e, depois, sintática e semanticamente, ser descrita de formas diferentes, ou como palavra, ou como sentença. E, por isso, segundo autores como Morris,[14] o melhor é continuarmos a falar de *signos*, para depois identificarmos tipos de signos e expressões mais específicas, e estudá-las do ponto de vista de uma das três divisões que antes mencionamos, a saber, sintaxe, semântica ou pragmática.

Além disso, tomada como uma palavra ou como o nome de um evento físico, estritamente falando, 'fogo' não seria nome de uma coisa específica ou individual. Se utilizamos 'fogo' na presença deste ou daquele evento ígneo, então se trata de um termo geral, mais especificamente, um *termo de massa*, como se diz, assim como 'água', 'terra', 'madeira', 'queijo' etc. Embora possamos dizer: "Este fogo, aquele fogo", assim como dizemos: "Este queijo, aquele queijo", essas são formas de expressão que, do ponto de vista semântico, são consideradas simplificações do discurso. De fato, ao falarmos assim, estamos querendo dizer: "Esta *ocorrência de* fogo, aquela *ocorrência de* fogo" e "Este *pedaço de* queijo, aquele *pedaço de* queijo", e assim por diante.

Também possuímos outros *termos gerais* que não são termos de massa, como: 'mesa', 'cadeira', 'livro', 'pessoa', 'animal' etc. E embora a expressão 'este livro' possa ser utilizada em determinado contexto, por assim dizer, como uma espécie de *nome provisório* de determinado livro, a palavra 'livro' não é nome de nenhum livro, mas de todos eles. Costumamos dar nomes próprios para as pessoas, para alguns animais e para algumas poucas máquinas, como o *Deep Blue*, aquele computador que jogou xadrez com um campeão mundial e ganhou dele. Mas, para a maioria dos objetos a nossa volta, empregamos nomes ou termos gerais. Ora, podemos então perguntar: o que exatamente indicamos com os nomes gerais? 'Deep Blue' é o nome de um computador individual, mas 'computador' é o nome de quê?

[14] *Cf.* MORRIS, 1955; 1975.

Uma solução consistiria em dizer que 'computador' é o nome daquela classe de objetos semelhantes que agrupamos como *a classe dos computadores* — o que, de certo modo, é verdadeiro. Mas, embora o *Deep Blue* seja um objeto material com o qual correlacionamos a expressão 'Deep Blue', aquilo com que correlacionamos o termo 'computador', segundo a solução acima proposta, não é um objeto material, mas uma classe, uma coleção. Uma classe ou coleção é, em princípio, um objeto abstrato. Então podemos nos perguntar: é legítimo nos referirmos a objetos abstratos do mesmo modo como nos referimos a objetos materiais? No dia a dia, fazemos isso sem problemas, claro. Mas, para a tradição filosófica, tal como mencionamos no capítulo anterior, esse tem sido um grande problema — para cuja solução as teorias da linguagem pretendem contribuir, como veremos nos capítulos 3 e 4.

Além disso, se determinados termos podem ser tomados como nomes (próprios) de indivíduos (como: 'João', 'Deep Blue' etc.) e outros como nomes de classes (como: 'livro', 'computador' etc. — supondo que aceitemos essa solução pelo menos provisoriamente), uma sentença não poderia então ser tomada como o nome de um evento? Quando alguém diz: "João jogou xadrez com o Deep Blue", essa pessoa está relatando um fato passado, se ele ocorreu, ou mentindo para seus interlocutores, se não ocorreu. Mas se aquilo realmente aconteceu, então 'João jogou xadrez com o Deep Blue' não poderia ser então o nome daquele acontecimento?

Ora, se houver a necessidade de nomear eventos, assim como coisas, essa será uma forma possível de resolver o problema. Mas não é assim que normalmente compreendemos o uso de uma sentença de uma língua. Embora a sentença seja feita de palavras e algumas dessas palavras sejam nomes (ou gerais, ou próprios) de coisas, a suposta função de uma sentença — ou, melhor dizendo, do proferimento ou enunciado que utiliza uma sentença — não é essa. Sua função é *relatar* ou *descrever*

um acontecimento, e relatar (ou descrever) é diferente de nomear. Essas são ações muito diferentes que realizamos por meio da linguagem.[15]

Por exemplo, 'fogo' não é o nome daquela situação em que há um incêndio, quando um falante diz "Fogo!" Seria muito artificial pensar que as sentenças são nomes (ou apenas nomes) de eventos, já que elas parecem ter uma função distinta de nomear. Tal função seria, de certa forma, *mais importante* no sentido de que, com uma sentença, aparentemente, podemos fazer mais do que simplesmente nomear coisas ou eventos. Ao dizer "Fogo!" o falante faz muito mais do que dar um nome a um evento. Nessa situação, sem dúvida, há um enunciado, mas não temos certeza se há uma palavra ou sentença. Há um enunciado ou proferimento no qual se utiliza uma expressão, mas essa expressão, do ponto de vista sintático, como dissemos acima, está mal definida, enquanto que, do ponto de vista pragmático, o enunciado ou proferimento está muito bem definido, porque alcança o objetivo pretendido.

Em parte, uma compreensão mais clara da discussão acima requer explorarmos um pouco outra distinção que os filósofos têm feito, que é aquela entre determinados eventos de comunicação (os enunciados ou proferimentos), as expressões ou signos utilizados em tal evento de comunicação (determinadas orações ou sentenças de uma língua) e aquilo que o falante quer dizer (a proposição ou significação).

2.3 Enunciados, sentenças e proposições

Falamos acima de nomes ou, como dizem as gramáticas das línguas particulares, daquela classe de palavras conhecida como *substantivos*, e falamos também das sentenças, ou frases, ou orações de certa língua. Esses são símbolos ou simples, ou complexos, de uma língua.

[15] A distinção entre diferentes funções exercidas pela linguagem, como as funções predicativa (ou descritiva), que utiliza sentenças, e a função referencial (ou nomeadora), que utiliza nomes, é explicada por diversos autores, entre eles, SEARLE, 1969. Do ponto de vista pragmático, essa distinção é fundamental e vamos recorrer a ela diversas vezes. Ela está na base das grandes divisões da filosofia da linguagem entre concepções ou teorias do significado e concepções ou teorias da referência.

Gramaticalmente falando, as orações ou sentenças são símbolos (em geral, tomados como) complexos de uma língua, ou seja, formados corretamente de acordo com as regras gramaticais daquela língua. Por *enunciados* ou *proferimentos* os filósofos entendem os eventos de comunicação (ou fala) nos quais são utilizadas determinadas expressões de uma língua (em geral, sentenças). E como enunciados semelhantes (ou tendo as mesmas finalidades, ou as mesmas consequências no ambiente) podem ser feitos por meio de diferentes expressões ou sentenças, os filósofos também pressupõem que há algo de comum entre tais expressões ou sentenças, isto é, que todas elas indicam a mesma *proposição*.

No dia a dia, não costumamos fazer essa distinção entre *enunciado*, *sentença* e *proposição*, mas ela tem sido importante para algumas teorias da linguagem propostas pelos filósofos e para algumas teorias sobre a verdade. Compreende-se em geral que um *enunciado* (ou proferimento) é um evento no qual um falante emprega alguma expressão de uma língua, para fazer determinada coisa, como, por exemplo, descrever um fato. Nesse caso, ele emprega então uma *sentença* (ou oração, ou frase) de determinada língua. Mas como poderia empregar outras sentenças (ou da mesma língua, ou de outras línguas) e atingir o mesmo objetivo — caso em que tais diferentes sentenças seriam consideradas sinônimas —, então, supostamente, todas elas indicariam a mesma *proposição* — ou teriam a mesma significação.

Uma das questões que têm sido colocadas pelos filósofos é a seguinte: qual dessas coisas (enunciados, sentenças e proposições) pode ser considerada verdadeira? Ou, em outras palavras, se a verdade for uma propriedade de determinadas entidades linguísticas, de qual daquelas coisas ela seria uma propriedade? Para as teorias da verdade, trata-se do problema dos *portadores* (ou *veículos*) da verdade. Para as teorias do significado, trata-se justamente do problema dos *portadores* (ou *veículos*) do significado. Ou seja, o que pode ser significativo, o enunciado, a sentença ou a proposição?

As diferentes filosofias da linguagem que estudaremos nos próximos capítulos têm dado respostas divergentes para essas questões. Escolher um portador de significado já é começar a elaborar uma semântica filosófica, assim como escolher um portador da verdade já é começar a elaborar uma teoria da verdade.[16] Contudo, em última instância, quaisquer daqueles objetos (enunciados, sentenças e proposições) podem ser considerados significativos, dependendo, é claro, da forma como os compreendemos e da forma como compreendemos o que é a própria significação. Ora, esse é um tema mais geral ligado à semântica filosófica que temos de abordar também.

2.4 *Significação*: sentido, significado e referência

Vamos reservar o termo 'significado' para indicar determinada propriedade das sentenças, assim como vamos reservar o termo 'referência' (e também o termo 'denotação') para indicar determinada propriedade de palavras (ao lado de 'conotação', como é usual da parte de gramáticos e linguistas). Do mesmo modo, vamos então falar da *significação* ou *significatividade* das expressões quaisquer de uma língua, podendo elas ser ou palavras, ou sentenças, ou expressões não classificadas (seja como palavras, seja como sentenças). Nesse caso, a significação seria aquilo com que podemos correlacionar diferentes expressões de uma língua, a saber, aquelas que são consideradas gramaticalmente sinônimas — aquilo que alguns filósofos indicam justamente pelo termo 'proposição'.

As expressões consideradas sinônimas podem ser, no caso de tomarmos palavras, aquelas que possuem o mesmo referente ou denotação. Para utilizarmos o clássico exemplo de Gottlob Frege, 'estrela da manhã', 'estrela da tarde' e 'o planeta Vênus' são expressões que possuem a mesma denotação; são nomes alternativos do mesmo objeto astro-

[16] A esse respeito, *cf.* DUTRA, 2001, cap. 2.

nômico, embora não tenham o mesmo *sentido*.[17] Mesmo que sejam consideradas sinônimas — e, portanto, codenotativas —, essas expressões não possuem a mesma *conotação* — ou *sentido* (da forma compreendida por Frege). De forma similar, 'João está correndo' e 'João está a correr', embora sejam duas expressões gramaticalmente diferentes do português, são tomadas como sentenças com a mesma significação (embora não com o mesmo sentido exatamente) ou, como dizem alguns filósofos, sentenças que expressam a mesma proposição, mas não da mesma forma exatamente.

Isso também pode ocorrer, obviamente, com sentenças de línguas diferentes, desde que as traduções sejam consideradas corretas. Por exemplo, 'a neve é branca', '*snow is white*' e '*la niège est blanche*' são sentenças diferentes, respectivamente, do português, do inglês e do francês, que estão correlacionadas com a mesma proposição, pois as três dizem que *a neve é branca*. De forma similar ao caso dos nomes gerais que — se nomeiam algo — nomeiam classes ou coleções de objetos, que são objetos abstratos, as proposições ou significações poderiam ser tomadas como objetos abstratos, nomeados pelas diversas expressões (da mesma língua ou de línguas diferentes) que são consideradas sinônimas. Nesse caso, curiosamente talvez, se tomadas como nomes de algo, as sentenças não seriam nomes de eventos no mundo, mas de entidades

[17] *Cf.* FREGE, 1960; 1978. Frege é considerado, ao lado de Peirce, um dos pioneiros nessas distinções que permitiram fundamentar a lógica moderna e a filosofia da linguagem. Além do texto do próprio Frege, acima mencionado, há uma grande variedade de textos de comentário a sua filosofia da linguagem, entre eles, por exemplo, SOAMES, 2010, cap. 1. No presente caso, trata-se da distinção entre *sentido* e *referência* (ou *denotação*) de uma expressão. O termo alemão '*Sinn*', utilizado por Frege, é normalmente traduzido em português para 'sentido' (e, às vezes, para 'significado'). Por sua vez, o termo alemão '*Bedeutung*' é normalmente traduzido em português para 'significado' (e, às vezes, para 'significação'). Há, de fato, bastante variedade e mesmo confusão nessas traduções e, em português, o uso mais comum tem sido de 'sentido' (para '*Sinn*') e 'denotação' ou 'referência' (para '*Bedeutung*'). Essas são as escolhas terminológicas que fazemos aqui. Em inglês, língua na qual se encontra a maior parte da literatura relevante para as questões de filosofia da linguagem, pelo menos no que diz respeito à tradição analítica, '*Sinn*' costuma ser traduzido para '*sense*' (e, às vezes, para '*meaning*') e '*Bedeutung*', para '*reference*' (e, às vezes, para '*denotation*'). O livro de Soames acima mencionado (SOAMES, 2010) emprega '*sense*' (para '*Sinn*') e '*reference*' (para '*Bedeutung*').

abstratas, que são as suas significações ou as proposições que elas expressam ou a que se referem.

Todas essas questões que envolvem os aspectos sintático, semântico e pragmático da linguagem são tomadas em consideração pelos filósofos, e respostas para elas se encontram em algumas das teorias da linguagem — ou teorias do significado, ou teorias da referência — que veremos nos capítulos 3 e 4. Contudo, nem sempre é fácil ou possível correlacionar uma expressão linguística com uma situação no mundo. E este é também um ponto que tem levantado problemas intricados para os filósofos da linguagem.

2.5 Termos categoremáticos e sincategoremáticos

No que diz respeito à relação entre os termos que compõem uma sentença — ou pelo menos os casos mais paradigmáticos de sentenças declarativas, como 'João jogou xadrez com o Deep Blue' — e a própria sentença, o problema da contribuição que a denotação ou referência dos termos para com o significado das sentenças também tem sido discutido. Embora nosso entendimento da sentença 'João jogou xadrez com o Deep Blue' dependa em parte de nossa compreensão dos termos que a compõem — a saber: 'João', 'Deep Blue', 'xadrez', 'jogou', 'com' e 'o' —, não nos parece plausível tomar o significado da sentença como uma espécie de *somatório* da significação (ou, neste caso, a denotação) dos diversos termos ali presentes.[18]

Mesmo que, em certa medida, possamos falar da contribuição de palavras como 'João', 'Deep Blue', 'xadrez' e 'jogou' para com o significado da sentença, que são aqueles termos que a tradição denomina *ca-*

[18] Para Frege, entre outros, a significação de uma sentença depende não apenas das palavras que nela ocorrem, mas também de sua estrutura. Além dos textos do próprio Frege, já mencionados, *cf.* SOAMES, 2010, p. 10s. As teorias do significado das sentenças que veremos no capítulo 3, por sua vez, de maneira geral, procuram lidar com essa questão de forma mais detalhada e aprofundada. Trata-se do problema da *composicionalidade*, que é, de fato, um dos mais fundamentais da filosofia da linguagem.

tegoremáticos (ou capazes de denotação), os termos 'com' e 'o', ditos *sincategoremáticos* (que não têm denotação, mas adquirem significação quando tomam lugar nas sentenças) não poderiam contribuir para o significado da sentença. Pois o que se entende é exatamente que são as sentenças que lhes conferem significação, já que elas é que delimitam o contexto, por assim dizer, de seu uso legítimo, assim como os pronomes ('eu', 'você', 'ela', 'meu', 'seu', 'dela' etc.), que são dêiticos e só têm significação contextualmente. Ora, tais termos também representam um desafio para as teorias da significação.

Embora os termos sincategoremáticos não possuam referência ou denotação, não podemos dizer, por outro lado, que eles não possuem *sentido*, tal como Frege entende essa noção. Pois, se eles não possuíssem qualquer sentido, simplesmente, não saberíamos como utilizá-los.[19]

Tocamos aqui num dos mistérios, por assim dizer, que as teorias da linguagem têm enfrentado. Embora seja pacífico que a compreensão que o falante tem de um signo complexo como uma sentença depende das significações particulares que possuem as partes ou signos (mais) simples que nela ocorrem, nem todos esses signos (mais) simples possuem denotação própria. Os termos dêiticos (como os diversos tipos de pronomes), claramente, não são termos que possam possuir significação independentemente de seu uso, embora, para esse uso, seja preciso reconhecer que eles possuem algum sentido (prévio). Para adiantarmos um tema que abordaremos no final deste capítulo, este é um caso em que apenas a dimensão pragmática da linguagem pode ajudar a elucidar uma questão semântica.

Embora qualquer um de nós, falantes do português, possa compreender uma oração como 'eu tenho um carro veloz', a rigor, do ponto de vista pragmático, não poderíamos considerar que estamos diante de

[19] De fato, muitos autores rejeitam a distinção devida a Frege entre sentido e denotação (ou referência), entre eles Russell, como veremos no capítulo 4, por razões lógicas, uma vez que ele entende que a distinção gera contradições. Por razões pragmáticas, contudo, de nossa parte, desejamos manter a distinção de Frege, uma vez que, do ponto de vista pragmático, ela ajuda na solução de certos problemas, sem gerar maiores inconvenientes.

uma sentença, embora, do ponto de vista sintático, isso seja o caso. Pois, 'eu tenho um carro veloz' nada significa a não ser que possamos dizer a quem se refere o termo 'eu'. Ora, apenas determinadas circunstâncias é que podem tornar essa expressão verdadeira, e logo, uma sentença significativa, a saber, aquela em que o possuidor de um carro veloz a profere. Curiosamente, embora a compreensão geral dos filósofos analíticos (como Rudolf Carnap argumenta) seja aquela de que uma sentença é, primeiro, significativa e, depois, verdadeira, nesse caso, de fato, a sentença tem de ser primeiro verdadeira, para depois ser considerada significativa (como argumenta Davidson, cuja posição examinaremos no capítulo 5, assim como aquela de Carnap). Mas ela pode ser verdadeira em determinadas circunstâncias porque sabemos com que pessoas podemos correlacionar o termo 'eu'. E, assim, de certa forma, certo mistério continua. Na verdade, nesse caso, o falante sabe que só pode aplicar o termo a si mesmo, o que requer certa precompreensão do sentido do termo.

O tema é um tanto complicado do ponto de vista técnico, mas não devemos evitá-lo. Semanticamente falando, assumindo que todo termo em uma sentença deva ser significativo para que a própria sentença seja significativa, então 'eu tenho um carro veloz' não é propriamente uma sentença do português, mas, a rigor, uma *função sentencial* do português, isto é, uma expressão mais geral que pode se tornar uma sentença mediante a substituição de um termo que funciona como variável, na função sentencial, por um termo denotativo. Assim, supondo que José tenha um carro veloz, quando José diz: "Eu tenho um carro veloz", então aquela função sentencial — '*x* tem [tenho] um carro veloz' — dá lugar a uma sentença declarativa — 'José tem [tenho] um carro veloz'.

Essa é claramente uma análise de caráter semântico que, a bem da verdade, complica as coisas que, do ponto de vista pragmático, são mais simples. Pois, do ponto de vista pragmático, um dêitico como 'eu' é algo perfeitamente compreensível. O termo se refere ao falante ou proferidor de uma expressão. De fato, trata-se nesse caso de um termo expletivo que poderia ser eliminado, resultando numa fala mais rigorosa, na

qual o falante simplesmente dissesse: “Tenho um carro veloz”. O uso do pronome numa língua como o português é, claramente, desnecessário. Tal uso poderia induzir, do ponto de vista semântico, a perguntarmos pela significação de um dêitico como ‘eu’, o que, do ponto de vista pragmático, como vimos, é desnecessário.[20]

De qualquer modo, resulta dessa pequena discussão sobre os dêiticos que não é preciso tomar todos os termos que ocorrem em uma sentença como termos denotativos para que possamos saber o que a sentença significa. Em última instância então, embora os termos que ocorrem em uma sentença contribuam para aquilo que a própria sentença diz, podemos ver que aquilo que ela diz transcende o que possam ter como denotação seus termos individualmente. Isso mostra como tratar do significado de sentenças é um problema muito diferente daquele de tratar da denotação de palavras.

2.6 Extensionalidade e intensionalidade

Outro problema que tem interessado os filósofos da linguagem é aquele a respeito de tipos diferentes de expressões que também ganham sentido diferente dependendo da forma como elas aparecem dentro de expressões maiores, isto é, um caso parecido com o dos dêiticos.

Tomemos um tipo de exemplo comum, muito encontrado em textos seja dos filósofos da mente que se interessam pela linguagem, seja dos filósofos da linguagem que se interessam pelas questões relativas ao mental, e suponhamos a seguinte sentença: ‘José sabe que um computador venceu um campeão mundial numa partida de xadrez’. Do ponto de vista mentalista ou psicológico, estamos nos referindo a um suposto

[20] De fato, o pronome ‘eu’ num caso como esse é dispensável, em português, em virtude da possibilidade de conjugarmos os verbos e haver uma forma verbal específica para a primeira pessoa do singular do verbo ‘ter’ que, por sua vez, indica claramente o falante, assim como o pronome ‘eu’. Outras línguas não possuem tal recurso, como é o caso do inglês. Mesmo assim, o argumento do texto continua valendo, pois se não houver um recurso sintático para identificar o falante, o contexto da fala pode fazer isso; e o faz, obviamente, pelo simples fato de que o *falante* é a pessoa que faz o proferimento.

evento cognitivo ou mental de José, um evento que, sendo intencional, está voltado para outro, que é o fato de que *um computador venceu um campeão mundial numa partida de xadrez*.

Essa sentença narra, portanto, dois fatos diferentes, um a respeito de José e outro a respeito daquele computador e do campeão mundial que ele venceu no xadrez. Na verdade, estamos diante de uma sentença que tem como uma parte sua outra sentença, ou seja, temos: 'José sabe que 'um computador venceu um campeão mundial numa partida de xadrez'.' Se denominarmos essa segunda sentença *s*, então, de maneira esquemática, teremos: 'José sabe que *s*'. Entretanto, numa estrutura linguística como essa, se no lugar de *s* colocarmos outra sentença que é considerada sinônima, como por exemplo, *r*: 'o Deep Blue venceu um campeão mundial numa partida de xadrez', se aquela primeira sentença era verdadeira, porque José sabia aquilo, agora, a nova sentença pode não ser, pois talvez José não saiba que o Deep Blue é o computador em questão.

As expressões desse tipo são denominadas *intensionais* (com 's'), em oposição a expressões extensionais, isto é, aquelas que podem ser substituídas umas pelas outras *salva veritate*. Os eventos mentais, que são intencionais (com 'c') são descritos por expressões intensionais (com 's'). Ora, se há esses dois tipos de expressões em nossa linguagem, de que maneira exatamente eles se relacionam? Um deles, por exemplo, seria redutível ao outro? Ou seriam eles irredutíveis? Essas são questões que têm sido colocadas com relação aos dois tipos de expressões, assim como têm sido colocadas questões sobre a redutibilidade ou não dos eventos mentais a eventos de outros tipos, ou neurofisiológicos, ou físicos, ou comportamentais etc. Há os que acreditam que as investigações em um desses campos possam ajudar a elucidar aquelas no outro, e vice versa.

Do ponto de vista semântico, as expressões de *atitude proposicional*, como aquela da análise acima apresentada, não são as únicas que evocam a diferença entre as definições extensionais e intensionais da significação. Outro caso comum é aquele dos próprios termos gerais,

que já comentamos antes. Por exemplo, o termo 'mesa' se refere àquela classe de objetos que incluímos *na classe das mesas*, intuitivamente falando. A rigor, para definirmos de maneira mais clara a denotação de um termo, teríamos de fazer como os lógicos fazem quando apresentam uma interpretação para os termos não lógicos de uma linguagem formalizada. Ou seja, deveríamos dar nomes próprios a determinados indivíduos e então agrupá-los numa classe que define o termo.

Suponhamos então que, para definir o termo 'mesa' utilizássemos um expediente semelhante, e primeiro déssemos um nome próprio a cada mesa conhecida. Isso poderia ser feito de diversas formas, seja, por exemplo, numerando cada mesa (como fazemos nos inventários de patrimônio), seja inventando nomes próprios (o que não é usual com relação a corpos materiais, como já dissemos), seja utilizando pronomes demonstrativos (e dizendo: "esta mesa", "aquela mesa" etc.). Suponhamos então que, por ser mais simples, numerássemos todas as mesas conhecidas da seguinte maneira: $M_1, M_2, M_3, \ldots M_n$. Desse modo, poderíamos então definir extensionalmente a significação do termo 'mesa' da seguinte maneira, supondo que '$\boldsymbol{\Sigma}$' seja utilizado como uma abreviatura para 'significação': $\boldsymbol{\Sigma}$('mesa') = $\{M_1, M_2, M_3, \ldots M_n\}$, sendo n um número natural.[21]

Suponhamos agora, contudo, que apareça um novo objeto a ser denominado M_{n+1}, semelhante a todos aqueles objetos $M_1, \ldots M_n$ que incluímos na definição extensional do termo 'mesa'. Se M_{n+1} é suficientemente semelhante àqueles objetos, será normal querermos também indicá-lo pelo termo geral 'mesa'. Mas, se a definição extensional for rígida, então não poderemos fazer isso, sob pena de estarmos violando uma suposta regra semântica. Entretanto, por outro lado, nossa intuição de falantes da língua nos sugeriria que também podemos aplicar o termo 'mesa' a esse novo objeto, M_{n+1}. Ora, essa intuição — que possivel-

[21] A letra grega maiúscula '$\boldsymbol{\Sigma}$' será utilizada para indicar ou a *significação*, ou o *sentido* (na acepção fregeana) de qualquer expressão de uma língua ou linguagem. Utilizaremos a letra latina maiúscula '$\boldsymbol{S}$' para indicar o *significado* de uma oração ou sentença, e '$\boldsymbol{R}$' para indicarmos a *referência* de uma palavra ou de um termo.

mente deriva de determinada *concepção* de mesa que possuímos — é o que nos levaria a pensar também em uma significação *intensional* do termo 'mesa', no sentido de que tal significação *intensional* nos permitiria alterar a significação extensional dada daquela forma acima indicada.

Portanto, mesmo que cheguemos a dar definições extensionais para certos termos gerais, continuaremos a ter a possibilidade de alterar tais definições, o que é possível na medida em que recorremos a uma suposta significação intensional, ou seja, àquilo que se aproximaria do *sentido* (na acepção fregeana da palavra) de uma expressão. Voltando ao exemplo anteriormente dado, extensionalmente falando, as expressões 'estrela da manhã', 'estrela da tarde' e 'Vênus' se referem ao mesmo planeta; mas elas se referem a ele de formas diferentes, com conotações diferentes, podemos dizer, isto é, com sentidos diferentes. Ora, a ideia de que essas expressões possuem significações diferentes apesar de possuírem a mesma denotação é, mais exatamente, aquela de que tais expressões possuem significações intensionais diferentes, apesar de possuírem a mesma significação extensional.

O tema das definições — ou extensionais, ou intensionais — da significação das expressões e, portanto, da possibilidade de ou legitimarmos determinadas expressões como significativas, ou descartá-las como não significativas, nos conduz a uma distinção que não tem sido feita em relação às teorias da linguagem em geral, mas apenas em relação às teorias da verdade, mas que se aplica àquelas igualmente.

2.7 Dimensões definicional e criterial das teorias da linguagem

Dos comentários que fizemos acima podemos depreender a seguinte noção geral: do ponto de vista semântico, o que as teorias da linguagem fazem é estipular as condições de significatividade das expressões de uma língua (ou linguagem artificial). Ou seja, mais exatamente,

tomando signos simples e complexos, as teorias da linguagem procuram mostrar sob que condições determinada expressão é significativa. Assim, uma noção de significação conduziria a definições (explícitas ou implícitas) de *expressão significativa* e, por conseguinte, poderia levar a estipular critérios de significatividade, ou seja, critérios para legitimar ou não determinadas expressões individuais de uma língua como significativas. Nesse sentido, há teorias que são mais claramente definicionais, enquanto outras são mais claramente criteriais.

Embora possa parecer que uma teoria da linguagem, para ser criterial, tenha de ser primeiro definicional, a questão não é tão simples assim. A noção intuitiva é um tanto óbvia — pois nos parece sempre que um critério para identificar alguma coisa pressupõe sabermos o que tal coisa é —, mas a questão principal está relacionada com o *grau*, digamos, de conhecimento a respeito da coisa em questão. Suponhamos um exemplo simples, do dia a dia. Quando utilizamos um termômetro para averiguar a existência ou não de infecção num organismo, adotamos como critério da presença de infecção a alta temperatura do corpo. Há uma temperatura mínima a partir da qual, para cada espécie animal, consideramos que há febre e, consequentemente, pode haver infecção. Além disso, o critério também envolve a noção de que quanto maior a temperatura acima desse limite mínimo, provavelmente, mais grave será a infecção. Embora tal critério envolva um conhecimento mínimo a respeito do funcionamento dos organismos animais homeotermos e do funcionamento de termômetros, trata-se de um conhecimento que pode ser adquirido de forma puramente empírica — o que provavelmente foi o que aconteceu na história das práticas médicas desde a antiguidade, antes mesmo que houvesse qualquer noção clara do que é uma infecção, isto é, mais especificamente, dos agentes biológicos que podem causá-la e das reações imunológicas no organismo, entre as quais está a elevação da temperatura. Apenas uma teoria mais recente da economia dos organismos homeotermos permite esse conhecimento mais profundo do fenômeno, embora já fosse utilizado o critério relacionado com o uso do termômetro ou, de uma forma menos precisa, da pura constatação da

elevação da temperatura do corpo por outros meios, como colocar a palma da mão sobre a testa do doente.

A distinção entre teorias (mais) criteriais e teorias (mais) definicionais tem sido feita no domínio das teorias da verdade.[22] Por exemplo, a teoria da verdade como coerência tem sido apontada como uma teoria de caráter mais criterial, enquanto que a teoria da correspondência como congruência tem sido apontada como uma teoria de caráter mais definicional. Essa última, devida ao mesmo tempo a Wittgenstein e a Russell, no período em que esses filósofos defenderam a doutrina do atomismo lógico, afirma que a verdade é a congruência entre determinada proposição e um estado de coisas. Uma ideia básica dessa concepção da verdade é que a forma lógica da proposição é a mesma do estado de coisas que, se existe, torna a proposição verdadeira. Contudo, o único acesso que temos à suposta forma lógica do estado de coisas em questão é possível apenas por meio de uma linguagem mais rigorosa (como da lógica clássica), que permita exibir a forma lógica da proposição, sendo que a linguagem comum, na maior parte das vezes, obscurece tal forma lógica. Essa foi, como sabemos, uma das motivações desses e outros autores da primeira geração de filósofos analíticos para retomarem aquele ideal leibniziano de formular uma linguagem perfeitamente clara e sem ambiguidade. Mas essa definição da verdade não conduz direta e facilmente a um critério de verdade, já que não há uma forma independente de termos acesso à forma lógica de um estado de coisas, de maneira a compará-la com a forma lógica da proposição que desejamos saber se é verdadeira ou falsa.

Ao contrário, a teoria da coerência da verdade, que foi criticada por Russell e outros, mesmo provendo uma *pior* definição da verdade, digamos, por outro lado, nos dá um *melhor* critério de verdade. As teorias da coerência mais conhecidas têm origem em filosofias como a de Hegel, isto é, aquelas que insistem no caráter holístico da experiência e

[22] *Cf*. HAACK, 1978; 1998, cap. 7, para esse ponto, assim como para uma discussão geral das teorias da verdade, inclusive a teoria da coerência e a teoria da correspondência, mencionadas na sequência do texto.

do mundo, para as quais, determinado enunciado possui significação apenas quando tomado no conjunto de enunciados ao qual ele pertence. Há também teorias da verdade que não estão ligadas à filosofia hegeliana, como a de Otto Neurath, ele também um membro do Círculo de Viena e partidário do ponto de vista filosófico que relaciona intimamente conhecimento e significação sob a influência de Russell e de Wittgenstein. Contudo, ao contrário de outros positivistas lógicos, Neurath formulou uma teoria da verdade como coerência que não está ligada à tradição hegeliana.[23] Para as teorias da coerência, é o fato de um enunciado ser coerente com outros de determinado sistema que nos permite declará-lo verdadeiro. Na medida em que podemos facilmente comparar um enunciado com outros, enquanto é difícil, como vimos, comparar proposições com estados de coisas, essa teoria apresenta um bom critério da verdade de enunciados, embora, como seus próprios defensores muitas vezes reconhecem, ela não ofereça uma boa definição da verdade. Em última instância, o sistema ao qual pertencem os enunciados, no todo, por sua vez, deveria poder corresponder a alguma coisa, a uma instância externa com a qual ele poderia ser comparado. E com esse aspecto da questão as teorias da coerência não lidam bem, uma vez que elas desejam exatamente evitar a noção de correspondência.

Essas discussões sobre a natureza da verdade e as elaborações de caráter mais epistemológico que os positivistas lógicos do Círculo de Viena (como, além de Neurath, Moritz Schlick e Rudolf Carnap, os membros mais conhecidos do grupo) apresentam estão também relacionadas com a distinção entre teorias da significação (mais) definicionais ou (mais) criteriais. Nesse aspecto, os positivistas lógicos tiveram não apenas a influência de Russell e Wittgenstein, mas também dos empiristas britânicos, como Locke e Hume, para os quais nem todo discurso é realmente dotado de significação, sendo, portanto, imperativo possuir um critério para isso. Como veremos no próximo capítulo, a teoria da linguagem de Locke possui claramente esse viés criterial, embora ela

[23] Sobre esse ponto, *cf.* DUTRA, 2001, cap. 2.

não deixe de ser também, claramente, uma teoria definicional da significação. A doutrina dos positivistas lógicos, por sua vez, pressupondo o atomismo lógico defendido por Russell e Wittgenstein, dedicou-se muito mais à formulação de critérios de significação.

Do ponto de vista de empiristas e positivistas, muitas afirmações da metafísica tradicional são destituídas de significação, isto é, mais exatamente, não são empiricamente significativas, não são informativas sobre o mundo. Um dos critérios que são apresentados para lidar com esse problema é aquele de Carnap em seu livro conhecido como *Aufbau*, cujo título completo em português seria: *A construção lógica do mundo*.[24] Carnap afirma que um enunciado sobre algum objeto que não sejam os dados dos sentidos imediatos de um sujeito é significativo se puder ser traduzido em enunciados apenas sobre os dados dos sentidos, como veremos no capítulo 5. Dessa forma, aquele enunciado seria verificado. Assim os enunciados significativos são os enunciados empiricamente verificáveis. Mas, por outro lado, a teoria criterial do significado desenvolvida por Carnap em seu *Aufbau*, mesmo pressupondo o atomismo lógico de Russell e Wittgenstein, pouco se preocupa com a definição de significado propriamente.

Assim como no caso do exemplo do termômetro e da infecção, em que a febre é utilizada como critério médico para indicar um tratamento contra alguma infecção, os empiristas e positivistas acreditam que, mesmo que não saibamos muito bem qual é a natureza da significação, podemos chegar a critérios de significação que nos auxiliarão a eliminar determinados discursos ou partes deles que não contribuem para o conhecimento do mundo. Essa preocupação fundamentalmente criterial de Carnap em seu *Aufbau* é a mesma de Neurath quando esse de-

[24] A obra não existe em língua portuguesa, sendo seu título original, em alemão: *Der Logische Aufbau der Welt*. Há uma tradução para o inglês, que tem sido a versão mais conhecida e utilizada, cujo título é: *The Logical Structure of the World* (*cf.* CARNAP, 2003a). O título da tradução para o inglês, contudo, deixa de expressar um dos aspectos importantes da obra, que é a noção de construção lógica (*logische Aufbau*), noção esta que Carnap emprestou de Russell. Para uma apresentação breve e acessível da noção de construção lógica, *cf.* DUTRA, 2010, caps. 2 e 7.

fende uma teoria da verdade como coerência e de empiristas como Locke em sua luta contra a metafísica tradicional, a mesma luta que os positivistas lógicos pretenderam levar adiante.

2.8 Pragmática e significação

Dissemos no capítulo precedente que se tornou comum dividir os estudos sobre a linguagem daquela maneira proposta por Charles Morris em seu *Foundations of the Theory of Signs*.[25] As três partes da semiótica — sintaxe, semântica e pragmática —, tal como comentamos brevemente, se dedicam, respectivamente, ao estudo das relações formais entre os signos de uma linguagem, das relações entre os signos e coisas às quais eles se aplicariam e, finalmente, das relações entre os signos e seus usuários, os falantes de uma língua natural, por exemplo. Segundo Morris, essas são três dimensões da linguagem que podem ser estudadas separadamente, mas que apenas tomadas em conjunto permitem uma compreensão apropriada dela. Vejamos de forma um pouco mais detalhada de que maneira certos aspectos da linguagem que são estudados pela sintaxe ou pela pragmática poderiam contribuir para a solução dos problemas próprios da semântica. E tomemos então o próprio problema que estivemos discutindo na seção precedente.

Alguns filósofos se notabilizaram por defender que a linguagem é não apenas uma forma pela qual representamos o mundo, mas também uma coleção de *instrumentos* para fazermos diversas outras coisas. No capítulo anterior, fizemos referência às teorias dos atos de fala de Austin e de Searle. Mas aquele filósofo que talvez de forma mais clara e contundente defendeu esse ponto de vista foi Wittgenstein em suas *Investi-*

[25] *Cf.* MORRIS, 1975, especialmente, seções III, IV e V, nas quais ele discute as três dimensões mencionadas e as respectivas partes da *semiótica*. Morris emprega o termo inglês 'syntactics', que tem sido traduzido por 'sintaxe', embora exista também o termo 'syntax' em inglês, que é igualmente traduzido por 'sintaxe' em português. *Cf.* ainda MORRIS, 1955, a obra em que ele desenvolve extensamente sua teoria comportamental da linguagem.

gações filosóficas.[26] Também Dewey, como já dissemos, tomou a linguagem primeiro como uma forma de colaboração entre pelo menos dois seres humanos, colaboração essa que envolve o fenômeno da comunicação basicamente (o que também é enfatizado por Wittgenstein), e que, em última instância, pode então levar a determinadas formas de representação, tal como a tradição e o senso comum encaram a linguagem.

Assim, a concepção tradicional da linguagem como forma de representação é a que precisa ser desafiada. A razão é que, por um lado, a função nomeadora ou referencial da linguagem não é uma ficção ou aparência enganadora, mas uma de suas funções importantes, enquanto que, por outro lado, uma suposta função representacional da linguagem não seria sua função básica. Ao contrário, de um ponto de vista pragmático, a linguagem como representação é um fenômeno tardio e pouco revelador da natureza da linguagem verbal humana, enquanto que a linguagem como forma de comunicação e colaboração é um fenômeno originário e muito revelador das diferenciações todas que, possivelmente, a linguagem verbal que encontramos nas línguas naturais sofreu ao longo da história, desde as primeiras vocalizações que talvez grupos humanos num passado remoto começaram a utilizar para aumentar sua capacidade de colaboração e a eficiência de suas ações mútuas. E talvez no sucesso do uso dessas vocalizações como elementos facilitadores da colaboração é que tenham então se desenvolvido as várias formas de sistematizar e aperfeiçoar essas vocalizações, conduzindo às primeiras línguas.

As ficções genéticas como essa, que eram muito comuns entre os filósofos modernos, se tornaram suspeitas de ingenuidade na filosofia contemporânea, que se vê em posição de aproveitar formas muito mais convincentes de narrativa de episódios evolutivos da história humana. Mas elas ainda têm apelo teórico quando pensamos que, justamente de um ponto de vista evolutivo, mesmo que seja quase impossível saber

[26] *Cf*. WITTGENSTEIN, 2001 [1953]; 1980. *Cf*. também, para o comentário a seguir, DEWEY, 1997 [1925]; 1980, cap. 5.

como ocorreu tal surgimento e evolução, e mesmo que as suposições sejam sempre obscuras, nenhuma instituição humana nos foi dada pronta — e a linguagem é uma coleção de instituições. Uma língua é uma instituição, isto é, uma forma de colaboração sistemática e normatizada entre diferentes seres humanos. E, assim como para outras instituições, é ainda legítimo supor que a linguagem verbal tal como a conhecemos hoje, aquela que encontramos nas línguas naturais, tenha evoluído a partir de formas mais rudimentares em todos os seus aspectos, sintática, semântica e pragmaticamente. Se pensarmos em formas mais rudimentares de comunicação como possibilidades de esclarecimento sobre as formas mais sofisticadas, já adotamos uma perspectiva pragmática.

Adotando então esse ponto de vista, um primeiro modelo de forma de colaboração e comunicação entre seres humanos, por mais rudimentar que seja tal modelo, seria aquele em que dois seres humanos compartilham determinada vocalização para auxiliá-los a fazer alguma coisa conjuntamente, tal como sugere um dos exemplos de Wittgenstein nas *Investigações filosóficas*.[27] Assim, tomemos uma expressão qualquer e o contexto de seu uso. Estamos chamando de *expressão* de uma possível protolíngua desses falantes uma *vocalização* que é repetida e associada a determinadas operações ou situações. Tais sons são ou estímulo, ou resposta desses falantes. Eles podem ser o estímulo que pede uma resposta efetiva, como determinada operação ou ação, do outro. Esses sons, como resposta, podem então ser o que é oferecido a determinado estímulo apresentado pelo outro. E não caberia perguntar se, além de ser uma forma de colaboração entre esses protofalantes, esses sons são ou uma palavra, ou uma sentença, dessa protolíngua. Pois o mais provável é que tal expressão não seja nem uma coisa, nem outra. Ela é apenas uma expressão que, nesse contexto de colaboração, adquire significação porque adquire *importância* para esses indivíduos.[28] Se,

[27] *Cf*. WITTGENSTEIN, 2001 [1953]; 1980, §§ 2ss.
[28] É interessante notar como Dewey (1997 [1925]; 1980, cap. 5) explora a ambiguidade do termo inglês '*significance*', que quer dizer tanto o que é importante,

mais tarde, essa expressão dessa primeira forma de comunicação vier a ser incorporada numa língua que esses falantes falarão, e se tal língua possuir a diferenciação sintática entre palavras e sentenças, então a expressão poderá ser assimilada a uma ou a outra dessas categorias sintáticas. E então sobre ela será legítimo perguntar se possui ou referência, ou significado. Entretanto, desde aquele primeiro episódio de comunicação, tal expressão possuía significação.

Desse ponto de vista pragmático, a significação de determinadas expressões é um fenômeno linguístico mais fundamental. A especialização linguística que ocorre nas línguas naturais tal como as conhecemos é que conduziu a outros fenômenos linguísticos — aqueles ligados à referência dos termos e ao significado das sentenças, que interessam à semântica filosófica. Mas a referência e o significado surgem ao mesmo tempo em que, no plano sintático, surgem palavras e sentenças. Do ponto de vista pragmático, seria também um tanto tolo perguntar se primeiro aparecem as palavras, e então, no plano semântico, sua referência; ou se, ao contrário, se aparece primeiro a referência, e então, no plano sintático, palavras. Parece mais adequado pensar que a sintaxe e a semântica se desenvolvem paralelamente. E, do mesmo modo, também é plausível pensar que talvez determinadas expressões possam ter permanecido num estágio mais primitivo de significação, não chegando a ser nem palavras (com referência), nem sentenças (com significado). (Esse poderia ser talvez o caso dos termos sincategoremáticos, que discutimos antes.) Mas isso não as tornariam expressões sem significação e sem importância para a comunicação. Contudo, com exceção de poucos filósofos da linguagem que prestaram atenção a esse ponto, como Wittgenstein e Dewey, como já assinalamos, os demais se dedicaram apenas a formular teorias não da significação propriamente, mas da significação enquanto referência de termos ou da significação enquanto significado de sentenças, como veremos nos próximos capítulos.

---

quanto o que é significativo. *Cf.* também QUINE, 1969a; 1980a, que comenta aquela obra de Dewey e sua concepção da linguagem.

* * *

Questões sobre o capítulo 2

1. Explique as noções de ícone, índice e símbolo, dando exemplos.
2. Embora seja controverso afirmar que ícones e índices nos sejam dados sempre em conjunto, por que é bem plausível afirmar isso com relação aos símbolos de nossa linguagem verbal?
3. Qual é o critério pragmático que nos ajudaria a reconhecer nas expressões de uma língua aquelas que são palavras (e nomeiam coisas) e aquelas que são sentenças (e relatam eventos)?
4. Se os nomes próprios podem ser correlacionados com indivíduos, com o que poderíamos correlacionar os nomes gerais (como: 'mesa', 'cadeira', 'livro' etc.)? Por quê?
5. Explique as noções comuns de *enunciado*, *sentença* e *proposição*.
6. Explique a noção de *sentido* com relação tanto à *referência* (ou denotação) de palavras, quanto ao *significado* de sentenças.
7. Explique a distinção entre termos categoremáticos e sincategoremáticos.
8. Por que podemos dizer que os termos sincategoremáticos possuem alguma significação, embora eles não possuam referência (ou denotação)?
9. Explique as noções de extensionalidade e de intensionalidade em relação à referência de palavras.
10. Explique as noções de extensionalidade e de intensionalidade em relação ao significado de sentenças.
11. Por que a noção de significação intensional de uma expressão se aproxima daquela noção de sentido de uma expressão?
12. Por que algumas teorias da significação são mais criteriais, enquanto que outras são mais definicionais?
13. Por que podemos dizer que, do ponto de vista pragmático, a função referencial da linguagem é um fenômeno tardio?

14. Por que, do ponto de vista pragmático, devemos compreender a linguagem verbal, em primeiro lugar, como um conjunto de fenômenos de comunicação?
15. Por que não podemos dizer que, primeiro, ocorreu um desenvolvimento sintático da linguagem verbal (levando a dividir as expressões em palavras e sentenças) e, depois, um desenvolvimento semântico (levando então às noções de referência das palavras e de significado de sentenças)?

Leituras recomendadas

FREGE, 1978: Sentido e denotação.
DEWEY, 1980: *Experiência e natureza* (capítulo 5).
QUINE, 1972: Significação e verdade.

Atividade

Com base no estudo deste capítulo, inclusive a leitura de alguns dos textos acima recomendados para leitura complementar e nas respostas dadas às questões acima propostas, procure dissertar sobre os seguintes temas:

(A) As correlações entre as noções de enunciado, sentença e proposição, de um lado, e de sentido, referência e significado, de outro.
(B) O problema da composicionalidade e sua relação com a distinção entre termos categoremáticos e sincategoremáticos.

3

Concepções do Significado

Alguns filósofos da linguagem, com a finalidade de apresentar suas teorias, pressupõem certa concepção da significação que seria de senso comum ou que pertenceria também, digamos, ao senso comum filosófico. Do mesmo modo, alguns autores de livros introdutórios de filosofia da linguagem mencionam certa *concepção referencial da significação*,[29] às vezes, sem apontar algum filósofo mais conhecido que a defenda ou tenha defendido, mas falando apenas da facilidade e comodidade de tal concepção, razão pela qual muitos a adotariam ou a pressuporiam. Assim, aparentemente, essa concepção seria não mais do que um ponto de partida para poder apresentar uma melhor concepção da significação, uma alternativa que evite os problemas dessa concepção supostamente ingênua.

Neste capítulo, vamos tratar dessa concepção e de outras, procurando avaliar suas respectivas vantagens e desvantagens. As demais são as concepções ideacional, proposicional e pragmática. Há diversas versões de cada uma delas, e vamos procurar reconstituir uma versão de cada uma, partindo das ideias de alguns autores que as defenderam, mas procurando destacar aquilo que, a nosso ver, haveria de essencial em cada uma. Em certa medida, as vantagens e desvantagens de cada uma dessas concepções resultam da forma como o próprio problema do significado de sentenças (ou enunciados, ou proposições) é colocado.

Antes de entrarmos nas considerações sobre cada uma dessas concepções do significado, vamos tomar em consideração a própria ideia de que a concepção referencial seria a mais ingênua, defeituosa e, desse

[29] *Cf.* LYCAN, 2000, cap. 1, e ALSTON, 1963; 1972, cap. 1, que discutem algumas das mais comuns objeções a tal concepção.

modo, aquela que, por apresentar os defeitos mais patentes e graves, deveria ser logo descartada e substituída por uma concepção mais bem elaborada. Veremos que isso não é inteiramente correto, embora as demais concepções — ideacional, proposicional e pragmática — possam ser encaradas como tentativas de refinar uma espécie de ideia básica representacionista que a concepção referencial contém. Essa ideia resulta de uma intuição dos próprios falantes de uma língua, na medida em que eles entendem que utilizam a linguagem para se referirem a coisas no mundo. Por um lado, o problema com a concepção referencial pode estar então na própria forma de compreender de que forma a linguagem pode representar as coisas. Por outro lado, as outras concepções mencionadas, por sua vez, apelam para outras intuições importantes dos falantes, e cada uma delas ganha, afinal, certa plausibilidade. Contudo, a nosso ver, em última instância, é adotando uma perspectiva pragmática que podemos resgatar as vantagens de cada uma dessas concepções, procurando eliminar seus defeitos e evitar suas limitações, como vamos argumentar na última seção deste capítulo.

3.1 A concepção referencial

A concepção referencial do significado se encontra, por exemplo, em John Stuart Mill.[30] Embora ela realmente implique sérios problemas, como discutiremos adiante e como os comentários logo a seguir já deixam entrever, por outro lado, seu apelo não é pequeno, e há também boas razões para sustentá-la, sobretudo se tivermos em conta que ela pode ser apresentada como uma (melhor) alternativa à concepção ideacional, como é o caso justamente da argumentação de Mill contra os

[30] *Cf.* MILL, 2002 [1843]; 1989, livro I. ALSTON, 1972, p. 163, de fato, cita Mill como um dos autores que defendem uma versão mais sofisticada da teoria referencial.

defensores dessa última posição. Isto é, ela evitaria problemas maiores ainda que a concepção ideacional acarretaria, como veremos.[31]

A suposta ingenuidade (e comodidade) da concepção referencial da significação poderia provir do fato de que, aparentemente, ela toma um dos casos por meio dos quais garantimos a significação de uma palavra de determinada língua como o paradigma ou modelo geral para todos os fenômenos de significação. Esse caso seria aquele em que determinada palavra é utilizada como nome de alguém ou de alguma coisa particular. Por exemplo, sabemos que o nome 'Sócrates' se refere normalmente (isto é, caso não se diga o contrário) ao filósofo grego que foi mestre de Platão em Atenas e que foi condenado a tomar cicuta. Assim, o termo 'Sócrates' pode ser considerado significativo porque *se refere* àquele indivíduo (ou outro, caso utilizemos o mesmo termo para nomear outra pessoa, animal ou coisa).

De fato, podemos tomar os nomes próprios como símbolos para determinadas coisas, isto é, como signos que associamos convencionalmente a determinadas pessoas, animais, objetos materiais, instituições etc. — um tema que discutiremos no próximo capítulo. Talvez provenha da noção básica de símbolo ou signo associado convencional e arbitrariamente a alguma coisa essa concepção referencial da significação em geral. A ideia fundamental a esse respeito é que temos no mundo duas coisas e que as associamos por convenção, sendo uma delas o signo, aquele objeto que é tomado como nome de outro, e a outra, o objeto representado pelo signo. Essa operação de nomear objetos é, de fato, um dos fenômenos linguísticos conhecidos, justamente um daqueles fenômenos que discutiremos no próximo capítulo, sobre as teorias da referência. O problema principal com essa suposta teoria referencial da significação consistiria então em tomar a nomeação como o fenômeno bá-

[31] Como veremos adiante, neste capítulo, de fato, no tempo, a concepção ideacional antecede a concepção referencial, pelo menos quanto à versão de John Stuart Mill, uma vez que, por exemplo, ela teria sido defendida por John Locke em seu *Ensaio sobre o entendimento humano* (de 1690), ou seja, cerca de 150 anos antes da obra de Mill já citada. *Cf.* LOCKE, 1980; 1990.

sico que confere significação a quaisquer tipos de expressões linguísticas.

Em primeiro lugar, isso não é verdadeiro com relação às próprias expressões que gramaticalmente classificamos como palavras, pois algumas delas, como os termos sincategoremáticos, não podem ser correlacionadas com objetos, uma vez que não são nomes de coisa alguma. E mesmo os próprios termos categoremáticos, como os termos gerais (por exemplo: 'mesa', 'cadeira', 'livro', 'computador' etc.), do mesmo modo, não podem ser associados a objetos a não ser que pensemos em objetos abstratos, como as classes. Assim, o adepto da concepção referencial ver-se-ia diante de um dilema: ou teria de admitir que algumas palavras não possuem significação, ou teria de se comprometer com a existência de entidades abstratas. De fato, alguns estão dispostos a pagar esse preço e a admitir a existência de entidades abstratas de uma forma semelhante àquela defendida pelo platonismo, como veremos nos próximos capítulos. Mas aqueles que não estão dispostos a isso se veem então na situação de ter de elaborar uma teoria da significação de outro tipo, que evite esse problema metafísico.

Em segundo lugar, a concepção referencial da significação estenderia para o caso daquelas expressões que gramaticalmente classificamos como sentenças ou orações de determinada língua a mesma função nomeadora ou referencial. Isto é, assim como uma palavra seria o nome de uma coisa, uma sentença seria uma espécie de *nome* de algum tipo de coisa ou, talvez, melhor dizendo, de um evento. Ora, como as sentenças são normalmente correlacionadas com estados de coisas (por exemplo, com fatos), elas seriam tomadas como representações de tais estados de coisas. A esse respeito, há diversas objeções que podem ser levantadas contra essa concepção. Uma delas é que uma sentença não pode ser correlacionada com um estado de coisas da mesma forma que um termo pode ser correlacionado com uma coisa. Uma sentença pode representar um estado de coisas, de fato, mas de um modo diferente, que indicaria uma função descritiva ou predicativa da linguagem, função essa que estaria ligada a outro fenômeno de significação — justamente aquilo

que, mais propriamente, procuram compreender os teóricos do significado das orações.

Se dissermos, por exemplo, “Sócrates bebeu cicuta”, para considerarmos esse símbolo complexo como a representação de um estado de coisas, ele seria o estado de coisas também referido pela expressão ‘o beber cicuta por Sócrates’ ou, numa forma gramaticalmente mais comum: ‘o fato de Sócrates ter bebido cicuta’. Mas, obviamente, aquilo que estamos tentando fazer com expressões como essa é descrever uma relação entre duas coisas no mundo, a saber: Sócrates e (determinada quantidade de) cicuta, uma relação que ocorreu apenas uma vez. Estamos nos referindo àquela ocasião em que essas duas coisas entraram em contato, isto é, aquela porção de cicuta que Sócrates ingeriu e ele mesmo. E embora isso seja um fato filosófica e historicamente relevante, dada a forma como encaramos a diferença entre fatos e coisas, não parece pedir um nome próprio. Em outros termos, nossa forma de linguagem parece possuir outras propriedades e funções que lhe permitem lidar com estados de coisas de um modo diferente daquele por meio do qual lida com objetos. Em última instância, uma justificação filosófica satisfatória dessa posição conduziria a defender que os estados de coisas são, eles mesmos, também coisas, ou seja, que uma relação entre duas coisas é uma terceira coisa, que pede também um nome próprio. Ora, isso não parece ser aquilo que o mundo que nos rodeia pede de nossa linguagem.

Em certa medida, aceitar ou não essa solução para o problema do significado de sentenças (ou enunciados, ou proposições), depende de como entendemos o que é um nome. Para alguns, como também veremos no próximo capítulo, os nomes possuem denotação (já que nomeiam indivíduos, seus referentes), mas não sentido, na acepção fregeana do termo ‘sentido’. Contudo, alguns nomes têm origem em descrições ou expressões similares, o que permitiria inferir que pelo menos alguns nomes se confundiriam com sentenças. Assim como, por um lado, certos nomes podem então conter diversos termos, por outro, certos nomes poderiam ser encarados como sentenças de uma palavra só (como ‘Fo-

go!') ou como sentenças elípticas, nas quais determinados termos foram desconsiderados.

Além disso, de qualquer forma, como sugere uma análise preliminar das descrições, os termos contidos numa sentença parecem contribuir para o significado da própria sentença — a já mencionada questão da composicionalidade. O problema então consistiria em sabermos em que medida e devido a que elas dão tal contribuição ao significado da frase.

Embora pelo menos alguns dos termos que ocorrem numa sentença de determinada língua pareçam, de fato, contribuir para o significado dessa sentença, como os termos categoremáticos, outros, ao contrário, como vimos no capítulo anterior, adquirem significação ao serem inseridos na sentença (os termos sincategoremáticos justamente); e isso porque essa significação talvez derive não de uma possível referência desses termos, mas, ao contrário, do próprio significado da sentença. Esse significado da sentença seria uma forma diferente de significação — aquilo que o teórico do significado de orações está procurando entender.

Quando presumimos que significados e denotações são significações dadas de modo abstrato e independente da prática dos falantes de determinada língua, podemos ser conduzidos a essas especulações a respeito das correlações apropriadas entre os diferentes tipos de expressões de uma língua e ocorrências no mundo com o qual o falante deseja correlacionar tais expressões. Mas, ao contrário, adotando uma perspectiva pragmática, e pressupondo então que a prática dos falantes vem em primeiro lugar, e depois, dependendo das capacidades de expressão de sua língua, uma visão do mundo que decorre dessa prática linguística, então a própria questão de uma possível teoria referencial da significação em geral ser admissível se torna um tanto fora de propósito. Pois, com base na prática dos falantes de uma língua, são as funções nomeadora e predicativa da linguagem que parecem vir primeiro, e depois a divisão das expressões da língua em palavras (ou nomes de coisas) e sentenças (ou descrições de estados de coisas ou eventos).

Mesmo que consideremos um argumento em favor dessa concepção referencial que, assim como as palavras representam na linguagem coisas que estão fora dela, as sentenças representariam na linguagem estados de coisas que estão fora dela, essa concepção não se sustentaria exatamente como tal, pois, nesse caso, ela teria então de ser talvez denominada *concepção representacional* da linguagem.

Contudo, isso, por sua vez, é uma trivialidade completamente irrelevante. Dizer que a linguagem é uma forma de representação é o mesmo que dizer que qualquer tipo de signo é uma forma de representação — o que é verdade, mas trivial. E o que está em questão para as semânticas filosóficas é a forma como determinados signos podem representar outras coisas. A linguagem, com certeza, nos confere a capacidade de representar o mundo, mas a questão mais importante é a seguinte: por que meios ela faz isso? É isso o que queremos saber. A concepção referencial da significação, portanto, pareceria ser apenas uma primeira forma, muito rudimentar e ingênua, de dar uma resposta para essa questão geral da semântica filosófica.

Não gostaríamos, todavia, de descartá-la tão imediatamente, com base nesses primeiros possíveis inconvenientes — e a suposta ingenuidade — que estariam associados a ela. Encarar essa concepção pelo menos com certa plausibilidade não depende apenas de como entendemos o que é um nome e do que concebemos ser a denotação de termos ou palavras, mas também de como entendemos o que é uma sentença, ou proposição, ou enunciado, e o que seria, portanto, seu significado. A própria escolha de um desses portadores de significado já afeta, obviamente, a solução que deverá — e poderá — ser dada para esse problema. Assim, pelo menos para aprofundarmos um pouco mais essas noções todas, devemos dar à concepção referencial o *benefício da dúvida*, como se diz, e considerarmos suas possíveis virtudes.

Justamente se tomarmos em conta a forma como é apresentado o problema do significado, a concepção referencial se mostra uma alternativa plausível logo de início. Mill, por exemplo, diz o seguinte:

> Se tentarmos ir mais adiante no mesmo caminho [na análise do objeto da crença], isto é, analisar um pouco mais o conteúdo das proposições, vai se nos impor, como um tema de consideração anterior, o conteúdo dos nomes. Pois toda proposição consiste em dois nomes, e toda proposição afirma ou nega um desses nomes em relação ao outro. Ora, o que fazemos, o que se passa em nossa mente, quando afirmamos ou negamos dois nomes um do outro, deve depender daquilo de que eles são nomes; uma vez que é com referência a isso, e não aos próprios nomes, que fazemos a afirmação ou negação. Portanto, aqui encontramos uma nova razão pela qual a significação dos nomes, e, em geral, a relação entre os nomes e as coisas significadas por eles devem ocupar o estágio preliminar da investigação na qual nos engajamos. (MILL, 2002 [1843], p. 13, livro I, cap. I, §3.)

Mesmo que não concordemos com essa indicação básica de Mill, podemos segui-la de certa forma, e até certo ponto, para tentarmos estabelecer aquilo que poderia ser a tarefa específica de uma teoria do significado. Suponhamos então uma análise preliminar do significado de uma sentença, tomando em consideração os termos que nela ocorrem.[32] Tomemos então uma sentença simples do português, como:

(1) O livro está sobre a mesa.[33]

Nessa sentença (ou, melhor dizendo, na sentença utilizada no enunciado (1), acima), há dois termos claramente categoremáticos — 'livro' e 'mesa' —, sendo que, os artigos definidos ('o' e 'a') e a preposição ('sobre'), como sabemos, são termos sincategoremáticos, isto é, termos que não possuem denotação. A forma verbal 'está' (do verbo 'estar'), a rigor, um verbo de ligação, também é, de fato, um termo sincategoremático, uma vez que adquire sua significação precisa no contexto da sentença. Por outro

[32] Embora, como já enfatizamos, a escolha de um portador de significado também seja um ponto crucial de tal investigação, apenas para efeito de argumentação, tomemos como objeto de análise uma sentença pertencente a determinada língua natural, o português, por exemplo, como faremos a seguir no texto. Como veremos, essa análise nos conduz naturalmente às outras noções (enunciados e proposições).

[33] Mesmo que já seja uma convenção estabelecida que utilizaremos as aspas simples em torno de expressões linguísticas quando elas estiverem sendo mencionadas, quando elas aparecerem destacadas, como neste caso e nos próximos, que são também numerados, dispensaremos essa formalidade notacional. A numeração lateral de cada expressão, como também é convencional, serve para guiar a análise.

lado, contudo, a expressão 'está sobre', como exemplificação da forma mais genérica 'estar sobre' parece ser categoremática, já que indica uma relação espacial.[34] Assim, podemos tomá-la como um termo, o que não representa problema algum, já que pretendemos fazer uma análise mais aprofundada do que permitiria a gramática superficial da língua, isto é, desejamos fazer uma análise lógica ou, digamos, *conceitual* das expressões que figuram na referida sentença. Portanto, assim como 'livro' e 'mesa', 'estar sobre' pode ser considerado um termo denotativo; as três expressões são então termos gerais para os efeitos da análise que vamos apresentar.[35]

Seguindo então a sugestão de Mill e de diversos outros autores que adotam essa abordagem lógica ou conceitual para analisar as relações entre os termos de uma expressão, podemos considerar o termo 'estar sobre' como denotativo. De fato, na sentença em questão, ele parece ser o termo central, isto é, aquele que permite predicar algo, relacionando os outros dois termos, 'livro' e 'mesa'. Do ponto de vista semântico, intuitivamente, embora esses dois termos sejam necessários para descrever a situação física ou relação entre dois corpos materiais dos

---

[34] Como discutimos no capítulo anterior, os dêiticos em geral (e, assimilando a essa categoria os pronomes de todos os tipos e as formas verbais flexionadas) não possuem referência ou denotação, mas, de qualquer modo, possuem sentido para o falante, já que esse sabe como utilizar tais expressões. O sentido de um termo, na acepção fregeana, como também discutimos no capítulo anterior, por sua vez, pode ainda ser assimilado à noção de significação intensional (em oposição a extensional) de um termo. Assim, a expressão 'estar sobre' possui para o falante determinado sentido, o que permite que ele a exemplifique, conferindo a ela uma extensão, ainda que incompleta e provisória.

[35] Nesse sentido lógico ou conceitual, um *termo* é uma unidade, digamos, e pode ser expresso por diversas palavras do vocabulário de uma língua natural. Portanto, a palavra 'termo', nesse caso, não corresponde à noção gramatical de *palavra*. Por isso podemos dizer que 'estar sobre' é um *termo*, no sentido lógico. Detalhes técnicos como esse estão mais relacionados com as análises de alguns autores ligados à concepção proposicional, como Russell, tal como veremos adiante, neste capítulo. No caso da expressão 'estar sobre', podemos dizer que ela possui pelo menos sentido, embora, estritamente falando, talvez não denotação, tal como assinalamos na nota anterior. Ora, nesse caso, o que a concepção referencial do significado estaria fazendo seria assimilar a noção de sentido àquela de referência ou, em outros termos, desconsiderar a noção fregeana de sentido e, consequentemente, a noção de significação intensional, tal como indicamos também na nota anterior. Como veremos abaixo, por sua vez, tal análise acaba por nos conduzir de volta à noção fregeana de sentido.

quais fala a sentença em (1), o termo 'estar sobre' parece contribuir mais que eles para tal descrição. Ou seja, ele parece ser mais central se pensarmos na função descritiva ou predicativa de (1). Assim, suponhamos que deixemos de lado os outros dois termos, uma vez que o termo 'estar sobre' parece possuir uma generalidade que permitiria predicar de forma similar também de outros objetos. Desse modo, podemos obter um *esquema sentencial* que corresponderia a uma *função sentencial*, como se costuma dizer, que seria a seguinte:

(2) ____está sobre ____.

E, como também é usual, podemos preencher os espaços desse esquema utilizando variáveis, resultando em:

(3) *x* está sobre *y*.

Por fim, podemos ainda representar o termo 'estar sobre' de uma forma mais sintética, indicando a *função predicativa*, digamos, que ele desempenha, resultando em:

(4) *xFy*.

Alguns autores que estão ligados aos inícios e primeiras fundamentações da lógica moderna (e também da filosofia da linguagem), como Russell, Frege e seus seguidores, achavam que com esse tipo de análise conseguimos expor (ou pôr em evidência) o que eles algumas vezes denominam a *forma lógica da proposição*, como veremos adiante, neste capítulo. Não precisamos, por ora, ir tão longe; mas, de qualquer modo, vemos que, desde a sentença inicial de (1) até a versão formalizada de (4), realizamos um procedimento que teve como resultado passar dos termos que constituem uma sentença para uma *função predicativa*, digamos, que é pelo menos um esquema que nos permite produzir enunciados similares a (1), como, por exemplo:

(5) A cidade está sobre o vale,

que relaciona os termos ‘cidade’ e ‘vale’ da mesma forma que (1) relaciona os termos ‘livro’ e ‘mesa’.

Embora (1) e (5) apresentem sentenças diferentes e descrevam situações físicas diferentes, e embora os quatro termos categoremáticos antes mencionados, que estão presentes nas duas sentenças sejam, obviamente, essenciais do ponto de vista semântico para que essas duas sentenças possam descrever duas situações empíricas distintas, para fazer o que elas devem fazer — isto é, cumprir sua função descritiva ou predicativa —, o termo ‘estar sobre’ e, logo, também a função indicada pela fórmula (4) parecem mais importantes.

A essa altura da análise seria então o caso de perguntarmos o que é mais relevante do ponto de vista semântico, nesse caso, exatamente, o que é mais relevante quanto à capacidade de o esquema *xFy* gerar novas sentenças significativas, os termos ou alguma propriedade do próprio esquema predicativo? Para as duas situações específicas descritas por (1) e (5), obviamente, os termos ‘livro’, ‘mesa’, ‘cidade’ e ‘vale’ são essenciais. Mas, como sugerimos, o termo ‘estar sobre’ possui maior generalidade predicativa, pois pode correlacionar inúmeros diversos outros pares de termos, como os outros quatro mencionados.

Nesse nível de abstração e generalidade no qual estamos fazendo a análise, vemos que o esquema *xFy* contribui então mais para o significado das sentenças de (1) e (5) do que aqueles quatro termos gerais. E embora, segundo uma análise superficial, ‘estar sobre’ seja então também um termo geral, o esquema *xFy* não é um termo geral, mas a representação de uma função sentencial particular, como dissemos antes. Esse esquema é então, do ponto de vista semântico, o núcleo central das sentenças de (1) e (5) ou, se quisermos outra forma de expressar o mesmo pensamento, ele é uma espécie de *esqueleto lógico e semântico* das respectivas sentenças.

Essa análise lógica é apenas aproximativa e tem só a finalidade de apontar o seguinte: o significado das sentenças de (1) e (5), na verdade, não parece depender tanto da referência dos termos que aí figuram, mas da função sentencial empregada, semanticamente falando, isto é, de sua capacidade de gerar novas sentenças significativas. Assim, o significado de uma sentença depende de algo que transcende muito a referência dos termos, inclusive do próprio termo 'estar sobre', quando nos damos conta de que ele é, de fato, não propriamente um termo categoremático, mas, mais que isso, é também o núcleo de uma função sentencial.

Por fim, devemos lembrar que, assim como (1) e (5) não são propriamente *sentenças* do português, mas, de fato, enunciados que utilizam duas diferentes sentenças do português, a função sentencial mencionada e presente nelas (que indicamos por *xFy*) é uma entidade ou estrutura linguística de maior nível de generalidade. Para alguns, ela se refere a uma *proposição*, isto é, a uma unidade de significado, isto é, aquilo que é instanciado em sentenças significativas de uma língua. Mas, alternativamente, nada nos impediria de identificar o esquema *xFy* com a própria *sentença*, e afirmar que a *proposição* seria algo de maior generalidade ainda, quando, por exemplo, tomássemos termos codesignativos ou correferenciais a 'estar sobre', seja da mesma língua, seja de outras línguas. Por exemplo, sejam as seguintes funções sentenciais:

(6) *x* está em cima de *y*, e

(7) *x is on y*,

sendo que em (7) utilizamos um termo composto de palavras do inglês ('*is*' e '*on*'). Ora, esse artifício já nos indicaria que, de fato, o *termo* de que realmente estamos tratando não precisa estar expresso com palavras do português ou do inglês, mas de quaisquer línguas naturais, desde que cumpra a mesma função predicativa. Assim, de fato, desse ponto de vista, 'estar sobre', 'estar em cima' e '*is on*' são todas expressões que

instanciam o mesmo termo (logicamente falando). Portanto, em última instância, segundo essa outra análise, *xFy* poderia indicar não uma função sentencial determinada, mas uma proposição, ou, mais exatamente, uma função *proposicional* (e não *sentencial*) propriamente falando.

Esse tipo de análise motivou em grande medida algumas teorias proposicionais do significado, como veremos adiante. Mas, por ora, sua importância reside apenas em poder nos mostrar que, de fato, embora os termos que figuram numa sentença contribuam para seu significado, obviamente, alguns contribuem mais que outros. E essa *maior* contribuição não está ligada à referência desses termos, mas ao fato de se prestarem eles a cumprir sua função predicativa. É óbvio, por outro lado, que eles cumprem essa função predicativa em virtude de sua referência. Mas não se trata da mesma função que eles cumprem quando *se referem* a determinadas coisas. Seus papéis semânticos (isto é, quanto à significação de expressões de tipos diferentes) são diferentes em cada caso. Ora, o reconhecimento desse ponto é o que justifica procurarmos elaborar teorias do significado (de orações), e não apenas teorias da referência (de termos).

Apesar das críticas que já adiantamos acima à concepção referencial e da análise que apresentamos (que parece indicar um caminho diferente daquele que ela tomaria), essa concepção é motivada exatamente pelo desejo de voltar a um tipo mais concreto de análise do significado, deixando de lado as elaborações mais abstratas (e, segundo ela, mais especulativas) de outras abordagens.

Assim, para a concepção referencial na versão mais sofisticada que apresentamos acima e envolvendo também a noção de composicionalidade, de Frege, assim como a distinção feita por esse autor entre *sentido* e *denotação*, que vimos antes, o significado de uma sentença particular dependeria então das seguintes condições:

(i) a ocorrência de termos denotativos ou categoremáticos presentes na sentença — termos que, fazendo referência direta a

determinados objetos, permitem aplicar a sentença a um contexto particular de fala;

(ii) o uso de uma função sentencial (ou proposicional, se quisermos) — função essa que, a rigor, não possui referência ou denotação, mas possui sentido, já que o falante sabe como utilizar a função sentencial para gerar sentenças particulares.

O resultado dessa análise ou, melhor dizendo, a interpretação que devemos dar a ela é, contudo, ambígua, uma vez que iniciamos com a noção comum de referência, mas terminamos empregando também a noção fregeana de sentido. O resultado da análise acima exposta pode ser uma solução para o problema da composicionalidade, mas, em última instância, ou tal análise mostra que a noção de referência aplicada a sentenças é inadequada, ou que, mesmo empregando tal noção, ela só é eficaz em resolver o problema da composicionalidade se assimilarmos a noção de sentido àquela de referência. E se isso, em última instância, implicar também abandonarmos a noção de significação intensional, preservando apenas aquela de significação extensional, então a ambiguidade acima referida se resolve com o seguinte resultado: a concepção referencial do significado de sentenças deve ser abandonada, uma vez que ela contraria uma das intuições mais fundamentais dos falantes a respeito do uso da linguagem verbal, a saber, aquela segundo a qual distinguimos a significação intensional da significação extensional das expressões de uma língua. Essas são algumas das razões pelas quais a teoria referencial parece dever ser abandonada, conduzindo-nos então às alternativas que veremos nas próximas seções.

3.2 A concepção ideacional

Para resolver o problema da composicionalidade, se a concepção referencial, como vimos na seção precedente, parece nos forçar a assimilar a noção de sentido àquela de referência (ou denotação), por sua vez, a concepção ideacional parece nos levar a fazer o contrário, ou seja, a

assimilar a noção de referência àquela de sentido. Mais precisamente, a concepção ideacional insiste que o significado de uma expressão reside na ideia ou conceito que o falante possui ao utilizá-la em seu discurso. Essa concepção também é, em parte, de senso comum e, na tradição filosófica, remonta ao filósofo empirista britânico John Locke. Ela tem a vantagem de lidar com uma noção primitivamente intensional de significação das expressões em geral, no sentido que vimos no capítulo anterior, isto é, ela também está relacionada com as intuições do falante que utiliza as expressões de uma língua.

Em virtude disso o problema da composicionalidade é, aparentemente, muito mais fácil de resolver desse ponto de vista; e a razão é que, em primeiro lugar, o que vale são as significações atribuídas às expressões pelo próprio falante individual, inclusive as significações das palavras e, dentre elas, dos termos sincategoremáticos. Por extensão, como veremos, isso garante também o significado das sentenças.

Entretanto, partindo de outras intuições linguísticas dos falantes, a concepção ideacional conduz, por sua vez, a um problema de dificuldade equivalente àquele da concepção referencial em relação ao sentido das expressões. Se diversos falantes utilizam as mesmas expressões em conformidade com suas intenções ou propósitos e, logo, com os conceitos ou ideias que eles é que relacionam com tais intenções ou propósitos, então como é possível que eles se comuniquem eficientemente?

Ora, se eles se comunicam, como é patente na maior parte dos episódios de comunicação, então as expressões utilizadas não podem se referir *apenas* às suas ideias, mas têm de se referir também a coisas e estados de coisas no mundo. Esse problema com relação especificamente à denotação dos termos será discutido no próximo capítulo. Na presente seção, vamos ver como devemos lidar desse ponto de vista com o problema do significado das orações.

O próprio Locke, em seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, indica uma solução possível. Vamos ver como uma reformulação de sua posição permitiria indicar uma saída para a citada dificuldade. Sobre a

relação entre a significação das expressões e as ideias do falante, Locke afirma o seguinte:

> 2. *As palavras, em sua significação imediata, são os sinais sensíveis das ideias de quem as utiliza*. Sendo o uso que os homens fazem dessas marcas ou o registro de seus próprios pensamentos para ajudar sua própria memória, ou, por assim dizer, o que expressa suas ideias e as coloca diante das vistas de outros, em sua significação básica e imediata, as palavras nada indicam senão *as ideias na mente de quem as utiliza*, por mais imperfeita ou descuidada que seja a forma pela qual essas ideias sejam tomadas das coisas que se supõe que elas representem. Quando um homem fala com outro, é para ser entendido, e a finalidade do discurso é que esses sons, como marcas, possam tornar conhecidas do ouvinte suas ideias. Assim, as palavras são as marcas das ideias do falante e, imediatamente, ninguém pode aplicá-las como marcas de nada mais que as ideias que possui, pois isso significaria torná-las marcas de suas próprias concepções e, todavia, aplicá-las a outras ideias, o que faria com que elas fossem e não fossem ao mesmo tempo sinais de suas ideias e, assim, que não tivessem qualquer significação. (LOCKE, 1990 [1690], p. 253; Livro III, cap. II, §2; itálicos no original.)

Devemos notar que, embora Locke fale da significação de palavras, claramente sua concepção ideacional também se aplicaria ao caso do significado de sentenças, e isso em decorrência da teoria empirista da origem das ideias que ele sustenta e de sua doutrina das formas de associação de ideias e da criação de ideias complexas a partir das ideias simples que, por sua vez, têm origem na experiência, tanto na sensação (do que supostamente está fora de nós) quanto na reflexão (sobre nossos próprios estados mentais). Pois as sentenças ou proposições que elas expressam são, afinal, relações de ideias que fazemos.

Para Locke, se tomamos uma ideia qualquer e ela é cognitivamente legítima, então ou ela deriva diretamente da sensação ou da reflexão, e é então uma ideia simples, ou foi composta a partir de ideias simples e pode, em última instância, ser remetida a elas. Dessa forma, por exemplo, alguém que nunca teve experiência de uma montanha de ouro pode legitimamente sustentar essa concepção se tiver as ideias simples de montanha e de ouro, pois pode combiná-las na ideia complexa de montanha de ouro que, por sua vez, poderia ter origem direta na experiência como uma ideia simples. Isso garante não apenas então a significação de expressões isoladas, mas também aquela das sentenças

que descrevem estados de coisas. Pois o falante pode falar significativamente de determinado estado de coisas se a proposição expressa em sua fala resultar de uma legítima relação de ideias a partir de ideias simples.

Uma ideia, por sua vez, para Locke, é tudo aquilo que está presente ao entendimento. Assim, quando, em primeiro lugar, alguém utiliza uma expressão, essa pessoa o faz para registrar seus pensamentos, como vimos na citação acima do texto do próprio Locke. Em segundo lugar, então, a mesma expressão pode ser utilizada na comunicação para indicar aos outros no que estamos pensando. Há então, obviamente, uma intuição pragmática importante na concepção ideacional de Locke, ou seja, que o falante utiliza determinados sons com o propósito de comunicar algo a seus interlocutores. E se ele, além de criar ideias complexas a partir de ideias simples e também a elas associar determinados termos, combina também esses termos em orações e as expressa, o que faz é tentar dar conhecimento aos outros de seus pensamentos. Em suma, Locke se refere ao fato inegável de que, ao iniciar um evento de comunicação, um falante tem a intenção de dirigir a atenção do outro, em primeiro lugar, para aquilo que ele, o falante, tem em mente, mesmo que ele mesmo suponha também, obviamente, que o que ele tem em mente ou pensa também esteja relacionado com coisas no mundo.

Além disso, como também diz a citação acima de Locke, em virtude dessa intenção de comunicação do falante, os termos não poderiam ser utilizados senão como marcas de seus pensamentos, uma vez que seria contraditório supor que isso se daria de outro modo. E essa objeção de Locke a uma concepção referencial da significação também se explica por meio de sua teoria empirista do conhecimento. Para o autor, aquilo com que lidamos diretamente são nossas ideias e não as coisas no mundo das quais supomos que nossas ideias sejam representações. Vivemos, por assim dizer, por trás de um véu de ideias, mesmo que seja não apenas razoável, mas mesmo imperativo, supor que tais ideias sejam legítimas — quando são — porque têm origem nas coisas.

Desse modo, na comunicação, também é razoável supor que os outros falantes possuem as mesmas ideias e que associam os termos

utilizados na comunicação às mesmas ideias. Esse é outro pressuposto pragmático necessário que Locke também menciona, mas que não impede, segundo ele, que os termos estejam associados em primeiro lugar, e basicamente, às ideias do falante. Pressupor o contrário seria ter uma noção errada dos processos cognitivos pelos quais adquirimos nossas ideias, e o objetivo da referida obra de Locke é apresentar uma visão correta de tais processos cognitivos. Embora breve, o capítulo II do Livro III da obra de Locke procura dar conta de todos esses aspectos. E, de um ponto de vista mais pragmático, que tem em conta em primeiro lugar a comunicação, devemos concordar com ele. Se uma expressão se referisse em primeiro lugar não à ideia do falante, mas ao objeto ou à situação que ela representa, como diz a citação acima de Locke, isso implicaria uma contradição performática: isto é, da parte do falante, seria pressupor que uma expressão se refere ao que ele pensa e, ao mesmo tempo, negar isso.

Em suma, a teoria ideacional não apenas apresentaria uma concepção parcialmente pragmática do uso das expressões na comunicação, mas também explicaria como, em segundo lugar, também associamos as expressões às coisas e situações no mundo, além de associá-las a nossos pensamentos. Se, primitivamente, as expressões estivessem associadas às coisas e às relações *de facto* entre elas, como quer a teoria referencial, então não poderíamos utilizá-las, já que, para o falante, não estaria pressuposto que por esse meio ele pode dar aos outros o conhecimento do que pensa.

Contudo, por outro lado, já que o falante deseja pelo discurso dar aos outros conhecimento do que pensa, porque os outros não podem ter acesso direto ao que ele pensa, é preciso também associar as expressões às coisas e às situações no mundo, como também reconhece Locke. Essa associação das expressões às coisas e situações no ambiente, embora secundária, ancora a comunicação no mundo, nas coisas e situações objetivas, e permite então que os falantes deem aos outros a conhecer o que pensam. Ela é o vínculo necessário entre as ideias dos diferentes falantes e representa então também a possibilidade de corrigirmos o uso

das expressões, garantindo uma comunicação eficiente, como Locke também comenta no referido capítulo de seu livro.

Logo, a concepção ideacional adiciona a noção de que a significação de uma expressão é a ideia na mente do falante como uma das condições pragmáticas da comunicação eficiente, que seriam em geral as seguintes:

(a) o falante utiliza uma expressão como marca de uma ideia sua;
(b) ele pressupõe que os outros falantes possuem ideias semelhantes às suas;
(c) ele pressupõe que, por terem origem similar à de suas ideias, as ideias dos outros falantes e, por conseguinte, as expressões a elas associadas designam também coisas e situações no mundo.

Assim como (b) e (c) são pressupostos necessários da comunicação eficiente, (a) também é. E, logo, desse ponto de vista, a significação de uma expressão tem de ser originariamente a ideia na mente do falante. Mesmo que por meio de seu discurso ele queira se referir *também* a um estado de coisas no mundo, como é, obviamente, sempre o caso, do ponto de vista da concepção ideacional, é preciso pressupor que, em primeiro lugar, o falante utiliza a linguagem como representação de suas ideias, e não como representação das coisas.

Desse ponto de vista, uma concepção referencial só se sustentaria se pudéssemos eliminar a condição (a) e pudéssemos manter apenas algo semelhante ou equivalente às outras duas condições. Ora, do ponto de vista da intenção de comunicação do falante, a condição (a) não pode ser eliminada. Assim, a não ser que sustentemos uma concepção da significação que desconsidere a intenção de comunicação, e pensemos apenas na relação abstrata entre a linguagem e as coisas, a concepção ideacional se mantém. E, de fato, não apenas a concepção referencial que já analisamos antes, mas também a concepção proposicional, que veremos

a seguir, ambas têm em vista mais uma relação abstrata entre a linguagem e as coisas do que as relações concretas que encontramos nos eventos de comunicação.

Dissemos acima que a concepção ideacional resolve com mais facilidade o problema da composicionalidade e devemos então voltar a esse ponto. Os termos sincategoremáticos só podem ser empregados pelo falante se, independentemente de terem eles referência — coisa que eles não têm —, tiverem sentido. É claro então que, mesmo que erre, um falante emprega um termo qualquer, inclusive um termo sincategoremático, de acordo com o sentido que a ele confere. Ele emprega o termo de acordo com o conceito que associa a ele, ainda que esse conceito possa não estar de acordo com a extensão do termo, isto é, com aquela coleção de objetos que intersubjetivamente o restante dos falantes concordariam em associar ao mesmo termo.

Por exemplo, um falante que tem uma ideia errada da extensão do termo 'gato', pode empregá-lo para se referir a um leão ou a um tigre. Na comunicação, provavelmente, mais cedo ou mais tarde, ele será corrigido pelos outros falantes, que aceitam ou tácita, ou explicitamente, uma significação extensional do termo 'gato' que o associa a indivíduos das raças siamesa, angorá, persa etc., mas não a leões e tigres. Mas antes dessa correção intersubjetiva que garante uma comunicação mais eficiente, o falante já empregava o termo segundo sua ideia de gato, mesmo que errada. Isto é, ele se baseava na significação intensional que conferia ao termo. Depois de corrigido pelos outros falantes, ele terá uma nova ideia de gato e, logo, associará uma nova significação intensional ao termo 'gato'. Do ponto de vista pragmático, sua fala será mais eficiente e sua comunicação com os outros falantes menos sujeita a desentendimentos; mas, do ponto de vista da concepção ideacional, nada mudou, pois o falante continua a empregar o termo segundo sua (nova) ideia de gato.

Dessa forma, a composição de uma sentença por parte do falante deriva também das significações intensionais que ele confere às expressões, inclusive então os termos sincategoremáticos e, mais importante

para o problema de que estamos tratando neste capítulo, as sentenças que ele emprega na comunicação. O significado de uma sentença, desse ponto de vista ideacional, é então um significado também *intensional*, isto é, o que o falante pensa ao empregar a sentença na comunicação. Desse ponto de vista, é apenas pela mediação do que o falante pensa do mundo que podemos associar, em segundo lugar, uma sentença a um estado de coisas e, se houver acordo intersubjetivo, terminar por conferir também à sentença um significado *extensional*, isto é, associá-la a um estado de coisas ou situação no ambiente no qual os falantes estão.

Mesmo assim — e por mais que, cognitivamente, a concepção ideacional faça sentido e possa ser defendida —, outros poderiam argumentar que ainda podemos tomar em consideração a relação mais abstrata entre a sentença utilizada pelo falante e a situação no mundo a que ela pode estar associada, ainda que, concretamente, isso se dê apenas pela intermediação da fala e, logo, do que pensam os falantes. Um dos argumentos que, dos pontos de vista ou referencial, ou proposicional (que veremos a seguir), pode ser dado contra a concepção ideacional é que ela não trata das relações entre sentenças propriamente e situações no mundo, mas apenas entre *enunciados* e situações no mundo. Isto é, ela trata de circunstâncias em que uma sentença é utilizada por um falante, e não da própria sentença e, logo, de seu significado tomado de maneira abstrata. Mais do que de volta à concepção referencial, essa forma de encarar o problema nos conduz à concepção proposicional e àquilo que, por sua vez, ela também possui de plausível e defensável.

3.3 A concepção proposicional

A ideia central da concepção proposicional está próxima daquela da concepção referencial, pois consiste em apontar fatos ou estados de coisas no mundo como aquilo com o que devemos correlacionar uma proposição. Entretanto, ambas as concepções podem se distanciar dependendo de como interpretamos a própria noção de *proposição*. Muitas vezes, o termo ‘proposição’ é utilizado de forma menos técnica e mais

informal, e é tomado como sinônimo de 'sentença' ou de 'enunciado'. Mas se uma distinção técnica for feita entre as três noções, como fizemos no capítulo anterior, resultando então em tomar um *enunciado* como um episódio de comunicação no qual uma *sentença* de determinada língua é utilizada, e considerando então que, na mesma circunstância, outras sentenças (ou da mesma língua, ou de línguas diferentes) poderiam ser também utilizadas, permitindo haver a mesma comunicação bem sucedida entre os falantes, então podemos entender a *proposição* como algo comum a todas as sentenças que poderiam ter sido utilizadas para realizar o mesmo enunciado. Ora, desse modo, como vimos, as noções de *proposição* e de *significado* (de uma sentença) podem se confundir. Se a proposição é o que está, por assim dizer, por trás de todas as sentenças sinônimas, ela é o que essas sentenças significam, pois é isso, afinal, o que normalmente se entende por significado, isto é, pela significação de expressões complexas que podem ser correlacionadas com estados de coisas ou fatos no mundo — aquilo que permite descrevê-los ou afirmar ou negar algo a seu respeito. Essa conclusão não precisa necessariamente estar implicada por toda concepção *proposicional* do significado, mas, de qualquer forma, a discussão já aponta um possível problema que haveria com algumas delas, aquelas que porventura insistirem na distinção entre a proposição e seu significado. Nesse caso, tal distinção só se sustenta se assimilarmos as proposições às próprias sentenças, o que, afinal, significaria desconsiderar a distinção técnica entre enunciado, sentença e proposição.

Há diversas versões de teorias proposicionais na literatura, e as duas versões tradicionais mais conhecidas são aquelas de Wittgenstein, no *Tractatus*, e de Russell, no texto *A filosofia do atomismo lógico*.[36] A

[36] *Cf.* WITTGENSTEIN, 1961; 1993 [1921], e RUSSELL, 1989a; 1996 [1918]. Russell, no início de seu texto aqui citado e na apresentação que faz à primeira edição em inglês do livro de Wittgenstein, reivindica a proximidade de suas concepções com as de seu ex-aluno, proximidade essa que esse último não reconheceu inteiramente. De qualquer modo, para a maioria dos comentadores, suas versões da teoria proposicional do significado são bastante próximas. A leitura do livro de Wittgenstein é mais difícil e requer mais assistência, enquanto que a leitura do texto de Russell é bastante acessível e requer, de fato, um

ideia básica de ambos é a de que as proposições estão correlacionadas com fatos (ou estados de coisas), sendo que se uma proposição é verdadeira, o que a torna verdadeira é aquele fato com o qual ela está correlacionada. Portanto, o que a proposição significa é aquele fato que a torna verdadeira. A abordagem desses autores é claramente metafísica e envolve não apenas uma concepção da linguagem, mas também uma concepção do mundo, assim como uma concepção do conhecimento. Vamos examinar algumas das ideias a respeito desses pontos, para podermos explicar essa versão da concepção proposicional.

Embora haja, como dissemos acima, certa proximidade entre a concepção proposicional e a concepção referencial — proximidade essa que, basicamente, diz respeito ao fato de que ambas as concepções apontam circunstâncias no mundo como aquilo que confere significado às sentenças —, dependendo de como se interpreta o que é o significado, as duas concepções se distanciam. Elas se distanciam também, pelo menos na versão de Russell, pelo fato de que esse autor distingue claramente as questões relativas à significação de palavras (ou, como diz ele, *símbolos simples*) daquelas sobre a significação de frases ou orações (ou *símbolos complexos*). Tal distinção e a ideia de que os símbolos complexos possuem propriedades que os símbolos simples não podem possuir, levando então a uma reformulação do problema da composicionalidade, faz grande diferença na compreensão do significado de orações e da relação entre tal significado e as significações das expressões que compõem a oração. Russell afirma a esse respeito o seguinte:

> Tornamos claro então em que sentido diríamos que a palavra 'vermelho' é um símbolo simples e que a frase 'Isso é vermelho' é um símbolo complexo. A palavra 'vermelho' só pode ser entendida por meio do conhecimento direto do *objeto*, enquanto que a frase 'As rosas são vermelhas' pode ser entendida se soubermos o que é 'vermelho' e o que são 'rosas', mesmo sem jamais termos ouvido antes a frase. Essa é uma marca clara do que é complexo. Ela é a marca de um símbolo complexo e também a marca do *objeto simbolizado* pelo símbolo complexo. Ou

---

pequeno conhecimento de lógica. Vamos seguir aqui a apresentação da concepção proposicional desse autor. Como veremos no próximo capítulo, Wittgenstein também deu uma contribuição fundamental no âmbito de uma concepção pragmática da significação; *cf.* WITTGENSTEIN, 1980; 2001 [1953].

> seja, as proposições são símbolos complexos e os fatos que elas representam são complexos. (RUSSELL, 1996, p. 55; itálicos nossos.)

Ao utilizar o termo 'objeto' pela segunda vez na citação acima, ao se referir ao *objeto simbolizado* (*object symbolized*) pelo símbolo complexo, Russell não indica, obviamente, coisas materiais, como pode sugerir seu uso pela primeira vez na mesma passagem, quando ele menciona o conhecimento direto (*acquaintance*) de algo vermelho. Na segunda vez, Russell toma o termo 'objeto' em sentido abstrato, referindo-se então a tudo aquilo a respeito de que uma proposição pode ser construída. Para entendermos esse e outros pontos envolvidos em sua concepção proposicional do significado, temos de rever algumas das noções básicas de seu atomismo lógico, que ele procura explicar no referido texto.

Quanto à distinção entre enunciados, sentenças e proposições, aparentemente Russell não é muito rigoroso em seu texto em diferenciar essas noções — ele também fala de juízos ou crenças como coisas equivalentes a enunciados ou proposições —, embora o teor geral de sua argumentação seja o de conduzir uma discussão sobre as proposições, tal como procuraremos deixar claro adiante.

A primeira noção importante de entendermos em sua posição é aquela de *fato*. Em consonância com o que diz a citação acima, Russell diz que um fato é aquilo que é expresso por uma sentença inteira, que a expressão completa de um fato sempre vai envolver uma sentença, e não termos isolados. Ou seja, os fatos estão correlacionados com símbolos complexos, e não com símbolos simples, como vimos acima na citação feita.

Contudo, não apenas em sua relação com símbolos complexos (ou frases, e não palavras) os fatos são importantes. Eles são importantes também, do ponto de vista de Russell, por uma razão ontológica. Para o autor, o mundo não é a reunião apenas de particulares (como corpos materiais e indivíduos em geral), mas também contém fatos. Segundo Russell, um inventário completo do mundo não pode apenas relacionar particulares, mas deve também incluir fatos. Mais que isso, ele

também afirma que não há apenas fatos particulares (como aquele expresso por 'Isso é branco'), mas também fatos gerais (como o que é expresso por 'Todos os homens são mortais').[37] Uma análise lógica do mundo, que é aquilo que Russell pretende então empreender, deve nos conduzir aos *átomos lógicos*, que são particulares e fatos; e esses últimos, por sua vez, ainda podem ser analisados, já que são complexos, assim como uma proposição que, sendo um símbolo complexo, também pode ser analisada, obviamente. Um símbolo simples, para Russell, é o símbolo cujas partes não são símbolos.

Ao estabelecer então a correlação entre proposições e fatos — uma correlação que é interpretada por Russell como a congruência entre a forma lógica de uma proposição e aquela do fato que a torna verdadeira —, o autor vê na proposição, que pode ser analisada através de instrumentos lógicos, o meio para chegarmos então aos átomos lógicos que constituem o mundo. A lógica moderna, da qual Russell é um dos pais, ao lado de Frege e Whitehead,[38] é o instrumento que pode conduzir a tal análise, algo que não está ao alcance das análises (meramente sintáticas ou gramaticais) que podemos fazer com as sentenças das línguas naturais ou da linguagem comum. A ideia é então traduzir essas sentenças para uma linguagem formalizada rigorosa, uma linguagem logicamente perfeita e sem ambiguidade, que possa então exibir a forma lógica da proposição.

Os desenvolvimentos da lógica depois desses autores levaram os que se dedicam a tais estudos a serem menos ambiciosos quanto ao possível sucesso de tal empreendimento e mesmo a se darem conta de que,

---

[37] Não vamos entrar na discussão desses detalhes da posição de Russell no referido texto, uma vez que eles interessam mais para sua concepção da lógica e sua teoria da verdade. Para garantir o significado dos diferentes tipos de proposições (não apenas as singulares, mas também as gerais, tanto particulares quanto universais), inclusive as proposições negativas, Russell se viu obrigado a postular a existência até mesmo de fatos negativos, além de fatos particulares e universais. Ele reviu, contudo, esse ponto, em virtude da forte reação contrária que provocou em certos círculos filosóficos. Sobre a teoria da verdade de Russell, além de seu próprio texto já citado, *cf.* DUTRA, 2001, cap. 1.

[38] Alfred N. Whitehead é o autor que escreveu juntamente com Russell o famoso *Principia Mathematica*, WHITEHEAD; RUSSELL, 1910, uma das obras fundadoras da lógica moderna.

por mais rigorosamente que tal linguagem formalizada seja construída, ela não será isenta de ambiguidade. Independentemente do sucesso possível de tal empreendimento, contudo, vamos nos concentrar nas noções semânticas básicas que ele envolveu.

Russell enfrenta com sua teoria o problema da composicionalidade de uma forma inovadora, pois ele reconhece que, de um lado, o entendimento de uma frase ou símbolo complexo depende de conhecermos antes a significação dos símbolos simples que ela contém, a denotação das palavras que nelas ocorrem, ainda que nem sempre as palavras do vocabulário de uma língua comum correspondam a termos lógicos ou a unidades genuinamente significativas, de significação clara, que compõem uma oração. Mas esse é um tema para as teorias sobre a referência dos termos, domínio no qual Russell também deu sua contribuição relevante, como veremos no próximo capítulo. Por outro lado, Russell insiste na ideia de que é a forma lógica da proposição o mais importante no seu entendimento, e não a contribuição que na frase dão os termos simples. Ou seja, o símbolo complexo que é a proposição deve ser compreendido em sua especificidade, e por isso uma teoria do significado de proposições é necessária.

Quando traduzimos então sentenças de diversas línguas naturais para uma suposta linguagem formalizada sem ambiguidade, podemos conhecer a forma lógica da proposição, isto é, aquilo que ela possui de mais essencial enquanto símbolo complexo. E por isso podemos dizer que determinada proposição está por trás das diversas sentenças que podem ser utilizadas nas mesmas circunstâncias de comunicação em que há o assentimento dos falantes, isto é, sua opinião de que os diferentes enunciados feitos com diferentes proposições são verdadeiros. Mas o que, em última instância, é verdadeiro ou não é a proposição, diz Russell, e isso não é uma questão de assentimento dos falantes, mas uma questão objetiva que envolve apenas a proposição e o fato que a torna verdadeira.

Aqui reaparece a noção já defendida pela concepção referencial, mas de forma mais sofisticada. Pois, em última instância, o fato que tor-

na uma proposição verdadeira é o seu significado, pois com ele a proposição está relacionada. Mas não temos conhecimento adequado dos fatos que constituem o mundo, ao lado dos particulares ou indivíduos, a não ser ao conhecermos a forma lógica da proposição. E isso é algo que alcançamos pela lógica, e não por outros meios. Por isso a filosofia deve estar fundamentada na lógica e essa, por sua vez, numa concepção refinada da linguagem.

Embora, por ser a proposição um símbolo complexo e sua significação depender também das significações de seus termos (ou símbolos simples, no sentido lógico e não meramente gramatical), só conhecemos a real significação dos próprios termos componentes da proposição, por sua vez, por meio de uma análise lógica, uma vez que a gramática superficial das línguas naturais é enganadora. Ou seja, considerando o vocabulário de uma língua natural, podemos tomar como um termo ou símbolo simples algo que não o é de fato. Mas a análise lógica da proposição vai mostrar seus constituintes simples, que são o que corresponde aos constituintes do fato que torna a proposição verdadeira. É apenas a análise lógica da proposição que nos conduz então ao conhecimento apropriado de seus constituintes simples.

Assim, de fato, Russell inverte o problema da composicionalidade. Pois, se ele reconhece que o significado de uma proposição depende de seus termos constituintes simples, por outro lado, temos que começar pelo conhecimento da forma lógica da proposição para chegarmos ao conhecimento daqueles. E, logo, a forma lógica da proposição e seu significado devem ser o objeto prioritário de uma semântica filosófica.

Como podemos ver, independentemente da possibilidade de sucesso de um programa como esse de Russell para a semântica filosófica, em relação puramente ao que entendemos como o significado de uma proposição e, por conseguinte, também das sentenças que a veiculam, a concepção proposicional se situa em um nível mais alto de abstração do que as demais que examinamos até aqui. Ela possui um viés muito mais lógico e, no caso da versão de Russell, também metafísico, do que as concepções anteriormente vistas, que possuem um viés ou mais empíri-

co, ou mais pragmático. Mas, por sua vez, a concepção proposicional não deixa de apelar também para certas intuições do falante. Dentre elas está aquela de que não pretendemos apenas expressar o que pensamos, mas o que é o caso, por mais difícil que possa ser a aferição disso, talvez impossível.

Nesse ponto também a concepção proposicional de Russell se assemelha à concepção referencial de Mill, pois ambos os autores pensam que o uso sério da linguagem na comunicação visa às próprias coisas, e não meramente ao que pensamos delas. Mas eles diferem, contudo, como vimos, na análise do que são *as coisas* que queremos designar por nossa fala. A argumentação de Russell procura mostrar que sabermos o que são as coisas é algo mais complicado, e envolve também o entendimento de como funciona a própria linguagem. Dessa forma, a concepção proposicional também superaria certa ingenuidade contida na concepção referencial, que parece tomar as coisas como aquilo que empiricamente é dado e que o conhecimento da significação das expressões deriva diretamente daí.

Por outro lado, a concepção proposicional se distancia mais que as outras da consideração das circunstâncias de fala e comunicação, isto é, da dimensão pragmática. Isso por si só não seria um obstáculo a sua aceitação, pois um tratamento mais teórico ou técnico de um problema sempre envolve noções mais sofisticadas e certo distanciamento das situações comuns nas quais o problema pode surgir, sendo isso comum nas ciências em geral e na filosofia. Mas a questão mais importante que o distanciamento da concepção proposicional em relação à prática dos falantes pode envolver é o perigo de tornar-se abstrata demais e perder qualquer vínculo com as intuições do falante no uso da linguagem.

Vimos que duas intuições importantes do falante são contempladas pelas concepções referencial e ideacional, isto é, de que na comunicação sempre queremos nos referir, respectivamente, seja a certas situações no mundo, seja ao que pensamos delas. Em primeiro lugar, a motivação para partirmos para uma abordagem proposicional do significado resulta do fato de que, por outro lado, ambas essas outras concepções

apresentam também limitações e problemas de difícil solução, como vimos. E alguns deles poderiam ser resolvidos por meio de um instrumental teórico mais sofisticado, como é o caso do problema da composicionalidade, central para as teorias do significado das orações, obviamente. E aqui a vantagem é da concepção proposicional.

A questão remanescente, contudo, é se tal abordagem ainda tem algum apelo às intuições dos falantes. Ela pode talvez não ter para as intuições que envolvem a fala comum no domínio de uma única língua, no dia a dia, mas tem claramente apelo às intuições básicas às quais teríamos também de apelar para circunstâncias mais complexas do uso da linguagem, como nas traduções de uma língua para outra, nas traduções de determinados dialetos mais técnicos para outros, como é o caso nas ciências e na filosofia, e no próprio papel que o uso da linguagem possui em nossa compreensão do mundo. Assim, para os interesses mais abstratos da filosofia e de uma semântica filosófica, de fato, a concepção proposicional tem grande apelo.

Quando falamos acima diversas vezes das *intuições* dos falantes sobre seu uso da linguagem, não nos referíamos a qualquer compreensão mística ou misteriosa que eles porventura possam possuir, e que não se expressaria completamente nas análises empreendidas pela semântica (filosófica ou não), ou então pela sintaxe (ou gramatical, ou lógica). Referimo-nos simplesmente à dimensão pragmática da linguagem e ao fato de que os falantes de uma língua possuem sempre preconcepções sintáticas e semânticas da língua que falam, preconcepções que podem não estar explicitadas, mas que os orientam não apenas para formar orações corretas segundo a gramática da língua que pretendem falar, mas também para tornar tais orações úteis na comunicação, na expressão do que pensam e em qualquer outro tipo de colaboração que envolva a linguagem. A concepção pragmática que veremos a seguir ainda pretende se dirigir para os problemas da semântica, mas tendo em conta fundamentalmente o uso da linguagem e tais *intuições* dos falantes. Em vez de descartar as demais concepções, o que uma concepção pragmática permite é resgatar os acertos delas. Mas para isso é preciso encarar os

problemas de significação de forma um tanto heterodoxa em relação ao que seria o entendimento mais comum desses problemas no âmbito da semântica filosófica. De fato, como veremos, as maiores contribuições na filosofia da linguagem foram dadas pelos autores que adotaram essa perspectiva mais pragmática.

3.4 A concepção pragmática

Dissemos nas seções precedentes que, de fato, não há apenas uma versão para as diversas concepções do significado que já examinamos. Fizemos, contudo, nossas reconstruções dessas posições a partir das ideias de um autor representativo de cada uma delas. Faremos o mesmo nesta seção, embora seja mais difícil nos restringirmos apenas a um ou outro dos autores que podem ser reunidos sob a mesma rubrica, e nesse caso mais do que nos precedentes, o melhor talvez seja falarmos, no plural, de *concepções pragmáticas* do significado. Entretanto, assim como nos outros casos, no caso da concepção pragmática, há elementos em comum aos autores e às versões que eles apresentam — elementos esses que nos permitem reconstruir essa visão do significado com base mais nas ideias de uns do que de outros. Deixamos para o leitor interessado o exame dos detalhes e variações que as discussões do significado desse ponto de vista ganham nas próprias obras dos filósofos mais representativos a esse respeito.

Entre esses filósofos, aquele que talvez mais se tenha notabilizado por defender uma concepção do significado fundamentada no uso das expressões por parte dos falantes de uma língua, na tradição analítica, tendo tido uma influência ampla e profunda, foi Willard van Orman Quine. Mas ele próprio confessa sua inspiração a respeito de alguns pontos em filósofos anteriores, em particular, John Dewey. Ele também menciona certa semelhança de abordagem entre Dewey e o chamado *segundo* Wittgenstein. De acordo com Quine (1969a; 1980a), Dewey antecipou algumas das ideias sobre a significação que Wittgenstein defendeu em suas *Investigações filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1980; 2001

[1953]) e o fez na década de 1920, quando esse outro autor ainda defendia sua concepção especular da linguagem, no *Tractatus* (WITTGENSTEIN, 1961; 1993 [1921]), estando ainda distante da abordagem pragmática, como vimos na seção precedente. Quine se refere à teoria do significado que Dewey defende em seu livro *Experience and Nature* (DEWEY, 1980; 1997 [1925]), especialmente o capítulo 5 dessa obra, do qual Quine cita algumas passagens. Quine comenta também algumas das ideias fundamentais que Dewey e Wittgenstein compartilham, como aquela de que não há linguagem privada, ou seja, de que toda linguagem é um conjunto de fenômenos basicamente sociais, formas de comunicação ou colaboração entre os falantes, antes de mais nada.

Esses não são os únicos filósofos que encaram a linguagem dessa forma, e podemos citar também outros que se destacam por defender posições semelhantes, em especial alguns que foram influenciados pelo próprio Wittgenstein em sua segunda fase. Dentre esses autores que também contribuíram de forma relevante para com a concepção pragmática do significado Gilbert Ryle (1957; 1980; 2002 [1949]), John L. Austin (1979 [1961]; 1980 [1962]) e Peter Strawson (1971; 1980).[39]

Como fizemos nas outras seções deste capítulo, vamos começar com citações representativas da abordagem sob exame e então procurar reconstruí-la em suas linhas gerais. Do ponto de vista pragmático no tratamento das questões da semântica filosófica, a linguagem deve ser encarada em primeiro lugar como uma série de eventos de comunicação entre os falantes de uma língua, e tais eventos devem ser encarados como eventos de um tipo particular de colaboração entre os indivíduos que compartilham tal forma de linguagem. A concepção pragmática do sig-

[39] Esses são apenas alguns, talvez os mais famosos, dos autores da tradição analítica que deram grandes contribuições à filosofia da linguagem. Diversos outros são, obviamente, relevantes e, como não pretendemos dar aqui uma visão completa ou mesmo o mais abrangente possível da área, deixamos para o leitor interessado a consulta a outras obras introdutórias (ou não) que fazem apresentações detalhadas do pensamento de outros autores importantes, assim como daqueles próprios que temos citado aqui. *Cf.*, por exemplo, LYCAN, 2000; SOAMES, 2010, e ainda, em especial, SOAMES, 2003, que faz uma vasta apresentação dos mais importantes filósofos analíticos, inclusive de suas concepções da linguagem.

nificado não visa à substituição da semântica por uma mera pragmática, mas reconhece a especificidade das questões semânticas, apenas ressaltando o fato de que elas não podem ser tratadas independentemente de determinados aspectos do uso da linguagem.

Nesse sentido, por exemplo, no capítulo 5 de seu citado livro, Dewey comenta o seguinte:

> Basicamente, a significação [*meaning*] é intenção, e essa não é pessoal em um sentido privado e exclusivo. *A* propõe a posse consumatória de uma flor através ou por meio da ação de *B*; *B* se dispõe a cooperar – ou a não cooperar – na realização da proposta de *A*. Em segundo lugar, a significação é aquisição de importância [*significance*] por parte das coisas em sua condição de tornar possível e realizar a cooperação compartilhada. Em primeiro lugar, são os *movimentos e sons* de *A* que possuem significação ou são sinais [*signs*]. De forma semelhante, os movimentos de *B*, ainda que imediatos para ele mesmo, são para *A* sinais da cooperação ou da recusa de *B*. Mas, em segundo lugar, a *coisa* apontada por *A* para *B* ganha significação. Ela deixa de ser apenas aquilo que, de forma bruta, ela é no momento, e a ela se reage segundo suas potencialidades, como um meio para consequências mais remotas. Por exemplo, a flor apontada *é* portátil; mas, não considerando a linguagem, o caráter portátil é uma contingência bruta que aguarda para se tornar real dependendo das circunstâncias. Mas quando *A* conta com o entendimento e a cooperação de *B*, e esse corresponde à intenção de *A*, a flor *é* portátil naquele momento, embora ainda não esteja em movimento. Sua potencialidade, ou condicionalização de consequências, é um traço imediatamente reconhecido e adquirido. A flor *significa* [*means*] ser portátil, em lugar de simplesmente *ser* portátil. (DEWEY, 1997 [1925], p. 149–150; itálicos no original.)

Uma das características da análise de Dewey desse tipo de evento de colaboração entre os indivíduos que envolve o uso por eles da linguagem e que, assim, confere significação às expressões, é a de aproximar as noções de *significação* e de *importância*.[40] Ou seja, torna-se signifi-

[40] Em inglês, trata-se dos vocábulos '*meaning*' e '*significance*'. Embora o primeiro deles seja usualmente traduzido em português para 'significado', também tem sido traduzido para 'significação', que foi o que fizemos na passagem acima citada. Por sua vez, '*significance*' é normalmente traduzido para 'importância' e, às vezes, para 'significância', e mesmo para 'significação'. Ora, em inglês, assim como em português, há uma proximidade entre as noções de *significação* e de *importância*. Por exemplo, em português podemos falar que alguma coisa é *significativa*, querendo dizer que ela *tem importância* para alguém. De fato, aparentemente, Dewey se vale da ambiguidade que os termos possuem também em inglês para apresentar seu ponto de vista, interpretando essa própria ambiguidade como originária desses eventos de cooperação pela fala. Não se trata,

cativo aquilo que, em primeiro lugar, tem importância na cooperação entre os falantes ou, mais exatamente, aquilo que, em virtude de sua cooperação por meio da linguagem, ganha importância especial, como no caso do exemplo da flor da citação acima. Em nossa reconstrução da concepção pragmática, de caráter ambientalista, que vamos apresentar adiante nesta seção, vamos resgatar todos esses elementos mais salientes do episódio de comunicação descrito por Dewey, no qual uma expressão adquire sua significação.

Tendo visto como Dewey retrata um episódio simples do uso da linguagem, podemos também ilustrar certa proximidade que, segundo Quine, há entre a abordagem desse autor e aquela de Wittgenstein nas *Investigações filosóficas*. De fato, nesse livro, Wittgenstein também apresenta uma situação *primitiva*, digamos, de comunicação, isto é, primitiva no sentido de poder exibir essas propriedades que pelo uso as expressões podem adquirir: tornam-se significativas porque são, em primeiro lugar, importantes na cooperação dos falantes. Ele diz:

> 2. Aquele conceito filosófico de significação tem seu lugar em uma ideia primitiva da maneira como a linguagem funciona. Mas também se pode dizer que é a ideia de uma linguagem mais primitiva que a nossa.
>
> Imaginemos uma linguagem para a qual a descrição dada por [Santo] Agostinho esteja correta. Supõe-se que essa linguagem sirva para a comunicação entre um construtor A e um assistente B. A está construindo com pedras de construção: há blocos, pilares, lajotas e vigas. B tem que passar as pedras, e isso na ordem em que delas A precisa. Para esse propósito, eles utilizam uma linguagem que consiste nas palavras "bloco", "pilar", "lajota" e "viga". A grita uma delas; – B traz a pedra que ele aprendeu a trazer ao ouvir gritar uma das palavras. — Concebamos isso como uma linguagem primitiva completa.
>
> [...]
>
> 7. Na prática do uso da linguagem (2), um lado grita as palavras e o outro age de acordo com elas...
>
> Podemos também pensar que todo o processo de utilizar as palavras em (2) é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Vamos chamar esses jogos de "jogos de linguagem" e vamos às vezes falar da linguagem primitiva como um jogo de linguagem. (WITTGENSTEIN, 2001 [1953], p. 3, 3e; 4, 4e; §§ 2 e 7.)

---

portanto, como uma primeira impressão poderia causar àqueles que conhecem menos o pensamento de Dewey, de que ele esteja confundindo as noções ou deixando de distingui-las claramente. Ao contrário, o que ele pretende é justamente associá-las ainda mais intimamente.

Ao contrário de Dewey e de outros filósofos da linguagem, contudo, Wittgenstein não acredita na possibilidade de termos uma compreensão unitária da linguagem, nem de fazermos uma descrição completa de suas características principais, de modo a definirmos o que é a linguagem e, mais particularmente, o que é a significação. Ele também compara os jogos de linguagem com uma caixa de ferramentas (WITTGENSTEIN, 2001 [1953], §§ 12–15). Assim como não podemos ter uma definição exata e única para o termo 'ferramenta', dada sua diversidade de formas e propósitos, do mesmo modo, não podemos fazê-lo para as noções ligadas à linguagem, como a significação, e, em última instância, para a linguagem em geral. E o que podemos então é, no máximo, descrever os jogos de linguagem que conhecemos. Mas isso significa apenas, então, que Wittgenstein vai mais longe com a abordagem pragmática, que ele a explora até as últimas consequências.

Outros autores, contudo, desconsiderando a renúncia wittgensteiniana à semântica filosófica, a partir da identificação e da descrição de determinados jogos de linguagem — se quisermos então empregar a noção de Wittgenstein e tomá-la como central na abordagem pragmática —, não abrem mão de fazer generalizações e sustentar então concepções particulares da significação, mais precisamente, da referência e do significado. E nesta seção é a uma reconstrução de uma das versões de uma concepção do significado desse ponto de vista pragmático — devido também a Wittgenstein — que vamos nos dedicar.

Quine, por sua vez, no início de seu artigo Relatividade ontológica (QUINE, 1969a; 1980a), inspirado por Dewey e juntamente com esse adotando uma postura ambientalista e naturalista quanto à significação, critica o que ele denomina *mentalismo pernicioso* na semântica, ligado ao *mito do museu*, segundo o qual as significações são entidades mentais do falante e as expressões da língua são rótulos para tais significações.

Não apenas seguindo Dewey, mas também a postura que o próprio Quine adotou em seu livro mais conhecido e anterior àquele artigo, *Word and Object* (QUINE, 1960), ele deseja sustentar então uma con-

cepção *naturalista* e *comportamental* em semântica, que ele resume em passagens como a seguinte:

> Quando nos voltamos com Dewey para uma concepção naturalista da linguagem e uma concepção comportamental da significação, aquilo de que abrimos mão não é apenas a figura de linguagem do museu. Também abrimos mão da garantia de determinação. Tal como vistas pelo mito do museu, as palavras e sentenças de uma linguagem possuem suas significações determinadas. Para descobrirmos as significações das palavras do nativo, podemos ter de observar seu comportamento, mas, mesmo assim, supomos que as significações das palavras estejam definidas na *mente* do nativo, seu museu mental, mesmo nos casos em que os critérios comportamentais são impotentes para descobri-los para nós. Por outro lado, quando reconhecemos com Dewey que "a significação . . . é basicamente uma propriedade do comportamento", reconhecemos que não há significações, nem semelhanças ou distinções de significação, para além daquilo que está implícito nas disposições das pessoas para o comportamento manifesto. Para o naturalismo, a questão se duas expressões são semelhantes ou não em significações não possui nenhuma resposta definida, conhecida ou não, exceto na medida em que a resposta seja dada, em princípio, pelas disposições de fala das pessoas, disposições essas conhecidas ou não. Se, de acordo com esses padrões, há casos indeterminados, tanto pior para a terminologia sobre a significação e sobre a semelhança de significação. (QUINE, 1969a, p. 28–29; itálicos no original.)

As citações que acabamos de fazer são suficientes para, por assim dizer, darmos o tom no qual as discussões sobre o significado de sentenças são feitas do ponto de vista pragmático. Pretendemos estender e reconstruir em termos também naturalistas e comportamentais essa concepção, mas para possibilitar também o resgate daquelas *virtudes* que atribuímos às outras três concepções de que tratamos nas demais seções deste capítulo. Na versão de Quine, a noção tradicional de significado — aquela noção mentalista que ele diz estar ligada ao mito do museu — é substituída pela noção de *significado estimulatório* (*stimulus meaning*). Com isso, como podemos ver já na citação anterior, Quine não rejeita apenas a concepção ideacional (tal como na versão de Locke, que vimos acima, e que é, de fato, mentalista), mas também as concepções referencial e proposicional, pois a primeira desconsidera as disposições dos falantes e seu comportamento verbal, para correlacionar as sentenças com situações no mundo, e a segunda insiste em uma noção

puramente abstrata de significado que se distancia demais da prática linguística. Isso ficará patente na citação que faremos a seguir.

Podemos assim tomar a versão de Quine como uma concepção *comportamental* do significado das sentenças, que seria uma das possibilidades no quadro da abordagem pragmática. Tal como entendemos essa abordagem, a versão de Quine é certamente parte dela, mas o que tencionamos fazer é reconstruir uma posição um pouco mais ampla, que podemos então denominar *ambientalista*, na medida em que procura ancorar as questões semânticas em contextos ambientais de comunicação, sem eliminar as noções defendidas por outras concepções do significado que, como dissemos acima, a nosso ver, derivam de intuições do próprio falante.

Para isso, as ideias de Quine também podem ajudar, como, por exemplo, a forma como ele apresenta sua noção de significado estimulatório em *Word and Object*. Ao falar das situações de tradução radical, aquelas situações em que alguém se vê diante de uma comunidade cuja língua lhe é completamente desconhecida, e tendo então que formular hipóteses sobre a significação das expressões utilizadas pelos falantes daquela língua até ali desconhecida, Quine apresenta o famoso exemplo da expressão 'Gavagai' (que pode talvez ser traduzida por 'coelho', mas disso ainda o aprendiz da língua não sabe) e explica a noção de significado estimulatório. Ele diz:

> Certas sentenças do tipo 'Gavagai' são sentenças com as quais nosso linguista na selva deve começar, e para elas temos agora diante de nós a formulação de um conceito bruto de significado empírico. Pois, supostamente, o significado é aquilo que uma sentença compartilha com sua tradução; e, a essa altura, a tradução se baseia apenas em correlações de estimulação não verbal.
>
> Tornemos esse conceito de significado mais explícito e demos a ele um nome técnico mais neutro. Podemos começar por definir o *significado estimulatório afirmativo* de uma sentença tal como 'Gavagai', para determinado falante, como a classe de todas as estimulações (o que, logo, envolve padrões de irradiação ocular entre interrupções de visão ocorrendo apropriadamente) que provocariam seu assentimento.
>
> [...]
>
> O significado estimulatório de uma sentença para um sujeito resume suas disposições para assentir a uma sentença ou dissentir dela em resposta à estimulação presente. A estimulação é o que ativa a disposição,

> em oposição ao que a instila (mesmo que a estimulação mude de alguma forma que contribua para instilar alguma outra disposição). (QUINE, 1960, p. 32 e 34; itálicos no original.)

Resumidamente então, para Quine, o significado (estimulatório) de uma sentença são as disposições de um sujeito para responder a ela (afirmativa ou negativamente, isto é, concordando ou não que ela expressa o que é o caso) na presença de determinado estímulo ambiental — que é o proferimento da sentença — e dentro de uma cena da qual fazem parte também o outro falante que oferece o estímulo e certas coisas ou estados de coisas, ou seja, uma parte do ambiente. Para compreendermos então essa noção de significado de uma sentença, temos de considerar não apenas as disposições do falante para reagir a determinada sentença que é proferida, mas o contexto ambiental todo que envolve o uso regular da sentença, o que inclui então, em última instância, também o comportamento verbal dos outros indivíduos com os quais determinado falante compartilha essa e outras sentenças.

Vale lembrarmos aqui que a visão que Quine tem do funcionamento de uma forma de linguagem altamente desenvolvida como uma língua natural é uma visão holista, visão segundo a qual não podemos isolar uma sentença de todo o seu contexto linguístico. Mas esse contexto inclui necessariamente uma parte do ambiente, aquela parte mais próxima do proferimento de uma sentença. Independentemente então de como o próprio Quine interpreta esse contexto, devemos reconhecer que ele inclui *como estímulo* não apenas a sentença proferida, mas também outros elementos da cena, ou seja, possivelmente, nos casos mais comuns, um estado de coisas (por exemplo, a presença de um objeto — como um coelho que passa quando o nativo diz “Gavagai”).

Uma abordagem pragmática e ambientalista do problema do significado de sentenças não precisa ser necessariamente holista da forma como Quine sustenta, mas ela deve ser, de qualquer modo, não atomista, no sentido de que deve considerar contextos de comunicação ou uso das sentenças de determinada língua, e esses contextos podem variar em abrangência. Não apenas é importante ter em conta o que

seria mais exatamente, de um ponto de vista pragmático, o estímulo de que falamos, que provoca uma resposta de um dos falantes, mas também o que seriam suas *disposições* para tais respostas.

Para evitar o mentalismo, Quine recorre à noção de disposição para o comportamento verbal, interpretando-a de forma neurofisiológica. Mas uma abordagem ambientalista da significação não necessita dessa noção *internista*, e, seguindo mais então as ideias de Wittgenstein, pode procurar simplesmente uma descrição puramente ambientalista dos contextos de fala que permitem levantar as hipóteses sobre as significações das expressões de uma língua, já que as disposições também podem, em última instância, ser explicadas com base em outros episódios da história de uso da linguagem pelos falantes. Mas se as disposições podem ser assim reduzidas a episódios do comportamento manifesto, do mesmo modo o podem as próprias noções mentalistas, como a intenção de comunicação e as ideias que os falantes associam às expressões da língua que falam.

Independentemente disso, a situação de tradução radical evocada por Quine é uma situação-modelo com a qual podemos trabalhar para levarmos adiante uma investigação profícua sobre o significado das sentenças de uma língua, supondo, por exemplo, sentenças utilizadas por determinados falantes fluentes daquela língua, mas desconhecidas daquela pessoa que deseja aprendê-la e então levanta hipóteses de tradução e, logo, de significação das expressões que aqueles falantes utilizam. É já um problema importante nessa tarefa, se tivermos em conta que seria natural para um de nós, que fala uma língua que divide suas expressões em palavras e sentenças, supor que a língua a ser aprendida faria o mesmo, o que pode não ser o caso. Mas desconsideremos esse problema do qual Quine também trata em seu livro, ao lado de outros que são relativos aos desenvolvimentos e elaborações mais refinadas que uma forma de linguagem pode ganhar ao longo do tempo e com o uso, o que, segundo ele, foi também o que ocorreu com nossas línguas humanas.

Suponhamos então que nosso aprendiz de uma nova língua vá se dar ao trabalho apenas de encontrar a tradução — e, portanto, o significado — de certas sentenças que os falantes daquela língua utilizam. Quine tem toda razão ao afirmar que não há outro caminho a trilhar que aquele de observar as circunstâncias ou contextos nos quais as sentenças são proferidas, ou seja, o ambiente e, nele, em especial o comportamento de quem profere uma sentença e de quem a ela assente ou dela dissente. Suponhamos assim que para determinada sentença daquela língua ainda desconhecida, A_1, o aprendiz encontre determinados contextos C_1, C_2, ..., C_n, sendo n finito e, de fato, não muito grande, obviamente. E suponhamos, além disso, que o aprendiz da língua, com base nesses contextos, levante as seguintes hipóteses sobre o significado de A_1: H_1, H_2 e H_3, sendo que essas hipóteses são, obviamente, expressas em sua língua materna ou em uma língua que o aprendiz já conheça. Elas são, portanto, traduções e, logo, também interpretações possíveis de A_1. Desse modo, podemos indicar o significado provável, meramente contextual, $\boldsymbol{S}$, de A_1 como uma disjunção das hipóteses levantadas, dados os contextos conhecidos, ou seja, abreviadamente:

(8) $\boldsymbol{S}(A_1/C_1, C_2, ..., C_n) = H_1 \vee H_2 \vee H_3$.

O segundo passo óbvio nessa investigação será o de testar as hipóteses levantadas, de tal modo a confirmar uma delas e infirmar as outras, o que só poderá ser feito por meio de determinadas manipulações ou tentativas de controle do ambiente, de novos estímulos oferecidos aos falantes da língua a ser aprendida e da observação de suas respostas (de assentimento ou não) etc., isto é, considerando então novas circunstâncias. E suponhamos agora que, feito isso, o aprendiz ou intérprete tenha boas razões empíricas — razões essas que não são últimas nem inatacáveis, mas suficientemente fortes, consideradas as limitações de sua situação de aprendizagem ou interpretação — para descartar H_1 e H_3 e para manter H_2. Ora, será então o mais razoável, dadas as limita-

ções da investigação feita, pelo menos provisoriamente, concluir que A_1 significa o mesmo que H_2, ou seja:

(9) $\boldsymbol{S}(A_1/C_1, C_2, \ldots, C_{n+m}) = H_2$.

O que estamos afirmando então é que A_1 significa para os falantes da língua nativa $\boldsymbol{N}$ o mesmo que H_2 significa para os falantes da língua materna do aprendiz, $\boldsymbol{M}$. E podemos indicar isso da seguinte maneira, sendo '$\mathbb{S}$' o símbolo para o *significado ambiental ou pragmático* de sentenças:

(10) $\mathbb{S}(A_1)_{\boldsymbol{N}} = \mathbb{S}(H_2)_{\boldsymbol{M}}$.

Até aqui, a análise e a reconstituição da investigação do aprendiz e de seu resultado são perfeitamente aceitáveis. Todos os que já passaram pela experiência de aprender uma língua estrangeira podem reconhecer nesse trajeto aquele pelo que, resumidamente, passaram. O que a fórmula (10) nos dá é uma tradução de A_1 (de $\boldsymbol{N}$) para H_2 (de $\boldsymbol{M}$).[41] Mas, para a semântica filosófica, as questões que se colocam a seguir são mais complicadas.

É claro que, inicialmente, a interpretação dada à fórmula (10) é meramente ambiental e pragmática, e, logo, mantém a indeterminação da tradução de que Quine fala. A fórmula (10) é apenas uma generalização empírica. Além disso, por mais que o falante de uma língua se sinta à vontade quanto aos significados das sentenças de sua língua, em virtude dos hábitos implantados pela fluência na língua, em última instân-

[41] Quine (1969a; 1980a) argumenta também que nossas traduções pressupõem não apenas a correlação entre sentenças de uma língua com sentenças de outra, mas, para fazer isso justamente, um *manual de tradução*. Deixamos esse aspecto da questão de lado, uma vez que estamos tratando de um episódio-tipo de tradução radical, isto é, aquele tipo de episódio que nos auxilia na própria elaboração de um manual de tradução de uma língua para outra. O processo que estamos descrevendo, uma vez reiterado, é que vai levar então a termos um manual de tradução, como consolidação de todos os episódios bem sucedidos de gerar fórmulas semelhantes a (10).

cia, a situação não é diferente daquela da tradução radical. Pois, em ambos os casos, o que temos é a hipótese do falante a respeito do significado de uma sentença. Em todos os casos, portanto, podemos resumir sua compreensão sobre uma sentença qualquer da língua de um falante fluente apresentando para cada sentença considerada uma fórmula semelhante a (10). Se representarmos as sentenças quaisquer de uma língua então por variáveis (α, β, γ etc.), mesmo nas traduções no interior da mesma língua, nas quais simplesmente substituímos uma sentença da língua por outra que, supostamente, pode ser utilizada nas mesmas circunstâncias, então temos, para as sentenças de determinada língua $\boldsymbol{L}$:

(11) $\mathbb{S}(\alpha)_{\boldsymbol{L}} = \mathbb{S}(\beta)_{\boldsymbol{L}}$.

E, por fim, se considerarmos que essas traduções podem ser feitas para sentenças de quaisquer línguas, seja de sentenças de determinada língua para outras sentenças pertencentes à mesma língua, seja para sentenças de outra língua, então, se representarmos línguas quaisquer por variáveis (Λ, Ξ, Π etc.), então teremos:

(12) $\mathbb{S}(\alpha)_{\Lambda} = \mathbb{S}(\beta)_{\Xi}$.

Ora, a fórmula (12) acima é apenas a máxima generalização empírica que obtemos para sentenças quaisquer de línguas quaisquer, e possui o mesmo estatuto das anteriores, que seriam dela apenas instâncias mais particulares, quando consideramos sentenças quaisquer de uma mesma língua ou sentenças diferentes de duas línguas diferentes determinadas. A fórmula (12) resume então a compreensão que o aprendiz ou tradutor tem de uma sentença. Continua a ser central, de qualquer forma, a noção de significado ambiental, representado por '$\mathbb{S}$', e é então a compreensão da própria noção de significado ambiental que deve ser discutida e compreendida de forma mais aprofundada.

Quando dizemos que o significado ambiental de uma sentença qualquer α, pertencente a uma língua qualquer Λ, é isso ou aquilo, utili-

zando então uma instância da fórmula (12), o que estamos fazendo é resumir nossas observações e análises de diversos contextos de comunicação nos quais a sentença *α* ocorre, isto é, circunstâncias nas quais ela é utilizada pelos falantes de uma língua. Em tais circunstâncias, para retomarmos a situação-modelo indicada por Quine, o que temos é uma cena na qual estão pelo menos dois falantes, e um deles profere a sentença □ ou a apresenta como estímulo para seu interlocutor.[42] Em cada uma das circunstâncias consideradas, temos então respostas do interlocutor. Assim sendo, esses contextos teriam de ser analisados de forma a podermos coordenar os elementos-chave que aí ocorrem, a saber: o estímulo verbal oferecido pelo falante, a resposta dada pelo interlocutor e os elementos da cena que, nas situações mais simples, devem conter coisas ou arranjos de coisas, isto é, estados de coisas com os quais, possivelmente, também podemos correlacionar tanto o estímulo verbal oferecido pelo falante quanto a resposta (seja de assentimento, seja de dissentimento) do interlocutor. É por meio de uma análise desses elementos do contexto que podemos então ter uma compreensão melhor do que seria o significado ambiental de uma sentença de determinada língua.

Contudo, nesse caso, podemos nos ver às voltas com certas formas de mentalismo, tendo em conta as ideias dos falantes, como a concepção ideacional suporia, ou então a introdução de entidades abstratas demais, talvez levando mesmo a conceber os significados tal como são encarados pela concepção proposicional, como entidades etéreas, ou ainda a referência direta a estados de coisas concretos, como a concepção referencial supõe. Mas mesmo que queiramos evitar tudo isso em suas interpretações mais radicais, digamos, tal como as outras três con-

[42] A rigor, devemos dizer que esse estímulo verbal é parte do estímulo total contido na cena. É preciso, obviamente, como o próprio Quine discute em seus textos, que algo no ambiente seja saliente para os falantes. Mais que isso, é preciso que cada um dos falantes tenha uma hipótese sobre o que é saliente para o outro. Esse último aspecto só foi discutido convenientemente por Quine em seus últimos livros, quando ele reconhece que não podemos ter uma compreensão apenas extensional da linguagem, mas que devemos também considerá-la do ponto de vista intensional e, por conseguinte, também intencional. *Cf.* QUINE, 1990, cap. 4; 1995, cap. 7 e 8.

cepções mencionadas sugerem, do ponto de vista pragmático, não podemos deixar de analisar o contexto como algo que contenha elementos desses tipos, isto é:

(A) a intenção de comunicação do falante;
(B) o estímulo que ele apresenta ao interlocutor;
(C) os outros elementos de uma cena empírica na qual falante e interlocutor se encontram, que podemos chamar de *estado de coisas* (***E***) e que são parte do estímulo total tanto para o falante quanto para o interlocutor;
(D) a resposta do interlocutor, que pode ser estritamente verbal ou não;
(E) a interpretação que o aprendiz, ou tradutor, ou intérprete etc., seja ele quem for, inclusive os próprios falante e interlocutor como pessoas físicas, da relação estímulo-resposta-estado-de-coisas, que podemos chamar de *relação de comunicação* (e que podemos representar por '***C***'); e, por fim:
(F) a intenção de comunicação do interlocutor.

Por mais ambientalista que desejemos que seja nossa análise da relação de comunicação, não podemos desconsiderar nenhum desses elementos, inclusive as intenções de comunicação dos falantes (nesse caso, o primeiro falante e seu interlocutor), mesmo que queiramos providenciar para esses elementos interpretações ambientais ou comportamentais, isto é, em termos de outros estímulos ambientais, de sua história passada de comunicação ou mesmo de suas predisposições para a fala. Desse modo, o que há de central no significado ambiental, ***S***, de uma sentença é a relação de comunicação ***C***, que é dada num contexto de comunicação tal como analisamos acima. Dado que em tal contexto, a relação de comunicação ***C*** é a interpretação que o intérprete faz do contexto, destacando o estímulo verbal oferecido pelo falante, a resposta do interlocutor e o estado de coisas presente na cena, então podemos dizer que nesse contexto:

(13) $\mathbb{S} = \mathbb{C}$.

A relação de comunicação, como vimos, ao fazer referência ao estímulo verbal oferecido pelo falante a seu interlocutor e à resposta desse último diante de um estado de coisas na cena em que eles se comunicam, inclui então necessariamente as intenções de comunicação dos falantes e o estado de coisas envolvido na cena, como argumentariam os defensores das concepções ideacional e referencial, assim como inclui como parte do estímulo total outros elementos da cena.

Além disso, as noções $\mathbb{S}$ e $\mathbb{C}$ — o significado ambiental e a relação de comunicação — são noções abstratas por meio das quais desejamos representar em sua maior generalidade os contextos de comunicação. Tendo isso em conta e também considerando que esse tipo de análise oferece a fundamentação empírica para traduções e, logo, para o emprego de uma noção abstrata de significado, não podemos deixar de reconhecer que, em última instância, essa análise ambientalista também pode ser resumida na noção mais abstrata de uma *proposição* ($\mathbb{P}$, digamos) que seria o essencial do contexto no qual determinada sentença de uma língua é utilizada pelos falantes, já que, em contextos semelhantes e, na falta possível da mesma sentença utilizada, eles poderiam se valer de outras, da mesma língua ou de outras línguas, como vimos antes, ou seja, exatamente aquelas situações de tradução e de aprendizado de uma língua. E, assim, tal como argumentaria um defensor da concepção proposicional, num maior grau de abstração e generalidade, poderíamos também dizer que:

(14) $\mathbb{S} = \mathbb{C} = \mathbb{P}$.

Assim, o resultado final desse tipo de análise pragmática é que, de fato, podemos resgatar as intuições fundamentais das concepções referencial, ideacional e proposicional do significado, mas no quadro de uma compreensão dos eventos de comunicação em seus elementos am-

bientais essenciais. E, em defesa dessa abordagem, devemos enfatizar que o que ocorreu não foi a introdução indevida de noções abstratas no contexto de uma análise empírica da comunicação. Ao contrário, o próprio intérprete (radical ou não), não tem como fazer seu trabalho sem essas noções mais abstratas. Mas a análise também se mantém fiel à perspectiva pragmática, uma vez que não desvincula o significado da interpretação feita pelo intérprete e essa última, por sua vez, como vimos, não pode ser desvinculada do contexto no qual foi feita.

A noção de proposição a que finalmente chegamos por meio da análise, assim como as noções de significado ambiental e de relação de comunicação, não são noções etéreas, de uma abstração injustificável, mas o resultado seja das análises concretas que o intérprete deve fazer para dar sentido à fala de certos falantes em determinadas circunstâncias, especialmente se esse intérprete não é fluente na língua utilizada, seja de nossa análise na qual ocorrem tais noções, as que nos conduzem então a uma compreensão pragmática do trabalho do intérprete. Vale lembrarmos que o intérprete, concretamente falando, enquanto pessoa física, pode ser qualquer um dos próprios falantes (fluentes ou não) da língua. Ele é também, afinal, o teórico que procura solução para um problema como o significado de sentenças como parte do trabalho de uma semântica filosófica.

Por isso, por mais abstrata que essa análise pragmática possa se mostrar, ela não recai no mito do museu de que fala Quine. Ou seja, as sentenças utilizadas pelos falantes não são rótulos para os significados que estariam em suas mentes. Os significados continuam a ser aquilo que uma proposição indica, abstratamente falando, mas eles estão necessariamente ligados aos contextos de comunicação e colaboração dos falantes, como vimos pela análise acima.

* * *

Questões sobre o capítulo 3

1. No que consiste em linhas gerais a concepção referencial do significado de sentenças?
2. Por que a concepção referencial do significado pode ser dita *ingênua*?
3. Quais seriam os principais argumentos em favor da concepção referencial?
4. Quais seriam os principais argumentos contra a concepção referencial?
5. Por que podemos dizer que, de fato, a concepção referencial não recorre apenas à noção de referência, mas também à noção de sentido?
6. Qual é a vantagem da concepção ideacional em face das dificuldades da concepção referencial?
7. Por que a concepção ideacional possui certa dimensão pragmática?
8. Quais seriam os principais argumentos contra a concepção ideacional?
9. Explique a distinção de Russell entre símbolos simples e complexos.
10. De que maneira Russell reformula o problema da composicionalidade?
11. Por que a concepção proposicional é mais abstrata que as concepções referencial e ideacional?
12. Explique o mito do museu, segundo o qual as expressões de uma língua seriam rótulos para entidades mentais, que seriam as significações.
13. Explique a noção de significado estimulatório.
14. Por que a noção de significado ambiental ou pragmático não é simplesmente uma noção comportamental?
15. Por que uma análise pragmática das circunstâncias de comunicação deve empregar as noções encontradas também nas

concepções referencial, ideacional e proposicional do significado?

Leituras recomendadas

MILL, 1989: *Sistema de lógica indutiva e dedutiva* (Livro I, cap. I).
LOCKE, 1990: *Ensaio sobre o entendimento humano* (Livro III, cap. II).
RUSSELL, 1989a: *A filosofia do atomismo lógico*.
QUINE, 1980a: Relatividade ontológica.

Atividade

Com base no estudo deste capítulo, inclusive a leitura de alguns dos textos acima recomendados para leitura complementar e nas respostas dadas às questões acima propostas, procure dissertar sobre os seguintes temas:

(A) A solução de Russell para o problema da composicionalidade.
(B) As noções que a concepção pragmática recupera das concepções referencial, ideacional e proposicional.

4

Concepções da Referência

A solução que a concepção pragmática providencia para o problema do significado de sentenças, como vimos na última seção do capítulo precedente, pode ser estendida para o caso das palavras do vocabulário de uma língua. De fato, do ponto de vista pragmático, como também assinalamos no capítulo 2, uma primeira questão que precisa ser respondida é a da própria distinção entre palavras e sentenças, dentre todas as expressões de uma língua. Ou, para utilizarmos os termos mais técnicos que vimos na versão apresentada no capítulo anterior da concepção proposicional, a partir das ideias de Russell, temos antes de identificar os símbolos simples e complexos de uma forma de linguagem. Assim sendo, uma investigação pragmática como aquela apontada no capítulo anterior pode se ocupar das significações de quaisquer expressões e, como parte de sua tarefa, distinguir então, se for o caso para a língua sob exame, suas palavras ou símbolos simples, de um lado, e de outro, as sentenças ou símbolos complexos que com tais palavras podem ser formados.

O já mencionado problema da composicionalidade surge então apenas depois de conseguirmos, para determinada língua, identificar um vocabulário ou classe de seus símbolos simples. Assim, numa abordagem pragmática, esse problema seria então, de fato, reservado apenas para uma terceira etapa da análise, quando constatamos que os falantes de determinada língua utilizam determinadas expressões como nomes para coisas e que, dispondo de uma variedade de nomes, compõem com eles símbolos complexos ou sentenças. Mas vejamos bem que essa complexidade semântica deriva da mera complexidade sintática conferida a esse tipo composto de expressão, gerando então o problema da compo-

sicionalidade. A complexidade sintática de uma língua, que nos dá então palavras e sentenças como dois tipos de expressões, resulta também da pragmática, do uso que os falantes fazem das expressões, e se revela por meio da análise pragmática.

Contudo, se tomarmos as expressões de uma língua em geral, sem fazermos a distinção sintática entre termos e orações, essas últimas ainda poderão ser consideradas símbolos diferentes daqueles que nomeiam coisas, mas, mais uma vez, em virtude da pragmática, de seu uso, e não da sintaxe ou das regras de formação de símbolos complexos a partir de símbolos simples. Do ponto de vista pragmático, o melhor seria então falarmos das diferentes funções que as diversas expressões de uma língua podem desempenhar. Nesse caso, como também comentamos no capítulo 1, encontramos a *função descritiva* ou *predicativa*, de um lado, e a *função referencial* ou *nomeadora*, de outro. As expressões que desempenham a função predicativa são então separadas daquelas que nomeiam objetos ou desempenham a função referencial, mas não em termos de maior ou menor complexidade sintática, e sim apenas em virtude das formas de uso que são identificadas na prática de comunicação, por meio do mesmo tipo de análise que vimos na parte final do capítulo anterior.

Em consequência disso, aquela análise pode nos ajudar no entendimento do significado de sentenças independentemente do problema da composicionalidade, que só surge então depois que as funções predicativa e referencial são identificadas e, dada essa segunda função de algumas expressões, podemos determinar o vocabulário de uma língua, ou a classe de seus símbolos simples do ponto de vista sintático. Juntamente com o problema da composicionalidade das orações a partir de palavras, vem então o problema da referência ou denotação desses termos ou símbolos simples da língua sob exame.

O problema da composicionalidade em si já foi enfrentado nos capítulos precedentes. Neste capítulo, vamos nos concentrar naquelas concepções que procuraram tratar daquelas expressões de uma língua que desempenham a função referencial. Como já assinalamos também

no capítulo 2, os nomes podem ser ou próprios, ou gerais, e o entendimento de sua referência ou denotação nos leva a problemas distintos, mas relacionados, como veremos nas duas primeiras seções deste capítulo. Na última seção, vamos procurar retornar à perspectiva pragmática e, desse ponto de vista, também tratar da questão da referência tanto de nomes gerais como de nomes próprios.

4.1 Descrições definidas

O problema da referência dos termos de uma língua ou forma de linguagem surge quando constatamos que os falantes correlacionam determinadas expressões com certas coisas do ambiente, não com estados de coisas ou relações entre coisas, isto é, não para descrever ou relatar uma situação, mas para indicar ou nomear uma coisa. Para retomarmos os termos das análises de Russell, que examinamos em parte no capítulo precedente, o problema surge quando temos a correlação entre um particular e determinado signo ou expressão (ou símbolo simples, como diz Russell).

Talvez a forma mais simples e genuína de utilizar a linguagem para nomear coisas, como Russell também sugere no mesmo texto já citado (RUSSELL, 1989a; 1996 [1918]), consista no emprego de um sincategoremático como 'isso', como quando dizemos: "isso é vermelho". De fato, os pronomes demonstrativos e pessoais (como: 'esse', 'esta', 'aquilo', 'ele', 'elas' etc.) parecem fazer referência direta a particulares ou indivíduos, e então, pelo menos provisoriamente, desempenhar a função referencial em relação a tais particulares. Por esse mesmo meio, como diz Russell, podemos conhecer diretamente (por ostensão) a referência do termo 'vermelho', ainda que ele possa, mais tarde, ser tomado como um termo geral, como um predicado que, extensionalmente, está correlacionado com uma classe de *coisas vermelhas* (como tomates maduros, sangue, carros de bombeiros etc.).

A questão que se coloca então é se, além dessas palavras que desempenham a função referencial pelo menos provisoriamente — os *pro-*

nomes, como sugere a própria etimologia do termo —, não haveria termos eminente ou genuinamente denominativos, referenciais, no vocabulário de uma língua. Obviamente, há as palavras que são nomes próprios; mas, de fato, elas são independentes das línguas ou formas de linguagem, embora possam ser assimiladas aos vocabulários dessas linguagens. Trata-se dos nomes para pessoas, lugares, animais etc. Por outro lado, como veremos, os nomes próprios também podem ser postos em questão caso não possamos relacioná-los direta ou imediatamente com referentes presentes, isto é, com coisas (ou indivíduos, ou particulares) reais ou de acesso direto do falante.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que os nomes próprios possuem referência direta a determinados particulares, se esses existem ou são dados imediatamente ao falante, mas talvez não possuam *sentido*, na acepção fregeana do termo. Por outro lado, embora os pronomes não façam referência a nada propriamente, fora de um contexto determinado de fala, eles possuem sentido. Por exemplo, 'Paris' se refere diretamente à capital da França (pelo menos para o falante que está em Paris), mas, aparentemente, não possui e nem teria necessariamente de possuir um sentido determinado (embora, historicamente, isso possa ter sido o caso), ao contrário da expressão 'a capital da França', que pode ser intercambiada com a palavra 'Paris', e que não apenas denota a mesma cidade, mas possui um sentido determinado. Essa solução dada do ponto de vista de Frege foi rejeitada por Russell, como veremos a seguir, por razões lógicas importantes. Mas, à primeira vista, e do ponto de vista pragmático, ela é sugestiva.

Expressões desse tipo — aquelas que substituem nomes próprios — poderiam ainda possuir sentido, mas não denotação. E aqui chegamos a um dos problemas discutidos por Russell. Para utilizarmos um exemplo que ele próprio apresentou ao tratar desse assunto, tomemos a expressão 'o atual rei da França'. Se dissermos que, por exemplo: "O atual rei da França é calvo"; para Russell, que rejeita a distinção de Frege entre sentido e referência, essa sentença é claramente falsa, e não simplesmente destituída de significado (RUSSELL, 2005a [1956/1905],

p. 46). Em virtude de conter uma expressão não denotativa (‘o atual rei da França’), dado que se uma sentença possui um termo não denotativo, por causa da composicionalidade, ela não possui significado, do ponto de vista de Frege, ela seria considerada destituída de significado, e as sentenças destituídas de significado não são nem verdadeiras, nem falsas. Mas, aceitando então a distinção fregeana, a expressão acima, mesmo não tendo referente (ou denotação, já que não existe uma pessoa que, hoje, seja o rei da França), tem sentido; e somos capazes de entender o que alguém quereria dizer ao utilizá-la.

Do ponto de vista de Russell, contudo, podemos concordar que somos capazes, em certo sentido, de compreender a expressão, mas apenas na medida em que podemos dizer que ela gera sentenças falsas se for o núcleo de uma função sentencial (por exemplo, em: ‘O atual rei da França é *x*’), pois sabemos que a expressão não nomeia coisa alguma, já que sabemos que atualmente a França não possui um rei. Para Russell, a condição da expressão ‘o atual rei da França’ é a mesma de termos como ‘Pégaso’ e ‘Papai Noel’.

Há certa semelhança de uso entre esse tipo de expressão e outras expressões pelas quais apontamos um indivíduo determinado, embora não saibamos seu nome próprio, como quando dizemos: “O homem com o guarda-chuva esqueceu um livro sobre aquela mesa”. No contexto em que podemos dizer isso, deve haver um homem cujo nome próprio não conhecemos, que carrega um guarda-chuva e que esqueceu sobre a mesa um livro. Russell analisou esse tipo de expressão — as descrições definidas — em correlação com os nomes, como veremos adiante, nesta seção.[43] Elas são como os pronomes, uma vez que podem ser utilizadas como nomes provisórios, em determinados contextos, para certos particulares.

[43] A expressão ‘descrições definidas’ já se impôs em português como tradução para a expressão de língua inglesa ‘*definite descriptions*’. Contudo, o mais correto talvez seja que as denominemos *descrições definidoras*, já que essas expressões servem para apontarmos um particular, *definindo-o*, por assim dizer, ainda que de forma provisória e contextual.

Considerando por ora não a perspectiva do próprio Russell, mas ainda a perspectiva de Frege que, a esse respeito, é mais tolerante, podemos dizer que as descrições definidas em si não são então problema se tomadas como expressões de caráter sincategoremático, pois elas funcionam como pronomes. Ao empregarmos 'o homem com o guarda-chuva' no enunciado do parágrafo anterior, estamos fazendo o mesmo que podemos fazer ao dizer "isso é vermelho" diante de um tomate maduro. A palavra 'isso' não é um nome alternativo para o mesmo objeto que denotamos com a palavra 'tomate', mas desempenha provisoriamente a mesma função referencial. Encarados como termos sincategoremáticos, 'isso' e 'o homem com o guarda-chuva' possuem então sentido, e ganham denotação em determinados contextos, provisoriamente. E o problema com a expressão 'o atual rei da França' seria apenas que não há atualmente um contexto real no qual ela possa ser utilizada, ganhando denotação, assim como não há para os nomes 'Pégaso' e 'Papai Noel'.[44]

Contudo, consideremos o problema como quer Russell, isto é, sem presumir a distinção entre sentido e denotação.[45] Desse ponto de vista, o problema da composicionalidade se torna mais complicado. Pois se é uma condição para que uma sentença seja significativa que todos os seus termos sejam denotativos, então quando substituímos numa sentença um de seus termos por outro termo, se queremos que a sentença

[44] Em todos esses casos, poder-se-ia defender o ponto de vista de Frege, pois o falante tem uma ideia, ainda que vaga, relacionada com cada uma das expressões, não apenas para 'isso' (que é de uma coisa próxima ao falante) e para 'o homem com o guarda-chuva' (que é de um indivíduo humano, do sexo masculino, que carrega um guarda-chuva'), mas também para 'Papai Noel', 'Pégaso' e 'o atual rei da França', como as descrições definidas apresentadas por Russell para essas expressões vão mostrar justamente, apesar de ele rejeitar tal solução. O atual rei da França, por exemplo, é alguém que hoje não existe, mas que existiria se a França fosse uma monarquia e essa pessoa, do sexo masculino, ocupasse o trono. As significações intensionais de expressões como essas serão resolvidas, do ponto de vista pragmático, na última seção deste capítulo.

[45] Essa é a perspectiva adotada por Russell no artigo On Denoting (de 1905), já citado; *cf.* RUSSELL, 2005a [1956/1905]; 1989b. *Cf.* também, tanto sobre a análise de Russell como sobre aquela de Frege, SOAMES, 2010.

continue verdadeira, é preciso que os termos intercambiados sejam co-designativos ou correferenciais. Por exemplo, seja:

(1) Paris é a capital da França.

Se em (1) substituirmos a palavra 'Paris' pela expressão 'A cidade luz', então temos:

(2) A cidade luz é a capital da França.

A nova sentença, em (2), é tão verdadeira quanto a anterior, em (1), pois as expressões 'Paris' e 'A cidade luz' são correferenciais, já que elas denotam a mesma cidade. Elas são nomes alternativos para o mesmo particular. Contudo, do ponto de vista fregeano, 'A cidade luz' possui sentido e referência, mas 'Paris', apenas referência, não tendo (necessariamente) sentido, embora, como já assinalamos, ocasionalmente, possa ter, já que os nomes podem provir de descrições ou evocar certas circunstâncias ou características do particular nomeado.

Esses primeiros comentários providenciam um pano de fundo mediante o qual alguns filósofos discutem a significação das expressões que nomeiam indivíduos ou particulares, de um lado, e, de outro, expressões que nomeiam coleções de particulares, ou seja, respectivamente, nomes próprios e nomes gerais. Russell é um desses autores, cuja solução passa por considerações como as que fizemos acima, em particular, recorrendo às já mencionadas descrições definidas. Na próxima seção, veremos uma concepção alternativa, que é aquela defendida ao mesmo tempo por Saul Kripke e por Hilary Putnam, que procuram evitar algumas das dificuldades da solução de Russell, mas, por sua vez, criando outras.

Para esses filósofos, a questão central seria a respeito daqueles nomes que até podem ser substituídos por descrições definidas, mas que permaneceriam sem denotação, não se referindo a nenhum particular. Esse é o caso de descrições definidas como 'o atual rei da França', que

Russell discute. O problema de mantermos a distinção de Frege entre sentido e denotação — e não empregarmos, como quer Russell (no artigo On Denoting), apenas a noção de referência ou denotação — é que somos levados a contradições lógicas, violando princípios como o de identidade e o do terceiro excluído (RUSSELL, 2005a [1956/1905], p. 45s).[46] E por isso, como vimos, devemos nos restringir a dizer que sentenças como 'O atual rei da França é calvo' são simplesmente falsas, e não destituídas de significado, diz Russell.

A solução de Russell é engenhosa e interessante, e requer a distinção entre ocorrências *primária* e *secundária* de uma expressão denotativa (*denoting phrase*). Em seu conhecido estilo irônico e bem humorado, Russell diz que quando deixamos de fazer a distinção mencionada — que, a nosso ver e apesar dos interesses basicamente formais e lógicos de Russell, também é de caráter pragmático — chegamos a situações ridículas, como aquela em que um falante diz ao outro: "Pensei que seu iate fosse maior do que é"; e o interlocutor responde: "Não, meu iate não é maior do que é". É claro que esse interlocutor deixou de fazer a distinção que, se feita, diz Russell, o teria levado a perceber que o que o primeiro sujeito quis dizer foi: "O tamanho que eu pensei que seu iate tivesse é maior do que o tamanho que seu iate tem" e não, é claro, a estupidez de dizer que o iate é menor ou maior do que é.

Russell (2005a [1956/1905], p. 52) diz que se trata do mesmo problema que haveria se quando dissermos:

(3) George IV queria saber se Scott é o autor de *Waverley*,

alguém pensar que George IV quer saber se Scott é Scott, já que Scott é o autor do romance *Waverley*. A solução de Russell para esses casos con-

[46] Não vamos, contudo, reproduzir aqui os detalhes da argumentação de Russell, que o leitor interessado pode encontrar em seu próprio artigo mencionado. Uma solução também fregeana para o problema, diz Russell (2005a [1956/1905], p. 47; 1989b) consistiria em dizer que a expressão 'o atual rei da França' denota o conjunto vazio, solução *ad hoc* que Russell rejeita e considera artificial.

siste então em introduzir a distinção acima mencionada e em procurar encontrar as ocorrências primárias ou secundárias da expressão 'o autor de *Waverley*' em diferentes interpretações da sentença (3), que seriam as seguintes:

(4) George IV queria saber se um e apenas um homem escreveu *Waverley* e Scott é esse homem;

(5) Um e apenas um homem escreveu *Waverley*, e George IV queria saber se Scott era esse homem.

Russell diz que a ocorrência de 'o autor de *Waverley*' em uma sentença equivalente a (5) é primária, e que é secundária numa sentença equivalente a (4). Pois (5) também é equivalente a:

(6) George IV queria saber, a respeito do homem que, de fato, escreveu *Waverley*, se ele era Scott.

Isso seria verdadeiro, por exemplo, diz Russell, num contexto em que George IV tivesse visto Scott a certa distância e tivesse então perguntado se aquele homem à distância era mesmo Scott.

Segundo Russell, esses exemplos ilustram o fato de que uma ocorrência de uma expressão denotativa é secundária se ela "ocorre em uma proposição *p* que é um mero constituinte da proposição que estamos considerando, e a substituição da expressão denotativa deve ser feita apenas em *p*, e não na proposição toda examinada" (RUSSELL, 2005a [1956/1905], p. 52). Obviamente, a ocorrência é primária se a substituição é feita na proposição examinada e não em um de seus constituintes. Assim, por exemplo, voltando ao caso da expressão 'o atual rei da França', se dissermos:

(7) O atual rei da França é calvo;

A sentença em (7) é certamente falsa, como já dissemos, o que se pode explicar, segundo Russell (2005a [1956/1905], p. 53), se dissermos que é também falsa a seguinte sentença em:[47]

(8) **O atual rei da França** não é calvo,

se ela significar o mesmo que

(9) Há uma entidade que é **o atual rei da França** e que não é calva,

quando a ocorrência de 'o atual rei da França' é primária, pois a substituição de tal expressão afetaria a proposição toda em exame. Mas (8) será verdadeira se significar:

(10) É falso que haja uma entidade que seja **o atual rei da França** e que seja calva.

quando a ocorrência daquela expressão é secundária, pois a substituição afeta apenas um constituinte da proposição considerada. Por isso Russell pode então concluir que são falsas todas as proposições nas quais a expressão denotativa 'o atual rei da França' tem ocorrência primária.

A conclusão mais geral de Russell nessa discussão é que, a partir de qualquer proposição, podemos criar uma expressão denotativa que realmente denota uma entidade se a proposição for verdadeira, mas que, de fato, não denota entidade alguma se a proposição for falsa (RUSSELL, 2005a [1956/1905], p. 53s). E isso dá certo ar de circularidade à argumentação, pois pode parecer que é o fato de sabermos que uma proposição é falsa que, diretamente, nos permite saber que a expressão

[47] Em (8), (9) e (10) abaixo, destacamos a expressão denotativa, colocando-a em negrito, visualização que pode ajudar na compreensão do argumento de Russell. Essas sentenças diferem ligeiramente daquelas apresentadas por Russell em seu texto, que não utiliza esse recurso e não é literal no emprego a elas da referida expressão.

que dela tiramos não possui referente. Mas, se é assim, a análise é um tanto redundante. Trata-se não propriamente de uma questão de significação das expressões, mas do conhecimento do assunto em questão.

Por exemplo, diante da sentença 'o atual rei da França é calvo', podemos não saber se ela é verdadeira ou falsa. Mas se soubermos que há um rei da França e que ele é calvo, a sentença é verdadeira. Por outro lado, se soubermos ou que não há um rei da França hoje, ou que, se há, ele não é calvo, então sabemos que a sentença é falsa. Mas uma análise lógica nos parece conduzir a um resultado diferente daquele de Russell, pois, nesse último caso, a sentença seria falsa porque seria falsa uma das duas sentenças conjuntivas da seguinte conjunção:

(11) Há atualmente um rei da França & o rei da França é calvo.

Ora, sabemos que (11) é falsa porque a primeira conjuntiva é falsa. E sabemos que essa conjuntiva,

(12) Há atualmente um rei da França,

é falsa porque sabemos que não há uma entidade que seja denotada pela expressão 'o atual rei da França', o que nos leva de volta ao problema da referência dessa expressão independentemente de ela ocorrer ou não, primária ou secundariamente, em quaisquer sentenças.

Contudo, o pressuposto de Russell que o leva àquela conclusão que comentamos acima é que "uma expressão denotativa é essencialmente *parte* de uma sentença e, diferentemente da maior parte das palavras isoladas, não possui qualquer significação própria" (RUSSELL, 2005a [1956/1905], p. 51; itálico no original). Mas isso é estranho do ponto de vista pragmático, pois uma expressão como 'o atual rei da França' — enquanto uma descrição definida — é um substituto para um nome próprio. Trata-se do mesmo caso da expressão 'a atual rainha da Inglaterra', que pode substituir hoje, sem problemas, o nome 'Elizabeth II'.

Aparentemente, Russell apela para o artifício de dizer que as expressões denotativas desse tipo são extraídas de sentenças em virtude de razões cognitivas, como ele mesmo indica no início do referido artigo, ao lembrar sua distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, e dizer que todo conhecimento por descrição provém de expressões denotativas (RUSSELL, 2005a [1956/1905], p. 41). Mas podemos concordar com esse ponto e aceitar a distinção entre conhecimento direto da entidade (isto é, conhecimento por familiaridade) e conhecimento indireto (isto é, por descrição), e nem por isso presumirmos também, juntamente com Russell, que toda expressão denotativa tem origem em uma sentença e que as expressões que realmente denotam têm origem em sentenças verdadeiras.

Uma tese não parece necessariamente estar ligada à outra, uma vez que uma diz respeito ao âmbito da teoria do conhecimento e a outra ao âmbito de uma teoria da referência, ainda que, obviamente, os temas possam estar ligados ou de forma explícita, ou de forma mais obscura, e um autor tente então tornar isso mais claro. Mas se é isso o que Russell pretende com sua análise naquele artigo, então, de fato, ele enuncia uma terceira tese — de caráter pragmático — sobre o conhecimento e a linguagem ao mesmo tempo, tese sobre a qual não há argumento dado no texto, mas que apenas aparece como um pressuposto não muito óbvio.

Do ponto de vista pragmático, a origem de uma expressão denotativa como um substituto para um nome próprio é bastante compreensível, e não parece evocar necessária e imediatamente uma tese epistemológica, nem uma tese sobre as relações entre conhecimento e linguagem, como as de Russell. Independentemente disso, contudo, vejamos como Russell enfrenta o problema da referência dos nomes próprios com base em sua noção de descrição definida. Na última seção deste capítulo, contudo, voltaremos ao tema da relação entre o conhecimento do falante e a denotação das expressões utilizadas, mas de forma diferente dessa que Russell parece pressupor. Pois, pragmaticamente falando, é claro que o uso da linguagem está ligado às noções que os falantes compartilham. Mas, a nosso ver, não se trata da relação entre uma sen-

tença verdadeira, tomada isoladamente, e a expressão denotativa que dela pode ser tirada, e sim de formas mais abrangentes de conhecimento, como veremos.

As motivações epistemológicas de Russell estão bem claras no final do referido artigo, quando ele diz que tudo o que podemos conhecer diretamente (ou seja, por familiaridade) nos traz proposições cujo significado pode ser por nós diretamente apreendido e que sabemos imediatamente que são verdadeiras, proposições cuja verdade não depende de juízos (RUSSELL, 2005a [1956/1905], p. 53s). Ora, no texto *A filosofia do atomismo lógico*, de alguns anos depois, texto que já comentamos no capítulo anterior, Russell retoma esse tema em relação com aquele dos nomes próprios, e diz então:

> O que passa por nomes na linguagem, como 'Sócrates', 'Platão', e assim por diante, originalmente, se destinava a preencher essa função de representar particulares, e realmente aceitamos na vida diária comum, como particulares, todo tipo de coisas que, de fato, não existem. Os nomes que utilizamos normalmente, como 'Sócrates', de fato, são abreviações para descrições; não apenas isso, mas o que eles descrevem não são particulares, e sim sistemas complicados de classes ou séries. Um nome, no sentido lógico estrito de uma palavra cuja significação é um particular, só pode ser aplicado a um particular com o qual o falante esteja familiarizado, porque não se pode nomear algo com o que não se esteja familiarizado. Lembremos que, quando Adão nomeou os animais, eles vieram diante dele um a um, ele os conheceu e os nomeou. Não conhecemos Sócrates e, portanto, não podemos nomeá-lo. Quando utilizamos a palavra 'Sócrates', de fato, estamos utilizando uma descrição. Nosso pensamento pode ser interpretado por expressões como: 'O mestre de Platão', ou 'O filósofo que bebeu cicuta', ou 'A pessoa que os lógicos dizem que é mortal', mas, certamente, não utilizamos o nome como um nome no sentido próprio da palavra. (RUSSELL, 1996 [1918], p. 62.)

É curioso que Russell, no texto, antes da passagem acima citada, se refira à função referencial da linguagem, que ele também menciona nessa passagem, em conexão com os demonstrativos. Ele diz que podemos utilizar demonstrativos como 'isso' na presença do objeto, mas que, depois, quando não estamos mais em sua presença, é útil darmos ao objeto um nome próprio, pois isso facilita a comunicação e o pensamento. Assim, uma descrição definida pode cumprir o mesmo papel. Mas

isso quer dizer apenas que tanto uma palavra qualquer como uma descrição definida podem ser utilizadas na função referencial da linguagem. Independentemente então de razões epistemológicas — e também metafísicas —, não há por que concluir também, em virtude de desempenharem o mesmo papel na prática linguística, que os nomes próprios sejam descrições definidas das quais não nos damos conta, ainda que alguns nomes possam ter origem em descrições, como quando, por exemplo, uma menina é batizada de *Clara* porque tem a pele ou os cabelos claros.

Ora, se não conhecemos o nome próprio de alguma coisa ou pessoa, de algum particular — algo que, do ponto de vista pragmático, pode ser encarado simplesmente como a associação convencional de determinado signo com aquele particular —, então podemos recorrer a uma descrição. Podemos dizer, por exemplo: "A menina de cabelos claros", porque não sabemos que seu nome é 'Clara'. Mas isso, é óbvio, Russell aceitaria, caso conheçamos Clara pessoalmente. O que ele não aceita, como diz a citação acima, é que 'Clara' para nós seja um nome próprio se não conhecemos Clara. Por isso 'Sócrates' não pode ser para nós um nome próprio, pois não o conhecemos. Mas era um nome próprio para Platão, que o conheceu.

Obviamente, do ponto de vista cognitivo, faz diferença se conhecemos alguma coisa diretamente ou não, sobretudo se se trata de alguma coisa de existência duvidosa — e esse é um dos grandes problemas para Russell, problema que tem dois aspectos e que tem também dimensão metafísica ou ontológica, e não só epistemológica. Um desses aspectos se mostra no fato, mencionado na citação acima, de que podemos tomar por real algo que não existe; o outro aspecto diz respeito ao conhecimento de entidades abstratas. Embora algumas supostas entidades abstratas possam, de fato, não existir, outras existem e, para Russell, conhecê-las devidamente e, assim, garantir a denotação dos termos que a elas se referem é parte do mesmo problema.[48]

[48] Como se sabe, Russell estava particularmente preocupado com a fundamentação da matemática e a realidade de entidades abstratas, entidades que, se existem, obviamente, não podem estar no espaço e no tempo, digamos, assim

Quanto ao primeiro desses aspectos, suponhamos, por exemplo, que falemos de Pégaso e de Papai Noel, sendo que eles não existem. Se eles não existem, esses nomes não são denotativos, e a solução de Russell para isso consiste em apontar a descrição definida correspondente a cada um, já que nenhum de nós pode ter conhecimento direto desses indivíduos, se eles não existem. Assim, para Russell:

(13) ***Σ***('Pégaso') = ***Σ***('o cavalo alado'), e

(14) ***Σ***('Papai Noel') = ***Σ***('o velhinho de barba branca, roupa vermelha e que traz presentes no Natal').

Ambas as possíveis entidades não reais corresponderiam às respectivas descrições definidas. Para Russell, podemos julgar que certas proposições contendo tais nomes (ou tais descrições) são verdadeiras, mas tais proposições são falsas. O caso é diferente, contudo, se tivermos:

(15) Sócrates foi mestre de Platão.

Nesse caso, há uma sentença verdadeira, mas não porque tenhamos conhecimento direto de Sócrates, e sim porque temos conhecimento indireto, por descrição, de Sócrates. Assim, o que (15) quer dizer é afinal:

(16) **O mestre de Platão** foi mestre de Platão.

o que é um resultado curioso, para dizermos o mínimo, e que poderia incomodar o próprio Russell, caso não pudéssemos também dizer:

(17) **O filósofo que bebeu cicuta** foi mestre de Platão, e

---

como os corpos materiais. Também esse aspecto ontológico do problema será tratado de um ponto de vista pragmático na última seção deste capítulo.

(18) **A pessoa que os lógicos dizem que é mortal** foi mestre de Platão.

Com (17) e (18), diferentemente de (16), temos resultados não bizarros, e poderíamos então deixar clara a significação do nome próprio 'Sócrates'.

Contudo, não acreditamos que o próprio Russell pudesse ficar satisfeito com esses resultados, já que (17) e (18) são ambíguas. As descrições definidas 'o filósofo que bebeu cicuta' e 'a pessoa que os lógicos dizem que é mortal' podem se referir a diversas pessoas diferentes, e apenas uma identificação mais exata do contexto da fala é que removeria a ambiguidade de (17) e (18). Ora, um modo de fazer isso consistiria em incluir na descrição, para que ela seja realmente *definida* (ou *muito mais* definida) e sem ambiguidade, toda informação relevante do contexto da fala, e dizermos, por exemplo:

(19) **O filósofo que bebeu cicuta, em Atenas no ano 399 A.C., casado com Xantipa etc., etc.** foi mestre de Platão.

Entretanto, esse é um resultado também contraintuitivo, pois o nome não corresponde mais a uma descrição simples, mas a um relato, a toda uma narrativa. O que vale para 'Sócrates', como nome próprio, teria então de valer também para 'Atenas', 'Xantipa' etc., o que, obviamente, conduz a um relato muito longo, complexo e detalhado. Em última instância, enquanto são todos objetos de conhecimento por testemunho histórico — que é um tipo de conhecimento por descrição —, essa longa narrativa é toda a história relevante desde Sócrates até o falante de hoje que utiliza o nome 'Sócrates'. E não nos parece que esse seja um resultado que Russell estivesse pronto a aceitar, por diversas razões, entre elas o fato de que o conhecimento em questão não é dado por uma proposição, mas por um sistema de proposições, sistema no qual cada proposição depende das outras, em uma narração coerente. E isso vai contra o atomismo lógico de Russell, que analisamos no capítulo

precedente. Essa perspectiva *histórica* no uso dos nomes, por sua vez, será importante na concepção dos designadores rígidos, que veremos na próxima seção.

Por outro lado, podemos não levar tão longe a inclusão de informação contextual com relação a determinado nome próprio, mas nos restringirmos à informação que é considerada em geral a mais relevante para podermos identificar determinado indivíduo. Podemos talvez, por exemplo, no caso de Sócrates, dizer que (a) ele foi mestre de Platão, (b) que foi condenado em Atenas em 399 A.C., (c) que bebeu cicuta e morreu, (d) que era casado com Xantipa, e mais uma ou outra informação que julgarmos necessária, mas que, para os falantes envolvidos pareça suficiente, mesmo que contenha ainda certa imprecisão. Com isso, teríamos uma série de noções ou informações sobre o indivíduo que, de forma mais ou menos precisa, permitiria indicá-lo com relativa segurança. Essa é uma alternativa aventada por Searle (1958) e que, na literatura mais recente, é apontada como a concepção do *conglomerado* (*cluster*) de informação associado a um nome próprio. Embora, do ponto de vista pragmático, essa concepção pareça mais adequada que aquela de Russell, em última instância, ela não modifica radicalmente a situação.[49] Mesmo assim, associada a outros aspectos pragmáticos, ela pode resultar em uma interessante concepção da referência, como veremos na última seção deste capítulo.

Com relação ao segundo aspecto do problema antes mencionado, aquele a respeito do conhecimento legítimo que podemos ter das entidades abstratas, um tema particularmente importante para Russell por causa da fundamentação da matemática e da lógica, como já mencionamos, podemos dizer que ou esse conhecimento é direto (ou por familiaridade), caso em que apreendemos a proposição na qual o nome ocorre como verdadeira imediatamente, ou esse conhecimento é por descrição e, nesse caso, ou estaremos fazendo inferências que, por sua vez, podem

[49] Voltaremos na última seção deste capítulo a esse ponto. *Cf.* também LYCAN, 2000, cap. 3. Sobre a crítica de Searle à abordagem de Russell e de outros, além do artigo citado, SEARLE, 1958, *cf.* também SEARLE, 1969, cap. 7.

ser justificáveis ou não, ou então estaremos construindo objetos não imediatamente dados a partir de objetos imediatamente dados. Essa ideia de construção de objetos a partir de outros já dados inspirou os positivistas lógicos, em particular, Rudolf Carnap em seu projeto verificacionista da significação, como veremos no próximo capítulo.[50]

Os nomes próprios discutidos por Russell, como vimos, são nomes para particulares, mas temos também o caso muito comum nas línguas de nomes gerais. Do ponto de vista de Russell, eles são *predicados*, no sentido lógico do termo, e, assim como as *relações*, são núcleos de funções sentenciais, tais como: '*x* é humano', '*x* é azul', '*x* é solteiro' etc., e as relações '*x* é casado com *y*', '*x* está entre *y* e *z*' etc. Se tais nomes gerais se referissem então a alguma coisa, seria às classes que contêm os objetos que possuem a propriedade indicada pelo predicado. Mas, ao introduzirmos as classes na discussão, para Russell, temos então que passar ao exame de sua Teoria dos Tipos e de suas discussões na fundamentação da matemática e da lógica moderna. E esses são temas dos quais não vamos nos ocupar aqui. Nesse caso também, como podemos ver, a solução de Russell pressupõe sempre começarmos com proposições e, com base numa análise lógica delas, discutirmos então as questões relativas à referência dos nomes.

Por outro lado, uma discussão da referência de nomes (ou próprios, ou gerais) independentemente de uma análise das proposições é apresentada pela concepção dos nomes como designadores rígidos, que veremos na próxima seção, concepção essa que apresenta algumas vantagens importantes em relação à concepção de Russell, embora gere também suas próprias dificuldades. Contudo, assim como no caso daquelas concepções do significado de sentenças que examinamos no capítulo anterior, essas concepções da referência também contemplam aspectos pragmáticos importantes que podem ser resgatados em uma concepção eminentemente pragmática da referência, que procuraremos delinear na última seção deste capítulo.

---

[50] Para esse ponto, *cf.* DUTRA, 2010, cap. 2. *Cf.* também CARNAP, 2003a.

4.2 Designadores rígidos

A concepção defendida por Saul Kripke em seu livro *Naming and Necessity* (KRIPKE, 1996 [1972]) é certamente uma daquelas que apresentam maior apelo na solução do problema da referência dos termos. Ela abrange tanto o caso dos nomes próprios como aquele dos nomes gerais, mais especificamente, aquele dos nomes para espécies naturais. A nosso ver, seu apelo se deve ao fato de que ela, por um lado, é capaz de evitar algumas dificuldades de outras concepções, como a de Russell, que vimos na seção precedente, assim como, aparentemente, a concepção de *conglomerado*, de Searle. Essa concepção lida com esses problemas em um viés pragmático, embora o próprio Kripke não tenha tido explicitamente a preocupação de adotar essa perspectiva.

A concepção de Kripke é a de que os nomes próprios são *designadores rígidos*, isto é, são termos utilizados para designar unicamente certos particulares. Ora, na medida em que o mesmo nome ('Sócrates', por exemplo) pode ser utilizado como um designador rígido para mais de um indivíduo (por exemplo, para o filósofo já mencionado e também para um cão), Kripke deve então explicar como uma palavra ganha a condição de designador rígido. E sua explicação é de caráter histórico-causal. No caso dos termos para espécies naturais, a mesma concepção foi defendida por Hilary Putnam em seu artigo The Meaning of 'Meaning' (PUTNAM, 1975), e vamos comentar nesta seção também a versão de Putnam.

Em seu livro já citado, Kripke apresenta sua solução nas seguintes passagens que são bastante claras quanto a sua posição:

> Vamos chamar algo de um *designador rígido* se em todo mundo possível ele designa o mesmo objeto, e se esse não é o caso, de um *designador não rígido* ou *acidental*. É claro que não exigimos que os objetos existam em todos os mundos possíveis. Certamente, Nixon poderia não existir se seus pais não tivessem se casado, no curso normal das coisas. Quando pensamos uma propriedade como essencial a um objeto, usualmente, queremos dizer que ela é verdadeira em relação àquele objeto em qualquer caso no qual ele existisse. Um designador rígido de um existente necessário pode ser chamado de *fortemente rígido*.

> Uma das teses intuitivas que vamos sustentar aqui é a de que os *nomes* são designadores rígidos. (KRIPKE, 1996 [1972], p. 48; itálicos no original.)

> Um enunciado aproximado de uma teoria poderia ser o seguinte: Um *batismo* inicial tem lugar. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é *passado de elo para elo*, pensamos que aquele que recebe o nome, quando esse aprende a usá-lo, deve tencionar usá-lo com a mesma referência daquele de quem ele o recebeu. Se ouvimos o nome 'Napoleão' e decidimos que esse seria um nome bacana para nosso tamanduá de estimação, não estamos satisfazendo essa condição. (KRIPKE, 1996 [1972], p. 96; algumas aspas simples do original foram substituídas por itálicos para mantermos a uniformidade de uso desses recursos.)

Um ponto que precisa ser esclarecido a respeito da concepção de Kripke — ponto esse que poderia conduzir a polêmicas infrutíferas e desviar nossa atenção do que há de essencial em sua concepção — é sobre seu uso da noção de *mundo possível*. De fato, nas últimas décadas, tem havido um grande debate em torno dessa noção, com diversas interpretações e implicações metafísicas importantes. Contudo, o próprio Kripke explica no prefácio de seu livro que utiliza a noção de mundo possível apenas como uma possibilidade não realizada do mundo, isto é, como uma situação contrafactual, sem conferir a ela nenhuma dimensão metafísica especial, segundo a qual, em algum sentido metafisicamente obscuro, um mundo possível seria real mesmo não sendo o mundo realizado ou efetivo no qual vivemos.[51]

Segundo Kripke, um mundo possível não é nada misterioso, mas apenas algo como as cinco situações que não se dão quando, por exemplo, jogamos um dado e o resultado é *6*. Ora, como os dados possuem seis lados, cada um numerado com um algarismo de 1 a 6, quando jogamos um dado (supondo que ele não seja viciado), qualquer um dos seis resultados é possível. Aquele resultado que sai ao jogarmos o dado é o que há naquele momento no mundo realizado ou efetivo. Os outros cinco resultados possíveis, mas não realizados, são apenas então *situações contrafactuais*, ou seja, aquelas situações que poderiam ser o caso,

[51] *Cf.* KRIPKE, 1975, p. 15s, especialmente, p. 18. *Cf.* também DUTRA, 200+, cap. 1.

mas que não são naquela vez que jogamos o dado — elas não são fato ou um estado de coisas presente.

Com isso, podemos entender o exemplo dado na primeira das passagens de Kripke que citamos acima, isto é, que o presidente americano Richard Nixon poderia não existir, mas que, *no curso normal das coisas*, como diz Kripke ali, isto é, em qualquer mundo possível em que Nixon exista, 'Richard Nixon' é seu nome se esse nome é um designador rígido. O mesmo vale então, obviamente, para nossos exemplos anteriores, como o fato de que 'Sócrates' nomeia aquele filósofo grego que foi mestre de Platão etc. Ou seja, em qualquer mundo possível em que Sócrates existe, 'Sócrates' é seu nome se esse é também um designador rígido. Em ambos os casos, sendo 'Nixon' e 'Sócrates' designadores rígidos para aqueles indivíduos, em qualquer situação factual ou contrafactual em que eles estejam (ou seja, o mundo realizado e os mundos possíveis que os contêm), esses nomes são nomes unicamente desses indivíduos.

Contudo, como o próprio Kripke reconhece, isso é apenas parte das condições para que um nome seja nome de um único indivíduo enquanto designador rígido para esse indivíduo, já que as mesmas palavras podem ser utilizadas para nomear indivíduos diferentes. Por exemplo, 'Sócrates' pode ser o nome de um cão, e, como diz Kripke na segunda citação que fizemos acima, 'Napoleão' pode também ser o nome de um tamanduá. Desse modo, é preciso que haja também uma conexão histórica entre o uso atual de um termo e os usos passados, remontando a um ato de batismo. Em outras palavras, há uma primeira vez em que uma palavra é utilizada para designar um particular e se, desde então, numa série histórica de transmissão do mesmo nome para o mesmo particular, um falante atual também a utiliza em conformidade com o que aprendeu dessa série histórica, então, também nesse seu uso presente, o nome em questão é o nome daquele particular enquanto designador rígido para ele.

Dessa forma, de fato, podemos recolocar a concepção de Kripke como aquela que exige que as seguintes condições factuais se cumpram:

(A) há um ato de batismo, no qual uma palavra é adotada para designar determinado particular, fixando seu uso;
(B) há uma série histórico-causal que transmite esse uso de elo em elo, desde o ato de batismo até um uso atual do termo;
(C) há a intenção do falante atual, em seu uso presente do mesmo termo, de utilizar o mesmo nome para nomear o mesmo particular que aprendeu a nomear com tal nome pela série histórica que vai do ato de batismo até ele, falante atual.

Essas três condições apontadas por Kripke compõem um critério para podermos decidir se o uso de um nome para determinado particular é correto. Ou seja, o que faz com que uma palavra seja realmente um nome para determinado indivíduo é o fato de um falante, ao utilizá-la, preencher as três condições acima. Se for assim, então a concepção de Kripke não apenas explicará os usos comuns dos nomes próprios (como o de 'Sócrates' para aquele filósofo grego, de 'Napoleão' para o imperador francês e de 'Nixon' para o presidente americano), mas também os usos menos comuns ou, em relação a esses usos principais, digamos, os usos *desviantes* (como o de 'Sócrates' para um cão e 'Napoleão' para um tamanduá). Pois em todos os casos podemos identificar as circunstâncias nas quais os três requisitos apontados são preenchidos.

Assim sendo, embora seja mais comum, segundo a concepção defendida por Kripke, que a palavra 'Sócrates' seja o nome do referido filósofo grego que foi mestre de Platão, alguém pode (a) batizar seu cão de *Sócrates*, (b) esse uso pode se impor para ele e para outros falantes e, (c) em qualquer situação futura, o dono do cão ou os outros falantes se referirem a esse cão pelo nome 'Sócrates'. Nesse caso, 'Sócrates' também é um designador rígido para nomear esse cão, embora também seja para nomear aquele filósofo grego. E o mesmo, é claro, *mutatis mutandis*, valerá para o tamanduá de Kripke chamado *Napoleão*.

As descrições definidas relacionadas com um ou com o outro dos usos de 'Sócrates' (por exemplo, ou para o filósofo, ou para o cão) ser-

vem apenas para esclarecer a qual das cadeias histórico-causais nos referimos (ou àquela que remonta ao ato de batismo do filósofo grego, ou àquela que remonta ao ato de batismo do cão). É razoável supor que haja atos de batismo desse modo ou pelo menos que, em cada caso, houve um ato de batismo, pelo menos de forma implícita, já que sempre há uma primeira vez em que uma palavra é utilizada para nomear determinado particular. E isso pode ser feito ou por ostensão, ou por descrição, diz Kripke naquela passagem citada. Logo, ele é mais liberal que Russell quanto à forma pela qual podemos nomear um particular.

Contudo, não é tão razoável supor que um uso atual de um termo, de fato, remonte à primeira ocasião de seu uso (o ato de batismo formal ou tácito). Nesse caso, o que provavelmente é mais de se esperar não é uma cadeia causal que, elo a elo, nos faça remontar à primeira ocasião do uso, mas uma série de cadeias rompidas e, às vezes, recuperadas ou reiniciadas por meio de descrições definidas. O uso de 'Sócrates' para nomearmos o filósofo grego, se ele se adéqua à explicação de Kripke ou então a essa última, que acabamos de dar, isso é mais difícil de determinar; mas vejamos como seria no caso de um cão chamado *Sócrates*.

Suponhamos que José batize seu cão de *Sócrates*, mas que esse cão se perca na rua e vá parar em outra casa, na qual ele é renomeado, como *Platão*, pelo novo dono, João. Assim, aquela cadeia iniciada por José se rompe para 'Sócrates', e uma nova cadeia se inicia com João, para 'Platão'. Contudo, suponhamos ainda que um amigo comum de José e João, digamos, Pedro, reconheça na casa de João o cão que antes pertencia a José (e que lá se chamava *Sócrates*) e diga: "Este é Sócrates, o cão de José". Como João não sabia disso, ele vai dizer: "Não! Este é Platão, o meu cão". Mas então Pedro explica a João que, de fato, aquele é Sócrates, o cão de José, que é um cão muito particular, que possui, por exemplo, uma marca de nascença na pata dianteira esquerda. Assim, Pedro e João examinam o cão e concluem que se trata mesmo do cão de José, e decidem devolvê-lo ao antigo dono. Nesse caso, sendo razoável, João não vai dizer que vai devolver Platão a José, mas que vai devolver

Sócrates a José. E ele vai fazer isso porque procura restabelecer a antiga cadeia de uso do nome 'Sócrates' para aquele cão, terminando com a cadeia do uso de 'Platão' para o mesmo cão.

Inúmeras situações parecidas com essa, com esse desfecho ou com desfechos muito diferentes (por exemplo, no caso de João ficar com o cão e ele continuar a ser chamado de *Platão*) podem ocorrer. É claro que, em algumas situações, a antiga cadeia causal de uso do nome se refaz, em outras não. Mas o importante é aquilo que serve de argumento, no exemplo acima, para que João aceite o fato de que o cão se chama *Sócrates* e que, portanto, pertence a José. É a explicação dada por Pedro que faz a diferença e decide a questão. E essa explicação pode ser dada por uma descrição definida, a saber, algo como: 'Sócrates é o cão que possui uma marca de nascença na pata dianteira esquerda'. Foi por aplicar uma descrição definida como essa que Pedro pôde reconhecer Sócrates, o cão de José, e reivindicar que ele voltasse para seu dono anterior e que voltasse a ser chamado pelo antigo nome. Em outras palavras, foi a descrição definida como expressão do conhecimento que Pedro tem de Sócrates que restaurou a série histórico-causal do uso desse nome para esse cão.

O que temos então, apesar de Kripke desejar eliminar a ideia de descrição definida como o único recurso para explicarmos um nome próprio, sem evocarmos a série histórico-causal que remonta ao ato de batismo, é que as descrições definidas são, afinal, indispensáveis não apenas como uma das possibilidades para batizar um particular, pois elas também é que ou restauram, ou mantêm, a própria série histórico-causal que conserva o uso correto de um nome. A cada vez que um novo elo se acrescenta na mesma cadeia que remonta ao ato de batismo, quando isso se faz corretamente, é porque os falantes aplicam seu conhecimento do particular, e presumem então a mesma descrição definida. E isso nos leva de volta à argumentação de Russell sobre Scott, o autor de *Waverley*, que vimos na seção precedente, e torna essa argumentação também em parte razoável.

Desse modo, suponhamos então que na casa de José apareça um cão muito parecido com o seu, Sócrates, mas que não tem a marca de nascença na pata dianteira esquerda. Sem notar isso inicialmente, José chama esse cão de *Sócrates*; mas, depois, notando a marca, diz: "Este não é Sócrates". Ora, é claro que José não está dizendo que "Sócrates não é Sócrates", mas que o novo cão não tem a marca de nascença. E o que ele diz então equivale a: "Sócrates tem aquela marca de nascença" e "Esse cão não tem a marca de nascença". Mais uma vez, é a descrição definida 'Sócrates é o cão que possui uma marca de nascença na pata dianteira esquerda' que permitiu garantir o uso correto do nome 'Sócrates', mesmo que não assimilemos isso àquela forma de reinterpretação mais formal apontada por Russell.

Dessa forma, embora a concepção de Kripke aponte aspectos pragmáticos também importantes para a compreensão da referência dos nomes próprios, ela não pode ser sustentada independentemente de descrições definidas para manter a própria série histórico-causal que remonta ao ato de batismo. E, logo, como argumentaria Russell, não podemos desvincular os nomes próprios totalmente das descrições definidas mesmo em seu uso comum, e não apenas para o ato de batismo (como uma das possibilidades de realizar isso, como quer Kripke).

Esse argumento dá plausibilidade também à concepção de Searle, de *conglomerado*. Pois o que associamos então a um nome é não apenas a cadeia causal que remonta ao ato de batismo, mas determinadas noções ou conhecimentos que estão associados ao nome. Como vimos na seção precedente, em última instância, a diferença principal é que o conglomerado de que fala Searle não permite uma descrição *definida*, mas *indefinida*, do particular nomeado, embora suficientemente esclarecida para identificarmos corretamente aquele particular e a ele aplicarmos o nome correto. Esse problema que não parece tão relevante ou, pelo menos, tão sério no caso dos nomes próprios de pessoas, por exemplo (o caso de que estivemos tratando até aqui), por outro lado, é muito relevante no caso dos nomes gerais, em especial, os nomes para

espécies naturais, e as concepções de Kripke, Putnam e Searle se aplicam a esse caso também.

Antes de prosseguirmos no exame desse outro ponto, é preciso distinguirmos entre nomes gerais *naturais* — ou para espécies naturais — digamos, isto é, aqueles que aplicamos a espécies naturais, como 'ouro', 'água', 'tigre', 'humano' etc., e nomes gerais *factícios* — ou, mais precisamente, nomes gerais para classes de coisas fabricadas ou inventadas por nós, como: 'mesa', 'cadeira', 'livro' etc. Em ambos os casos (ou de termos para espécies naturais, ou de termos para espécies factícias), o nome não corresponde a particulares, mas a classes de particulares, a coleções de indivíduos. Assim, em primeira aproximação, teríamos uma de duas possibilidades: ou (i) o nome é assimilado a uma função sentencial ou predicativa, ou (ii) o nome designa a classe (dos indivíduos a que o aplicamos). No caso (i), por exemplo, sendo que '***R***' designa a referência do termo, teríamos:

(20) ***R***('mesa') = '*x* é uma mesa', e

(21) ***R***('tigre') = '*x* é um tigre';

e, no segundo caso, teríamos:

(22) ***R***('mesa') = {a mesa nº 1, a mesa nº 2, a mesa nº 3, ..., a mesa nº *n*}

(23) ***R***('tigre') = {o tigre nº 1, o tigre nº 2, o tigre nº 3. ..., o tigre nº *n*}.

Nesses últimos casos, obviamente, os numerais '1', '2', '3' e a variável '*n*' são utilizados no lugar de demonstrativos, como: 'esta', 'aquele' etc., mas poderiam ser trocados por nomes próprios para cada indivíduo, caso então em que a expressão 'o tigre nº 2', por exemplo, seria um nome

alternativo para o mesmo indivíduo que também poderia se chamar, digamos, 'Aristóteles', se fosse um tigre de um zoológico ou de um circo.

Contudo, mesmo nos casos (20) e (21), ainda permanece o problema de determinarmos quais são os nomes de indivíduos que poderiam substituir a variável '*x*' naquelas funções predicativas. E teríamos então de determinar a classe sobre a qual varia a variável em questão; e isso nos daria, mais uma vez, algo semelhante a (22) e (23), que são, em última análise, especificações extensionais da referência dos termos que aparecem nas próprias funções predicativas. Desse modo, se mantivermos a ideia de que um termo pode ter significação intensional em acréscimo a sua significação extensional (lembremos os casos 'Estrela da Manhã', 'Estrela da Tarde' e 'Vênus'), então podemos também querer especificar a referência dos nomes gerais de forma independente da especificação extensional de sua significação.

Nesse caso, podemos resolver primeiro o caso dos nomes gerais factícios dizendo que 'mesa', por exemplo, corresponde a uma noção ou projeto padrão desse objeto, que indica sua forma, o arranjo de suas partes, sua funcionalidade como móvel etc. E, para podermos deixar em aberto essa noção de forma conveniente, para que o mesmo termo 'mesa' possa ser utilizado também mesmo que um novo objeto não corresponda exatamente ao *projeto* que está associado ao termo (isto é, nossa noção comum de uma mesa), podemos recorrer à concepção de Searle, de conglomerado. Podemos então dizer que há um conglomerado de noções que estão associadas ao *projeto mesa*, e que esse conglomerado nos dá a significação intensional de 'mesa'. Do ponto de vista pragmático, essa solução é bastante sugestiva, e voltaremos a considerá-la na próxima seção. Mas ela não parece, à primeira vista, convincente no caso de termos para espécies naturais.

Para esses últimos, não parece que possamos ter um *projeto*, a não ser que falemos, por exemplo, de uma *essência* de tigre, de tal forma que possamos de maneira intensional também garantir a significação de 'tigre', assim como fizemos para o termo 'mesa'. O projeto (ou essência) dos tigres, por assim dizer, nos foi dado pela natureza. Assim, teríamos

de reconhecer que nenhum animal é um tigre, por mais que tenha a aparência de tigre, se não tiver sido *feito* a partir de tal *projeto natural* de tigre, digamos, ou seja, aquilo que, do ponto de vista biológico, define a espécie natural *tigre*.

Esse problema é enfrentado por Kripke no referido livro, assim como por Putnam em seu artigo já citado (KRIPKE, 1996 [1972]; e PUTNAM, 1975, respectivamente). A versão de Kripke não escapa a uma forma de essencialismo. Ou seja, um tigre particular é aquele animal que possui as características essenciais — quaisquer que sejam elas — da espécie tigre. E, é claro, a determinação de quais são essas características só poderia ser feita por meio de uma criteriosa investigação científica. A versão de Putnam é mais clara com relação a esse aspecto e, se não é inteiramente essencialista, como a de Kripke, é também realista. Em ambos os casos, só podemos denominar um animal de *tigre* se ele for um representante *da própria espécie natural*, tomada enquanto tal. Assim, o termo 'tigre' é o nome da espécie *tigre*. O termo é um designador rígido para a espécie em questão e, só por empréstimo ou conveniência de expressão, para os indivíduos que porventura possam ser reunidos na classe que, empírica e extensionalmente, corresponderia ao termo.

Tigre é exatamente um dos exemplos de Kripke (1996 [1972], p. 134s). O ponto central para o autor é que, independentemente de termos ou não condições de pesquisa científica para alcançarmos o conhecimento daquilo que caracteriza a espécie, é a isso que um termo para uma espécie natural se refere, enquanto um designador rígido. Portanto, não são relevantes as características meramente aparentes ou porventura adquiridas dos particulares que pertencem a determinada espécie natural. Por exemplo, um tigre que perdeu uma das patas não deixou de ser um tigre, mesmo que a espécie tigre seja de animais de quatro patas. Um tigre que nasça sem uma das patas também não deixa de ser um tigre, se nascer de pais tigres, e assim por diante. Na biologia atual, o DNA (ou o código genético, digamos) seria o critério científico para identificar tigres e outras espécies animais.

O mesmo deve valer para espécies naturais vegetais e minerais, obviamente. O ouro (outro exemplo do próprio Kripke) não é um metal amarelo, brilhante etc., isto é, que apresenta as características aparentes que podem ser reunidas em um conglomerado de noções. Ouro é, segundo a física e a química atuais, o metal que corresponde ao elemento de número atômico 79, sendo essa a forma científica atualmente aceita de designar o ouro.

Putnam (1975, p. 223s) recorre a uma espécie de experimento imaginário para expor a mesma concepção. Ele nos convida então a imaginar que existe certa *Terra Gêmea*, muito semelhante à Terra, mas na qual, por exemplo, os lagos, rios, oceanos etc., não estão preenchidos de H_2O, mas de uma substância cuja fórmula atômica seja muito diferente, que podemos abreviar por XYZ, por exemplo. Desse modo, se o termo 'água' é utilizado por nós na Terra para denotarmos a substância identificada também pela fórmula 'H_2O', então, na Terra Gêmea, não podemos utilizar o mesmo termo para denotar aquela substância que, apesar de ter as mesmas características aparentes da água da Terra, na verdade, não é H_2O, mas XYZ. Nesse caso, assim como naqueles apontados por Kripke, se há um uso estabelecido do termo para denotar determinada espécie natural, ele não poderá ser utilizado para denotar outra. E a razão é a mesma, isto é, o fato de que há uma série histórico-causal que remonta a um ato de batismo daquela espécie designada *corretamente* pelo termo já em uso.

A objeção que imediatamente pode ser feita a essa explicação para a referência dos termos para espécies naturais é basicamente a mesma que fizemos acima à aplicação da noção de designador rígido para a interpretação da referência de nomes próprios. Ou seja, trata-se do problema de podermos voltar na cadeia causal que liga o uso atual do termo até o ato de batismo. Mas essa não é a principal objeção que tem sido apontada. Do ponto de vista epistemológico, essa concepção dos termos para espécies naturais como designadores rígidos foi contestada por aqueles filósofos da ciência que não adotam uma perspectiva realista e cumulativista, e que não concordam que haja uma continuidade de uso

dos termos científicos ao longo da história das ciências. Um desses autores é Thomas S. Kuhn (1990), conhecido por sua posição segundo a qual a referência dos termos não se mantém após um episódio de revolução científica e troca de paradigma.[52]

Do ponto de vista de Kuhn, que não é realista como Kripke e Putnam, não podemos dizer que os termos 'tigre' e 'água', por exemplo, denotam as mesmas espécies naturais desde as primeiras vezes em que foram utilizados em disciplinas científicas até o presente, uma vez que o mais provável é que mudem as noções científicas ligadas a tais termos, com a troca de paradigma numa revolução científica. Indo mais longe, Kuhn nega mesmo que possamos falar de quaisquer características essenciais das espécies naturais independentemente da visão que o paradigma nos dá da natureza, embora isso não implique, segundo o autor, uma posição relativista segundo a qual a ciência não lida com o real.[53] Assim sendo, um exame da cadeia histórica que remontaria ao ato de batismo de uma espécie natural nos mostraria, de fato, mudanças de significação e rompimentos (pelo menos possíveis, se não forem reais), e não continuidade, como querem Kripke e Putnam.

O ponto de vista desses dois últimos foi defendido, contudo, por outro realista científico, Richard Boyd (1991), que argumenta que há continuidade do uso de um termo para uma espécie natural, mas que isso depende de um processo histórico mais complexo, que envolve certo *refinamento denotacional*. Para Boyd, há uma relação dialética entre a realidade e nosso conhecimento dela, de tal modo que utilizamos os termos para espécies naturais, entre outras ferramentas de pesquisa,

---

[52] *Cf.* também KUHN, 1970; 1987, para uma visão geral da concepção de Kuhn. *Cf.* ainda DUTRA, 2009, cap. 2. Para a concepção de Kuhn especificamente a respeito dos termos para espécies naturais, *cf.* também DUTRA, 2011, que também comenta a posição de Boyd (1991), a que vamos nos referir adiante, nesta seção.

[53] Kuhn explicou mais detalhadamente sua posição em alguns textos reunidos no volume *The Road since Structure* (KUHN, 2002; 2006), nos quais ele continua a defender certa relatividade das noções científicas (e, logo, também das significações dos termos para espécies naturais), mas não da forma radical e relativista na qual ele foi entendido pelos leitores de seu primeiro livro sobre o assunto, a *Estrutura* (KUHN, 1970; 1987).

para identificarmos espécies naturais na realidade (para, como diz Boyd, tentarmos *cortar o mundo em suas reais articulações*). Mas é claro que não acreditamos que esse uso dos termos para espécies naturais nos leve imediatamente a identificar corretamente os indivíduos que pertencem a cada espécie. Ao contrário, argumenta Boyd, é preciso que a própria realidade corrija nosso uso dos termos e nossas concepções, e que nos ajude a eliminar os possíveis erros. Foi assim que, por exemplo, diz Boyd, uma vez classificamos as baleias e os botos juntamente com os peixes, e depois descobrimos que isso não era correto, e passamos a ter categorias taxonômicas mais exatas, mais próximas da realidade, tendo seus respectivos termos então uma significação mais precisa. No limite, poderemos ter talvez termos perfeitamente denotativos que correspondam então às características essenciais das coisas, mas, segundo Boyd, possivelmente, esse é um limite que nunca será atingido.

Se esse processo de refinamento denotacional apontado por Boyd — e que não deixa de ser, em alguma medida, plausível — nos permitir então remontar ao ato de batismo, mesmo com revisões na extensão dos termos para espécies naturais, com exclusões e acréscimos de indivíduos, de qualquer modo, podemos ter ainda dois resultados possíveis: (a) ou alguns particulares permanecem na extensão do termo desde o ato de batismo, constituindo então uma espécie de *núcleo duro* denotacional do termo, ou (b) nenhum particular permanece desde o ato de batismo, mas alguns permanecem entre um momento e outro das revisões de extensão do termo.

Nesse segundo caso, não podemos dizer que, de fato, a cadeia histórico-causal nos liga com o ato de batismo, mas no primeiro sim. Ora, assim como não sabemos quais das explicações histórico-epistemológicas estão corretas para o uso dos termos para espécies naturais ao longo do tempo nas ciências — ou a de Kripke e Putnam, ou a de Kuhn, ou ainda a de Boyd —, também não sabemos se o que ocorre ao longo do tempo é a possibilidade (a) acima, ou então a possibilidade (b). Por outro lado, mesmo que haja um núcleo duro de significação dos termos para espécies naturais, isso não elimina a ideia de conglomera-

do, de Searle. Pois as próprias revisões da extensão através do processo de refinamento denotacional — que, aliás, independentemente de ser defendido por um realista como Boyd, parece ser algo que realmente ocorre — se fazem por meio de noções que constituem, em cada momento do desenvolvimento de um programa de pesquisa, um conglomerado de noções. De forma mais exata, como veremos na próxima seção, tais noções podem constituir mesmo modelos idealizados.

4.3 Similaridade e modelos

Nesta seção, vamos começar pelo exame do tema dos termos para espécies naturais, agora de um ponto de vista pragmático, para depois passarmos ao tema dos nomes próprios. Desse ponto de vista, devemos primeiro prestar atenção à função referencial da linguagem, o que nos permitirá resgatar uma boa parte das intuições fundamentais do falante, intuições que as outras concepções da referência apreendem em parte.

Quine (1960, cap. 3) considera a hipótese de que o uso de expressões de uma língua para nomear coisas se inicie na infância quando determinada expressão é repetidamente associada a um particular. O bebê pode ser estimulado e reforçado a dizer "Mamãe" na presença de sua mãe, e pode então, em primeiro lugar, associar a expressão 'mamãe' com aquele indivíduo, assim como, um pouco mais tarde, associar 'gato' com seu gatinho, para só mais tarde ainda estender o uso da expressão 'mamãe' para as outras mães, das outras crianças, e o termo 'gato' para outros gatos que não o seu próprio. Se for assim, então, provavelmente, em primeiro lugar, quando tais expressões são utilizadas como nomes pela primeira vez, elas denotam indivíduos, sendo nomes próprios, para só depois então passarem a ser nomes gerais, nomes para classes de coisas.[54]

[54] De fato, diz Quine (1960, p. 92) que devemos encarar expressões como 'mamãe' e outras, ditas pela criança (assim como pelo falante de uma língua desconhecida, no caso da tradução radical), como *sentenças ocasionais* (*occasion sentences*). Seguindo essa ideia, podemos então dizer que as expressões desse

O que permite a passagem do uso de um nome próprio para a condição de termo geral é determinada similaridade. A criança pequena pode comparar o comportamento das mães das outras crianças para com elas com o comportamento de sua mãe em relação a ela mesma, e então passar a chamar aquelas outras mulheres também de *mamãe*, estendendo a denotação do termo. E, do mesmo modo, por perceber a similaridade entre o seu gato e os outros gatos, estender o nome 'gato' também a eles.

Essa noção de similaridade é retomada por Quine no artigo no qual ele discute exatamente o tema das espécies naturais (QUINE, 1969b; 1980b). Numa perspectiva naturalizada e evolutiva, Quine sustenta nesse texto que, assim como outras espécies animais, nossa espécie possui um *faro* ou *instinto inato* (*innate flair*) para identificar espécies naturais, e que tal traço inato se deve, por sua vez, a um *padrão* (*standard*) *inato* de similaridade (QUINE, 1969b, p. 114 e p. 123, respectivamente). É graças a esse padrão inato de similaridade, que nos permite identificar aspectos relevantes de semelhança entre coisas, que podemos identificar espécies naturais. O que fazemos é, então, reunir numa classe os indivíduos que possuem características aparentes suficientemente similares. Se não fosse assim, não teríamos como adquirir hábitos, diz Quine, nem fazer inferências indutivas bem sucedidas do ponto de vista prático. Ou seja, ao contrário do que podem sugerir as reflexões de Kripke e Putnam, que vimos na seção precedente, as características aparentes das coisas são o caminho certo para chegarmos a identificar corretamente as *reais* espécies naturais.

Contudo, continua Quine, esse caminho natural pelo qual conhecemos o mundo e o classificamos tende a ser abandonado à medida que as ciências progridem e amadurecem. As teorias científicas maduras podem prescindir das noções de similaridade e de espécies naturais,

---

tipo têm sua significação associada a determinada circunstância; elas podem, com a especialização linguística, se tornar nomes, cumprindo então a função referencial de forma mais exata. Sobre uma explicação mais detalhada sobre as sentenças ocasionais, em oposição ao que Quine denomina *sentenças representacionais* (*standing sentences*), *cf.* QUINE, 1960, p. 35s.

fazendo o trabalho que antes não havia como ser feito senão por meio de disposições ou instintos naturais, a nós legadas pela evolução das espécies. Sobre isso, Quine diz:

> Em geral, podemos considerar uma marca muito especial da maturidade de um ramo da ciência que ele não precise mais de uma noção irredutível de similaridade e de espécie. Trata-se do estágio final no qual o vestígio animal é totalmente absorvido na teoria. Nessa evolução da noção de similaridade, começando por sua fase inata, desenvolvendo-se ao longo dos anos à luz da experiência acumulada, passando então da fase intuitiva para a similaridade teórica e, finalmente, desaparecendo completamente, temos um paradigma da evolução da desrazão rumo à ciência. (QUINE, 1969b, p. 138.)

A versão de Quine a respeito daquele suposto processo evolutivo do qual Boyd também fala é, de fato, mais otimista que a desse último. Mesmo que haja refinamento denotacional — e é razoável supormos que haja algum —, já partimos de um bom começo, segundo Quine. Pois já partimos de algo instintivo e intuitivo que, na falta de noções mais elaboradas, a própria natureza nos oferece. As noções mais elaboradas virão mais tarde, com o desenvolvimento de teorias científicas sofisticadas. É aí que, para Quine, aquela capacidade inata de explorar as semelhanças nas aparências das coisas se torna dispensável, pois podemos então compreender o mundo com base em noções mais bem desenvolvidas pelas ciências.[55]

A concepção defendida por Quine na citação cima, por um lado, tende a conferir certa plausibilidade também à concepção de Kripke e Putnam, segundo a qual são as noções científicas aceitas e supostamente suficientemente próximas da verdade que nos dão as denotações corretas dos termos para espécies naturais, mesmo que, antes, tenhamos passado por um processo de refinamento denotacional. Mas, por outro lado, já que Quine também fala de um processo evolutivo das próprias noções taxonômicas, assim como Boyd, então sua concepção também

[55] Discutimos essa teoria de Quine, em especial, em relação ao uso de modelos científicos, dos quais falaremos adiante nesta seção, em DUTRA, 2006a. Ao contrário de Quine, não achamos que essa noção comum de similaridade seja abandonada pela ciência, independentemente de ser ela inata ou não, como veremos abaixo.

contradiz em parte aquela de Kripke e Putnam, nesse outro aspecto. Pois o que conta, em última instância, são os seguintes fatos:

(I) há um ato de batismo, no qual o termo é utilizado pela primeira vez para se referir a determinada espécie natural, a partir da constatação de semelhanças entre os indivíduos reunidos nessa espécie, por meio de nossos padrões inatos de similaridade;

(II) há um processo evolutivo, pelo qual pode ocorrer o refinamento denotacional dos termos para espécies naturais, levando a teorias mais bem elaboradas;

(III) surge então a teoria, que pode prescindir da similaridade, fixando a denotação de um termo para uma espécie natural de acordo com alguma noção teórica mais sofisticada (como DNA, número atômico etc.).

Essas condições ou etapas permitem reunir aspectos das concepções de Kripke e Putnam, de um lado, e, de outro, de Boyd e Quine. Mas o momento crucial é o (II), isto é, o suposto processo evolutivo ou de refinamento denotacional. As objeções de Kuhn que mencionamos na seção precedente se dirigem exatamente para esse ponto. Nada nos garante que tal processo seja mesmo evolutivo no sentido que Quine deseja lhe conferir, sendo um processo que conduz a uma teoria sofisticada, ou então que tal processo seja, como quer Boyd, realmente um processo de refinamento denotacional. O que pode haver nos diferentes episódios dessa história, insiste Kuhn, são rompimentos e abandonos das denotações precedentes em favor de novas denotações para os termos.

A nosso ver, do ponto de vista histórico ou evolutivo, é muito difícil sustentar com razoabilidade quaisquer dessas concepções. Mas, se tomarmos o uso dos termos em determinado momento, então podemos recorrer às noções compartilhadas pelos falantes de determinada língua, e chegar a uma solução plausível, embora falível e provisória, sempre sujeita a revisão, para o problema da referência de determinado termo.

Podemos ter então algo semelhante ao conglomerado de que fala Searle, como vimos na seção anterior; mas, a nosso ver, isso pode ser algo muito mais determinado. É um modelo o que podemos compartilhar ao utilizarmos um termo para uma espécie natural, assim como para uma espécie factícia.[56]

Há modelos concretos, como maquetes de edifícios e réplicas de aviões etc., que reproduzem *por similaridade* com o objeto modelado a mesma aparência, proporção das partes etc., conforme o caso, podendo haver alguma distorção e certas simplificações. Para as ciências, esse tipo de modelo é mais de uso ilustrativo ou didático, como, por exemplo, um modelo de um átomo feito com bolinhas de isopor e tubinhos de plástico, ou um modelo do sistema solar construído de maneira similar, com bolas de diversos tamanhos para representar o sol e os planetas.

Há outros modelos científicos de natureza abstrata, que podem se valer ainda de certa similaridade de aparência, mas que visam à comparação dos comportamentos de dois sistemas. Por exemplo, se imaginarmos que as moléculas de um gás ideal se comportam dentro de um recipiente, tendo choques elásticos com as paredes desse, de forma semelhante ao comportamento das bolas de bilhar em relação às beiradas da mesa de jogo, então temos um modelo que se vale mais da similaridade dos comportamentos dos dois sistemas comparados do que da similaridade de suas partes ou de sua aparência. Esses modelos são utilizados no desenvolvimento de novas teorias, como no exemplo acima. Outro exemplo é quando comparamos a corrente elétrica que *flui* por um cabo com o fluir de um líquido em um sistema de canalização, o que permite chegar a uma fórmula que descreve o comportamento da corrente elétrica de modo similar àquele que descreve o comportamento do líquido.

---

[56] Discutimos esse ponto em DUTRA, 2011. Retomamos aqui algumas das ideias principais apresentadas no referido texto. A concepção de modelo que empregamos é explicada detalhadamente em DUTRA, 200+; versões mais resumidas são apresentadas em DUTRA, 2006a; 2008b; 2009, cap. 5; assim como DUTRA, 2008a, cap. 4.

Há outros modelos científicos mais abstratos ainda, que instanciam em situações mais específicas as leis ligadas a determinada teoria. Por exemplo, o modelo do plano inclinado ideal instancia as leis de que fala a mecânica newtoniana. O plano inclinado ideal é, por sua vez, semelhante aos planos inclinados concretos que podemos construir e também utilizar para fins didáticos e ilustrativos. Mas o próprio modelo do plano inclinado ideal, aquele que mais importa para a teoria porque nele as leis se aplicariam de forma exata, é aquele sistema idealizado, e não o sistema concreto que construímos e que é semelhante a ele. O sistema concreto que podemos encontrar em um laboratório de física é um modelo concreto daquele modelo da teoria (o plano inclinado ideal ou abstrato).

Assim sendo, vemos que pode haver modelos de modelos, e que os próprios modelos podem estar relacionados por relações de semelhança e analogia, seja de aparência ou constituição, de arranjo de suas partes, seja de comportamento. Assim, mesmo no caso dos modelos ligados às teorias mais desenvolvidas (aquelas de que Quine fala), a noção de similaridade continua a ser essencial. Não se trata de uma noção de similaridade que provenha apenas da própria teoria, mas também do mero confronto dos sistemas que comparamos.

Por exemplo, a partir da observação de diversos planos inclinados concretos, podemos generalizar e chegar ao modelo do plano inclinado idealizado, e então, depois, chegarmos à teoria mecânica que explica seu funcionamento. Ou seja, nossos padrões comuns de similaridade funcionam mesmo na investigação científica mais sofisticada. O que as teorias mais elaboradas acrescentam são outros modelos ou sistemas abstratos com os quais também podemos comparar os sistemas concretos que conhecemos e a partir dos quais, por generalização, chegamos a um modelo abstrato, mesmo que não tenhamos a teoria que explica por meio de leis o comportamento de tais modelos. Em outras palavras, mesmo que não conheçamos nada da mecânica newtoniana, podemos elaborar um modelo do plano inclinado idealizado a partir de planos inclinados concretos que observamos. Apenas não vamos ter as

explicações mais exatas e detalhadas para o comportamento desses sistemas, tal como a teoria pode nos oferecer, apontando leis.

Se isso for aceitável como generalização de nossa prática de fazer comparações e dar nomes às coisas em conformidade com as noções que associamos a tais modelos, então temos também uma solução para o problema da referência dos termos para espécies naturais e factícias. Ela é uma solução que provém da pragmática, isto é, do uso da linguagem pelos falantes de uma língua.

No caso do exemplo dos planos inclinados concretos que possamos conhecer na experiência, podemos utilizar a expressão 'plano inclinado' para nomear o primeiro que virmos e, então, porque outros vistos depois são semelhantes a ele, passarmos a utilizar a expressão que inicialmente era apenas um nome provisório (de fato, uma descrição definida, como: 'esse plano que está inclinado em x graus'), para aquele primeiro sistema físico concreto, como um termo para uma classe de sistemas semelhantes. Assim, 'plano inclinado' passa a ser o nome de uma espécie factícia.

O mesmo pode ser repetido para 'mesa', 'livro' etc., isto é, para todos os termos que denotam espécies factícias. Em todos os casos, podemos dizer que é o modelo abstrato que associamos a todos os sistemas concretos que explica a denotação da expressão utilizada. 'Plano inclinado' não é então apenas o nome provisório para cada um dos particulares que pertencem à classe *plano inclinado*, mas é, mais propriamente falando, num sentido intensional e não extensional, o nome do *modelo abstrato*, $\mathbb{M}$, de plano inclinado. Esse último reúne as noções (o conglomerado de ideias) que nos permite decidir de cada novo objeto semelhante aos demais daquela classe se ele pode ou não ser incluído na classe. O modelo abstrato é, portanto, um *tipo ideal*. Logo, para cada termo para espécies factícias, temos um modelo compartilhado pelos falantes de uma língua. E o processo pelo qual chegamos a isso seria o seguinte:

1) um termo t é utilizado em um ato de batismo como nome de um sistema concreto, s_1;

2) outros sistemas, s_2, s_3, ..., s_n, semelhantes a s_1, são comparados com ele, e o mesmo termo t é então empregado, por extensão, para também nomeá-los;
3) paralelamente, generalizamos os s_1, s_2, s_3, ..., s_n, comparando-os e chegando ao modelo abstrato ou ideal, $\mathbb{M}(s)$;
4) estabelecemos então a referência do termo t como o nome de $\mathbb{M}(s)$.

Resumindo esses quatro passos, podemos resolver o problema da referência do termo t da seguinte maneira:

(24) $\boldsymbol{R}(t) = \mathbb{M}(s)$.

Ao aplicarmos então o mesmo procedimento para os casos das espécies naturais, o que temos de ter em conta são ou as noções de similaridade comuns, que já nos permitem chegar a um conglomerado de noções associado a cada classe de indivíduos que, por semelhança, reunimos na referida classe, ou as noções científicas mais elaboradas que possam ajudar nesse trabalho (como DNA, número atômico etc.). Assim sendo, para o termo 'tigre', por exemplo, podemos ter:

(25) $\boldsymbol{R}$('tigre') = $\mathbb{M}$(tigre).

Contudo, devemos nos dar conta de que a referência de que estamos tratando desse modo é aquela fixada pelo conglomerado de noções compartilhadas pela comunidade de falantes, dado o contexto comum de comunicação e conhecimento que está associado ao uso dos termos, e consolidada no modelo compartilhado. Tal contexto pode ser ou científico propriamente, ou um contexto ordinário, da vida comum. Trata-se, portanto, de forma semelhante ao caso do significado ambiental de sentenças que vimos no final do capítulo anterior, de uma noção de *referência ambiental* ou *contextual*. Se representarmos então por '$\mathbb{R}$'

tal noção, temos, para um termo *t* para uma espécie natural ou para uma espécie factícia, *e*, o seguinte:

(26) $\mathbb{R}(t) = \mathbb{M}(e)$.

É com a mesma noção de referência contextual ou ambiental, $\mathbb{R}$, que podemos também indicar uma solução para o problema da referência dos nomes próprios. Na verdade, esse é um procedimento simples de reduzir a classe dos particulares que definem extensionalmente um nome a apenas um indivíduo. Trata-se, portanto, de uma classe unitária. E a ela associamos também um modelo ou, mais especificamente, para os falantes que empregam o nome, um conglomerado de noções compartilhadas. Desse modo, podemos dizer que:

(27) $\mathbb{R}$('Sócrates') = $\mathbb{M}$(Sócrates).

Pode parecer contra-intuitivo dizer que possuímos um modelo de Sócrates, mas, de fato, apesar da estranheza do emprego da palavra nesse caso, não deixa de ser isso. Não possuímos apenas uma descrição definida associada ao nome 'Sócrates', como quer Russell. Trata-se mais de um conglomerado de noções compartilhadas que resulta de um processo semelhante àquele que descrevemos acima para as espécies. Contudo, a noção de conglomerado ainda pode sugerir certa falta de ordem, o que não é o caso com a noção de modelo. Assim, de fato, tal conglomerado é aquela coleção organizada de ideias ou noções que estão associadas a um modelo. Nesse caso dos nomes próprios, teríamos então:

1´) utilizamos um nome *n* para um particular *p* num ato de batismo;
2´) estabelecemos um conglomerado de noções compartilhadas, descritivas do referido particular, através do uso comum do nome, ao longo do tempo, noções reunidas e organizadas no modelo $\mathbb{M}(p)$;

3´) estabelecemos então a referência do nome *n* como o nome de $\mathbb{M}(p)$.

Vejamos bem que a referência do nome não é o indivíduo nomeado no ato de batismo. Ou seja, por exemplo, a referência de 'Sócrates' não é Sócrates, mas o modelo que temos de Sócrates, que resultou do ato de batismo e da elaboração das noções compartilhadas a respeito de Sócrates que reunimos no modelo de Sócrates. Ao utilizarem o nome de acordo com o referido modelo, os falantes têm então a intenção de comunicação de acordo com a referência estabelecida pragmaticamente pela tradição de uso do nome, consolidada no modelo compartilhado.

Pode parecer que essa solução do ponto de vista pragmático seja, na verdade, meramente equivalente àquela da série histórico-causal de Kripke, mas esse não é o caso. Na explicação de Kripke, a série tem de ser ininterrupta. Segundo essa explicação pragmática, estabelece-se uma tradição de uso do nome, e essa tradição comporta episódios de revisão, correção e refinamento denotacional, até resultar para o falante atual que emprega o termo no modelo que dá a denotação do nome empregado.

Essa solução pragmática tem a vantagem de se estender também aos termos para entidades fictícias ou mitológicas, como Papai Noel e Pégaso. Nesses casos, também possuímos um modelo e uma tradição de emprego dos nomes; mas, segundo o próprio modelo associado ao nome, trata-se justamente de entidades não reais. Segundo o modelo e a tradição que nele resultou, empregamos 'Papai Noel' para indicar um personagem mitológico, e não uma pessoa real, como Sócrates.

A diferença entre a associação de um nome a um modelo e não a uma descrição definida, nem a um simples conglomerado não organizado, é que um modelo é uma entidade abstrata, cujo entendimento é compartilhado pela comunidade dos falantes que empregam o termo. Isso permite a revisão do modelo, pois não se trata de uma coleção de noções que pertençam a um único falante, mas à comunidade de falantes que continua a mesma tradição de emprego do nome. O modelo

também não pode ser modificado arbitrariamente, e as questões a seu respeito são mais questões de descoberta que de convenção ou invenção. No caso das espécies naturais, trata-se de uma tradição científica e de uma comunidade de falantes do dialeto científico; no caso dos nomes próprios em geral, trata-se da tradição linguística do uso de uma língua e dos nomes próprios que os falantes utilizam, seja para particulares reais, seja para particulares não reais, mas definíveis por meio de modelos compartilhados.

* * *

Questões sobre o capítulo 4

1. Por que o problema da composicionalidade decorre do desenvolvimento de noções sintáticas e não em virtude de aspectos propriamente pragmáticos, relativos ao uso da linguagem?
2. Por que Russell rejeita a noção de sentido, proposta por Frege?
3. Explique as noções propostas por Russell de ocorrências primárias e secundárias de uma expressão denotativa.
4. Reconstitua a argumentação de Russell, segundo a qual os nomes próprios são abreviações de descrições definidas.
5. Quais são as principais críticas que podem ser feitas à concepção de Russell de que os nomes próprios têm origem em descrições definidas?
6. Qual é a diferença principal entre a noção de conglomerado, defendida por Searle, e a noção de descrição definida, de Russell, em relação aos nomes próprios?
7. O que é, segundo Kripke, um designador rígido?
8. Quais são, do ponto de vista de Kripke, as condições que devem ser preenchidas para que um nome próprio seja um designador rígido?
9. Por que a concepção de Kripke não elimina completamente a importância das descrições definidas em relação aos nomes pró-

prios, mesmo considerando a existência de uma série histórico-causal de uso desses nomes?

10. De que maneira Kripke e Putnam aplicam a mesma concepção para o caso dos termos para espécies naturais?
11. Quais são as principais dificuldades relacionadas com a concepção de que os nomes são designadores rígidos?
12. Explique a concepção de Quine que relaciona nossa capacidade de identificar espécies naturais com nosso padrão inato de similaridade.
13. Do ponto de vista pragmático, quais são as condições que devem ser preenchidas para relacionarmos os termos para espécies naturais e factícias com modelos?
14. Do ponto de vista pragmático, quais são as condições que devem ser preenchidas para relacionarmos um nome próprio com um modelo?
15. Qual é a principal diferença entre a noção de modelo abstrato relacionada com a concepção pragmática da referência e a noção de conglomerado, proposta por Searle?

Leituras recomendadas

RUSSELL, 1989a: *A filosofia do atomismo lógico*.
RUSSELL, 1989b: Da denotação.
QUINE, 1980b: Espécies naturais.

Atividade

Com base no estudo deste capítulo, inclusive a leitura de alguns dos textos acima recomendados para leitura complementar e nas respostas dadas às questões acima propostas, procure dissertar sobre os seguintes temas:

(A) A noção de cadeia causal, remontando a um ato de batismo, não elimina a noção de descrição definida.

(B) Os nomes próprios podem ser encarados como nomes para *espécies* unitárias.

5

Pressupostos, Consequências e Aplicações

As duas funções da linguagem que comentamos nos capítulos precedentes — a função referencial e a função predicativa — são aquelas que mais interessam à semântica filosófica, e com relação a elas é que tomamos em consideração os problemas da referência dos termos e do significado das orações de uma língua. As concepções do significado e da referência que discutimos nos dois capítulos anteriores, por sua vez, exibem de forma desigual as dimensões *definicional* e *criterial* que as teorias da linguagem podem apresentar. Isto é, algumas se concentram mais em nos oferecer uma definição de significação (ou de significado, ou de referência, ou de ambas as coisas), enquanto outras têm mais preocupação em apresentar critérios para, no caso de sentenças, por exemplo, decidirmos se elas são significativas ou não e, no caso de palavras, se são denotativas ou não.

Com isso, se presume que mesmo que o falante tenha a intenção de utilizar a linguagem significativamente, seja por meio de expressões que cumprem a função referencial, seja por meio daquelas que cumprem a função predicativa, ele pode não alcançar esse objetivo; e isso ocorreria não porque seu ouvinte não entenda de forma alguma as expressões utilizadas — pois o ouvinte, de qualquer modo, na maioria das vezes, pode ter pelo menos uma ideia vaga do que se quer dizer —, mas porque o emprego das expressões por parte do próprio falante pode deixar de preencher determinados requisitos semânticos. A indicação de tais requisitos é o que revela mais claramente o caráter criterial de uma teoria da significação das expressões e, de fato, é o que constitui o primeiro e mais óbvio tipo de aplicação das noções semânticas e dos resultados das teorias que as elaboram.

De forma geral, em analogia com as regras sintáticas ou gramaticais de uma língua, podemos então falar de *regras semânticas*, isto é, aquelas que normatizariam para os falantes de uma língua o uso das expressões. Por exemplo, tomemos um termo geral, como 'rato', cuja denotação, como vimos no capítulo anterior, pode ser identificada com um modelo de indivíduo que pertence a tal espécie animal. Se um falante empregar o termo para indicar um gato, os demais falantes da língua vão corrigi-lo, e seu comportamento verbal vai ser visto como um desvio da norma semântica vigente. A rigor, o mesmo dar-se-ia no uso figurado dos termos, como numa metáfora, por exemplo. Se alguém diz que determinado indivíduo muito sujo é um "porco", a rigor, também está violando a norma semântica; mas é claro que, nesse caso, devemos encarar esse tipo de uso do termo de outra maneira. As metáforas e outras figuras de linguagem não são simplesmente *erros semânticos*, mas formas de expressão que precisam ser tratadas de outra maneira, ainda que também haja questões semânticas importantes que estão envolvidas nessa forma do discurso.

Algumas discussões no âmbito da semântica filosófica enfatizam de tal maneira a aplicação de *critérios de significatividade* a ponto de deixar de lado, como de menor importância ou maior dificuldade de compreensão, o problema de dar uma definição clara de *significação*. Para tais teorias, é mais importante apontar claramente as condições que devem ser preenchidas para que uma expressão que desempenha a função predicativa seja considerada significativa e, assim, possamos também decidir se ela é verdadeira ou falsa. Ficam de lado as discussões de caráter mais definicional a respeito, por exemplo, do que seriam os portadores de significação, isto é, se o que possui significado são as sentenças de uma língua, ou os enunciados com elas feitos, ou ainda as proposições que elas expressariam, ou então, para voltarmos ao caso do uso figurado dos termos, se uma metáfora pode dizer mais do que sua tradução para uma forma não metafórica de discurso. Para uma abordagem criterial, portanto, o que importa num caso como esse, enquanto critério de significatividade, é se podemos ou não traduzir as formas de discurso

figurado em formas não figuradas; se podemos, por exemplo, dizer não que determinado indivíduo é um "porco", mas, em vez disso, simplesmente que ele é negligente com sua higiene pessoal. Claro que isso é possível em parte, mas talvez não traduza tudo o que queremos dizer com a metáfora empregada.

Neste capítulo, esse primeiro tipo de aplicação é um dos temas que vamos discutir, particularmente, os critérios empiristas de significação na versão mais sofisticada que foi defendida por Rudolf Carnap, um dos autores ligados ao positivismo lógico do Círculo de Viena, uma escola filosófica que foi profundamente influenciada por Russell e pelo primeiro Wittgenstein (do *Tractatus*), justamente pela doutrina do atomismo lógico defendida por eles. Em relação ao discurso filosófico, científico e mesmo da vida comum, a preocupação de Carnap residia na possibilidade de garantir sua significatividade por meio de critérios claros de avaliação do conteúdo veiculado por tais formas do discurso.

Uma segunda aplicação também um tanto óbvia das noções semânticas centrais — e que pode decorrer da primeira que já mencionamos ou ser um complemento natural para ela — é a das discussões sobre as condições de verdade para uma sentença. A verdade ou falsidade de uma sentença também são, obviamente, questões semânticas; e embora não vejamos a necessidade de apresentar aqui discussões mais aprofundadas sobre as diversas concepções da verdade que têm sido defendidas pelos filósofos, vamos examinar as ideias de um dos autores que foram mais influentes nesse segundo tipo de aplicação, Donald Davidson, que pressupõe a teoria semântica da verdade, devida a Alfred Tarski.[57] O que Davidson apresenta de inovador é, de fato, uma reinterpretação da problemática ligada à verificação de sentenças, do primeiro tipo de aplicação a que nos referimos acima, procurando deslocar o foco dos estados de coisas que contariam como evidência em favor da verdade de uma

[57] Para uma apresentação geral das principais teorias da verdade, *cf.* KIRKHAM, 1995; 2004, assim como DUTRA, 2001. Os principais artigos de Tarski nos quais ele apresenta sua teoria semântica da verdade estão reunidos no volume TARSKI, 2006.

sentença para o exame daquelas condições nas quais realmente uma sentença é verdadeira. Davidson, que segue também em parte as ideias de Quine, contribui então também de forma relevante para o entendimento do que fazemos nas atividades de interpretação, entre elas a atividade de tradução que, em princípio, não descobre nem estabelece uma concepção da significação, mas, ao contrário, a pressupõe.

Isso nos conduz a todo um domínio vasto de discussões sobre a linguagem e suas funções e capacidades, isto é, às discussões sobre os contextos de comunicação e, em especial, das pressuposições e implicações do discurso, que não são apenas — e nem principalmente — os pressupostos das diversas concepções da significação, mas principalmente o que está presumido na fala para que os episódios de comunicação entre falantes sejam bem sucedidos. Aqui estamos amplamente no domínio da pragmática, mas as questões que desejamos isolar e discutir são também de caráter semântico. A ideia mais geral e básica nesse caso é que os contextos de comunicação envolvem pressuposições de caráter epistemológico e ontológico e que, em acréscimo a isso, a comunicação só é possível na medida em que os falantes não apenas entendem o que está explicitamente dito, mas também o que está implícito no contexto para que o que é dito seja tomado de forma apropriada e possa realmente fazer sentido. Entre os autores que deram contribuições relevantes para as discussões a respeito dos *pressupostos* em geral de um contexto de comunicação ou uso da linguagem estão Quine, Davidson e H. P. Grice, entre outros; e vamos comentar algumas das ideias desses autores a respeito dessa problemática.

Os diversos contextos de comunicação ou uso de formas da linguagem verbal são muito variados e revelam diversas outras funções da linguagem além daquelas duas que já temos comentado (a função predicativa e a função referencial). Como vimos no capítulo 1, com a linguagem podemos, por exemplo, dar ordens, fazer pedidos, evocar sentimentos etc., além de veicular conteúdos propriamente, que seria aquilo que, aproximadamente, achamos que fazemos por meio das funções predicativa e referencial. O próprio ato de dar nome a um particular, que pode

ser considerado em seu aspecto cognitivo, como fizemos no capítulo anterior, pode também ser considerado como uma atividade não cognitiva ou, mais propriamente, uma atividade que traz consequências práticas que seriam mais importantes que quaisquer contribuições no entendimento das coisas que a atividade de dar nomes aos objetos poderia acarretar. Batizar um particular, seja ele uma pessoa, seja um animal, seja uma coisa (uma cidade, um navio etc.), acarreta consequências sociais relevantes, isto é, situações sociais que dependem de um tipo particular de uso da linguagem. A rigor, essa também é uma questão de caráter eminentemente pragmático, como aquela sobre o uso imperativo da linguagem, por meio do qual, damos ordens que, obedecidas ou não, modificam o ambiente e as relações entre os falantes, como vimos no capítulo 1, ao comentarmos as teorias sobre os atos de fala.

Um dos usos da linguagem que, a princípio, seria encarado como algo que possui apenas uma dimensão pragmática é o acima mencionado uso de metáforas. Quando um falante utiliza uma metáfora na comunicação, normalmente, entendemos isso mais como um recurso retórico que visaria mais a despertar determinados sentimentos ou estados emocionais no ouvinte, e promover seu assentimento ao que é dito, do que veicular conhecimento ou indicar estados de coisas ou concepções sobre as coisas. Entretanto, veremos que, curiosamente, a metáfora possui não apenas considerável força pragmática ou retórica, mas também uma dimensão cognitiva que não é menos importante. Logo, esse seria um dos casos nos quais as discussões, pelo menos inicialmente, de teor mais pragmático se revelariam de grande valor para as preocupações semânticas dos filósofos. Alguns dos autores que exploraram de forma mais interessante o tema das contribuições semânticas das metáforas são Max Black e Richard Boyd, e vamos examinar suas ideias a esse respeito e procurar também criticá-las em alguma medida, além de estendê-las de certa forma.

As consequências que, de maneira geral, vamos tomar em consideração são, em primeiro lugar, aquelas da pragmática para a semântica, isto é, aqueles aspectos do uso da linguagem que seriam relevantes

para a significação, aqueles que, por exemplo, podem influenciar a significação das expressões de uma língua ou modificar tal significação em função do uso, como é o caso das metáforas justamente. Mas também podemos procurar discutir, por outro lado, as consequências que as concepções semânticas — que possuem, por sua vez, um caráter claramente cognitivo — teriam para a própria prática de comunicação.

Uma dessas consequências deriva diretamente de determinadas concepções da significação, como aquelas que examinamos nos capítulos precedentes, e influenciam práticas de *arregimentação*, digamos, em um sentido geral, ou seja, práticas de modificação e criação de dialetos mais técnicos para a lógica, a filosofia e as ciências em geral, práticas de reforma da linguagem, o que é um sonho antigo dos filósofos, como já mencionamos.

Esse seria *o outro lado da moeda*, digamos, isto é, quando vemos que não apenas as práticas de comunicação determinam a significação das expressões e mesmo a estruturação sintática das línguas, mas que as concepções da significação — ou implícitas na fala do falante comum, ou defendidas pelas teorias de filósofos e linguistas — também possuem força normativa sobre as práticas de comunicação.

5.1 Condições de verificação

Rudolf Carnap é o filósofo que mais se notabilizou por defender critérios empíricos de significatividade. Ele apresenta sua teoria em seu livro mais conhecido, o *Aufbau* (CARNAP, 2003a [1969/1928]), e a retoma de forma menos formal e mais resumida no longo artigo Pseudoproblemas na filosofia (CARNAP, 1980) que, na edição em inglês do *Aufbau*, foi publicado como apêndice, no mesmo volume (CARNAP, 2003b [1969/1928]). As mesmas ideias foram defendidas, com uma apresentação distinta, no artigo The Elimination of Metaphysics through Logical Analysis of Language (CARNAP, 1959). Há uma influência direta do verificacionismo do *Tractatus* de Wittgenstein (1961;

1993) e da noção de construção lógica de Russell (1996), assim como de sua Teoria dos Tipos.[58]

Carnap não discute a questão dos portadores de significado e, em geral, fala do significado de enunciados ou das sentenças que eles utilizam. A noção básica é que um enunciado que não fala de objetos imediatamente dados (ou seja, um enunciado teórico) é significativo se puder ser traduzido para enunciados sobre o que é imediatamente dado, que os positivistas lógicos denominam *enunciados protocolares*. Esses últimos são relatos das vivências elementares do sujeito, ou seja, descrições de seus dados dos sentidos. Eles são, portanto, enunciados de observação imediata. Assim sendo, a teoria pressupõe uma distinção clara entre enunciados protocolares, ou básicos, ou observacionais, e enunciados teóricos de uma linguagem (ou língua).

Carnap também simplifica o problema da composicionalidade para fazer essa distinção entre enunciados teóricos e enunciados observacionais (ou protocolares); e, para isso, com base nas noções lógicas desenvolvidas a partir de Frege e de Russell e Whitehead, ele também sustenta uma distinção nítida entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos, sendo que os primeiros são verdadeiros unicamente em virtude de sua forma lógica e os últimos, também em virtude do conteúdo empírico que veiculam.[59] Contando com as ferramentas metodológicas fornecidas pela lógica (cujos enunciados são, para Carnap, inteiramente

---

[58] As contribuições de Carnap à semântica filosófica, em especial, sua parte voltada para a fundamentação da semântica para a lógica moderna, são muito mais extensas do que a teoria da verificação que vamos comentar aqui. Sobre a sintaxe lógica, uma das noções importantes na própria discussão da verificabilidade, como veremos, *cf.* CARNAP, 2002 [1937]. Sobre as questões semânticas em geral, inclusive os principais problemas de que tratamos nos capítulos anteriores, *cf.* CARNAP, 1988 [1956].

[59] Essa última distinção ecoa, obviamente, a distinção de Kant entre juízos analíticos e juízos sintéticos, embora os positivistas lógicos rejeitem as noções mais fundamentais da filosofia kantiana, tal como a de juízo sintético *a priori*. Para Carnap e os outros positivistas lógicos, todos os enunciados sintéticos são sobre o que é empiricamente dado e, logo, sua verdade só pode ser decidida *a posteriori*. Ambas as distinções (rígidas para Carnap) – entre enunciados analíticos e sintéticos e entre enunciados teóricos e observacionais – são postas em questão por Quine (1961b [1953]), como veremos adiante, neste capítulo. *Cf.* também CARNAP, 1988 [1956].

analíticos e, logo, verdadeiros unicamente em virtude de sua forma lógica), a tradução de enunciados teóricos para enunciados observacionais pode ser feita de modo simplificado. Ou seja, por assim dizer, apenas os termos categoremáticos presentes em um enunciado teórico devem ser levados em consideração, o que resulta de uma análise lógica preliminar que leva em conta não a gramática superficial das línguas naturais, mas a *sintaxe lógica*, isto é, aquele tipo de gramática lógica que revela a forma lógica das sentenças.

A sintaxe lógica de que Carnap fala é fundamentada na Teoria dos Tipos, de Russell (2005b [1956/1908]). Essa teoria propõe respeitarmos certa hierarquia de tipos lógicos que seriam, segundo Russell, os seguintes: no primeiro nível da hierarquia, temos apenas indivíduos ou *particulares*; no segundo nível, *classes* de particulares; no terceiro nível, *classes de classes* de particulares; no quarto nível, *classes de classes de classes* de particulares; e assim por diante. Essa teoria visava à eliminação de paradoxos, como o conhecido paradoxo do mentiroso, assim como o paradoxo das classes, de Russell. O resultado lógico mais relevante para o projeto verificacionista de Carnap é que, respeitando essa hierarquia de tipos, podemos formular diversas linguagens, de diversas *ordens*. Por exemplo, uma linguagem de *primeira ordem* (que é aquela na qual é formulada a lógica matemática moderna, isto é, o cálculo de predicados de primeira ordem) contém apenas nomes para particulares e para coleções ou classes de particulares, ou de pares ordenados de particulares, ou ternos ordenados de particulares etc. (os predicados e relações), mas não contém, por exemplo, nomes para classes de classes (de particulares).[60]

Assim sendo, Carnap pode então analisar as sentenças de uma linguagem considerando a forma lógica de sua tradução para uma lin-

[60] Para detalhes a respeito das linguagens de primeira ordem e do cálculo de predicados de primeira ordem, *cf.* MORTARI, 2001. Para uma apresentação mais detalhada, mas acessível, da Teoria dos Tipos, *cf.* o texto citado do próprio Russell (2005b [1956/1908]). Para esses e outros aspectos da filosofia de Russell, *cf.* DUTRA, 2008c. Para a questão dos paradoxos, *cf.* HAACK, 1978; 1998, cap. 7; KIRKHAM, 1995; 2004, cap. 9; e DUTRA, 2001, cap. 1.

guagem formalizada de primeira ordem, na qual temos sentenças que atribuem uma propriedade a um particular (como: 'este tomate é vermelho', 'José é alto' etc.) ou expressam relações entre particulares (como: 'esta maçã é mais doce que aquela pêra', ' José é casado com Maria', 'José está sentado entre Maria e João' etc.). Numa linguagem deste tipo, os predicados e relações são definidos extensionalmente, por exemplo:

(1) ***R***('Vermelho') = {este tomate, aquela maçã etc.};
(2) ***R***('Casado') = {<José, Maria>, <Maria, José> etc.};
(3) ***R***('Estar sentado entre') = {<José, Maria, João> etc.}, e assim por diante.[61]

E, da mesma forma extensional, os nomes dos particulares são definidos como se segue:

(4) ***R***('José') = José;
(5) ***R***('Maria') = Maria;
(6) ***R***('este tomate') = este tomate; etc.

Ou, nesse último caso, se considerarmos 'tomate' um termo geral, então ele também é definido extensionalmente, da seguinte maneira, tal como vimos no capítulo anterior:

(7) ***R***('tomate') = {este tomate; aquele tomate; etc.},

[61] Estamos simplificando um pouco a apresentação desses pontos, uma vez que maior rigor expositivo não é essencial aqui. Mas, por exemplo, a relação *estar sentado entre* deveria ser definida através da função sentencial '*x* está sentado entre *y* e *z*', e o predicado (*ser*) *vermelho*, pela função sentencial '*x* é vermelho'. Um modelo ou estrutura desse tipo para uma linguagem de primeira ordem, antes de especificar a *função interpretação*, da qual fazem parte essas definições, precisa especificar um *domínio* ou *universo do discurso*, que é a coleção dos indivíduos dos quais falamos. A função interpretação também nomeia esses particulares, como veremos a seguir.

Essas definições extensionais da referência dos termos valem tanto para termos observacionais (como: 'vermelho', 'áspero' etc.) como para termos teóricos (ou não observacionais, como: 'pesado', 'triste', 'honesto' etc.). Do ponto de vista lógico, então, a distinção entre os enunciados teóricos e os enunciados observacionais se faz através do exame dos termos que compõem tais enunciados ou sentenças. Para Carnap, uma sentença é observacional se contém apenas termos observacionais; ela é teórica se contém pelo menos um termo teórico. Desse modo, a questão fundamental para podermos traduzir as sentenças teóricas em sentenças observacionais (ou protocolares) é aquela que diz respeito à distinção entre os próprios termos teóricos e observacionais. E aqui, como nos casos da distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e da distinção entre enunciados teóricos e observacionais, Carnap sustenta que há uma separação nítida e definida, sem ambiguidade, entre esses dois vocabulários em qualquer forma de linguagem. Ou, mais exatamente, na elaboração da linguagem formalizada para a qual vamos poder traduzir partes do discurso comum, especificamos os dois vocabulários, o observacional e o teórico.

Para explicarmos esse ponto, retomemos os termos do parágrafo anterior, aqueles apresentados como observacionais do ponto de vista de Carnap ('vermelho' e 'áspero'), e também aqueles apresentados como teóricos ('pesado', 'triste' e 'honesto'). Ora, para o senso comum, esses últimos também pareceriam termos observacionais e corresponderiam, portanto, a objetos dados diretamente na experiência. Mas não é assim que Carnap os analisa. Nesse ponto, Carnap segue também a doutrina de Russell sobre a construção lógica de objetos (teóricos) a partir de objetos dados (ou observacionais), que pressupõe o solipsismo metodológico.[62] Ou seja, contam como base do sistema aqueles enunciados que

[62] Para uma exposição mais detalhada e acessível desse ponto, *cf.* DUTRA, 2010, capítulos 2 e 7. A primeira versão que Carnap apresenta da teoria, no *Aufbau* (CARNAP, 2003a [1969/1928]), é dita *fenomenalista*, por utilizar, como veremos, uma base de objetos *autopsicológicos*, que são as vivências elementares do sujeito, ou seja, seus dados dos sentidos. Mais tarde, no texto *The Unity of Science* (1995 [1934]), Carnap opta por uma base *fisicalista*, constituí-

relatam as vivências elementares do sujeito, ou seus dados dos sentidos — os enunciados protocolares. Os outros enunciados, isto é, aqueles que não relatam exclusivamente as vivências elementares do sujeito, devem ser então traduzidos para os enunciados protocolares.

Se focalizarmos então os termos (ou observacionais, ou teóricos) que aparecem nas sentenças de uma linguagem, então os termos observacionais são aqueles que nomeiam os objetos básicos, ou seja, aqueles que Carnap denomina *objetos autopsicológicos*. É a partir da base constituída por esses objetos que podemos construir outros, de níveis superiores, numa espécie de hierarquia de objetos, que é a seguinte:

3	Objetos culturais
2	Objetos heteropsicológicos
1	Objetos físicos
0	Objetos autopsicológicos

A ideia dessa hierarquia de objetos é que, a partir dos objetos autopsicológicos (ou as vivências elementares do sujeito, o que lhe é imediatamente dado, seus dados dos sentidos), são construídos os objetos do próximo nível, os objetos físicos. O termo 'objeto' aqui é utilizado como sinônimo de 'conceito'. Os dois próximos níveis, então, devem ser construídos a partir desse nível de objetos ou conceitos físicos que são, digamos, as propriedades físicas dos corpos materiais. Mas, para Carnap e Russell, que adotam então o já mencionado solipsismo metodológico, não temos acesso direto às propriedades dos corpos, mas apenas aos dados de nossos sentidos. Por isso, já no nível dos objetos físicos estamos lidando com conceitos teóricos ou construídos a partir de conceitos básicos (autopsicológicos).

Os objetos heteropsicológicos são os conceitos relativos às outras mentes (dos outros sujeitos ou falantes), e são legítimos na medida em que forem construídos a partir de objetos físicos, isto é, de conceitos relativos ao mundo material. Assim, intuitivamente, nesse sistema, se

---

da de objetos físicos. Apresentaremos aqui, contudo, apenas a versão do *Aufbau*, já que essa mudança de base não altera o esquema geral da teoria.

dissermos, por exemplo: "José está triste" (um estado mental ou psicológico de outro sujeito), os enunciados que empregam o termo 'triste', como esse, devem poder ser traduzidos em enunciados que empregam apenas termos relativos a objetos físicos que, nesse caso, seriam aqueles que descrevem o corpo e o comportamento observável de José. Assim, o objeto heteropsicológico que corresponde ao termo teórico 'triste' deve ser construído a partir de objetos físicos que corresponderiam a termos como: 'estar chorando', 'estar calado' etc.

Algo equivalente deve ser feito para a construção dos objetos culturais, que são aqueles que estão no alto da hierarquia de objetos. Esses objetos, diz Carnap, devem poder ser construídos ao mesmo tempo a partir de objetos físicos e de objetos heteropsicológicos. Um objeto cultural é, por exemplo, uma obra de arte, tal como a *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci. Ora, para que esse quadro seja considerado um objeto cultural, é preciso que Leonardo da Vinci tenha querido pintá-lo como ele é, o tenha planejado etc. (que são objetos heteropsicológicos, relativos à mente de Leonardo da Vinci); mas, além disso, é preciso que haja tela, tintas etc., que são objetos físicos. Sem ambas as condições, não temos uma obra de arte, nem qualquer outro objeto cultural, diz Carnap.

Considerando isso, podemos então retornar aos exemplos antes apresentados ('vermelho', 'áspero', 'pesado', 'triste' e 'honesto'). Agora podemos ver claramente que 'vermelho' e 'áspero' são termos para objetos autopsicológicos, pois eles dizem respeito aos dados dos sentidos do sujeito. Assim, as sentenças que contêm apenas termos desse tipo são protocolares; elas relatam as vivências elementares do falante. O termo 'pesado', por sua vez, já é um termo físico, isto é, relativo a uma propriedade da matéria. Embora possamos ter a sensação de peso ao segurarmos um objeto, a noção física de peso ou, mais exatamente, de massa ou quantidade de matéria não é diretamente acessível. Se utilizarmos diversos instrumentos de medida da massa (ou de aferição do peso) de algum corpo (como: balança, dinamômetro etc.), então podemos ter observações que corresponderiam, por sua vez, à noção física. O termo 'triste', como vimos acima, por sua vez, corresponde a um objeto hete-

ropsicológico. Por fim, o termo 'honesto' pressupõe determinada ordem social, costumes e padrões morais e legais, correspondendo, portanto, a um conceito cultural. Assim, os enunciados contendo tal termo precisam ser traduzidos em enunciados que contenham apenas termos físicos e heteropsicológicos. Esses, por sua vez, poderão então ser traduzidos em enunciados que contenham apenas termos autopsicológicos ou básicos.

Dessa forma, o sistema construcional de objetos elaborado por Carnap permite a verificação de enunciados teóricos, o que consiste em sua tradução sucessiva para enunciados sobre objetos de níveis inferiores, até chegar a enunciados puramente observacionais, isto é, enunciados protocolares. Os termos que correspondem a objetos que não podem ser construídos (e, depois, reduzidos) nesse sistema são considerados então termos não denotativos; e os enunciados que os contêm — enunciados que, por sua vez, não podem ser traduzidos em enunciados sobre o imediatamente dado — são enunciados destituídos de significado. Esse é o caso de diversos enunciados das teorias dos metafísicos e filósofos tradicionais, tal como Carnap comenta no artigo sobre a eliminação dos enunciados metafísicos através da análise lógica da linguagem (CARNAP, 1959), texto no qual Carnap dá exemplos da análise lógica que pode mostrar que tais enunciados não são significativos, pois contêm termos não denotativos.

Um dos exemplos utilizados por Carnap é retirado de Martin Heidegger. Numa sentença como 'O nada nadifica', que podemos encontrar em escritos desse filósofo, diz Carnap, há dois erros em relação à sintaxe lógica que não são revelados pela análise gramatical das línguas, mas que podem ser revelados pela análise lógica. O verbo 'nadificar' é cunhado a partir do substantivo 'nada', em analogia com 'chover' a partir de 'chuva', por exemplo. Mas ao contrário desse último par, o primeiro não contém termos que possam denotar algo, nem uma coisa, nem uma atividade ou acontecimento. O termo 'nada' provém da partícula de negação 'não', cuja função lógica, diz Carnap, é apenas a de inverter o valor de verdade de um enunciado. Por exemplo, se

(8) este tomate é vermelho

for verdadeiro, então sua negação:

(9) este tomate **não** é vermelho

equivale a (10) abaixo, que exibe mais claramente sua forma lógica:

(10) **não** este tomate é vermelho

que é falso, já que (8) é verdadeiro. Segundo Carnap, o que acontece com o exemplo tirado de Heidegger é que, a partir da partícula de negação 'não', cria-se o substantivo 'nada' (que não denota alguma coisa) e, depois, o verbo 'nadificar', que também não corresponde a nenhuma situação no mundo.

A conclusão de Carnap é que sentenças como essa não são significativas do ponto de vista empírico, isto é, elas nada informam sobre o mundo, embora possam expressar algum ponto de vista de quem as formula. Assim, o critério de significado de Carnap é, mais propriamente, um critério de significado factual ou empírico, e se destina a resolver os casos das sentenças que são utilizadas com a intenção de falar de estados de coisas, isto é, realizando claramente a função predicativa com relação a acontecimentos reais, e utilizando, portanto, apenas termos denotativos. Esses termos são denotativos ou se se referem a objetos imediatamente dados, ou se designam objetos que podem ser construídos a partir dos primeiros.

Para os objetivos que Carnap tinha em vista, que eram os de fundamentar os dialetos científicos e o discurso comum, que pretendem falar do mundo de modo informativo, esse critério pode ser encarado como conveniente e contando com certa plausibilidade. Mas ele tem problemas quanto à própria fundamentação da teoria que permite aplicá-lo, em especial, quanto àquelas distinções que já mencionamos, a saber: entre sentenças analíticas e sintéticas, sentenças observacionais e

teóricas. Além disso, outro problema provém da ideia de que as traduções de sentenças teóricas para sentenças observacionais são suficientemente claras ou preservadoras de conteúdo ou informação. Ora, esses pontos foram criticados por Quine, como veremos adiante neste capítulo. Mas podemos já adiantar uma das principais objeções que podem ser feitas a Carnap independentemente mesmo do ponto de vista de Quine, mas de um ponto de vista pragmático mais amplo. Ora, é razoável pensarmos que todas as traduções são indeterminadas, embora umas em maior medida que outras. Assim, o mínimo que podemos dizer a respeito das traduções propostas por Carnap de sentenças teóricas em sentenças observacionais é que não temos nenhuma garantia de que essas últimas preservem todo o conteúdo ou toda a informação contida nas primeiras. Isso foi apontado por diversos críticos, além do próprio Quine.

5.2 Condições de verdade

O critério de significatividade dos positivistas lógicos, que examinamos na seção precedente, estava baseado na ideia de que podemos saber se uma sentença é significativa mesmo sem sabermos se ela é verdadeira ou falsa, e mesmo antes de sabermos isso. Em outras palavras, independentemente de sabermos se uma sentença é verdadeira, podemos saber o que ela significa ou, mais precisamente, como vimos, quais seriam as condições sob as quais ela pode ter significado, pelo menos significado cognitivo. Além disso, como vimos, essa teoria de caráter criterial não explora as noções de significado e de verdade, que estão envolvidas nessa tese acima mencionada, segundo a qual as condições de significatividade são independentes das condições de verdade.

Entretanto, a noção de verdade (de uma sentença, ou proposição, ou enunciado, ou, enfim, de qualquer expressão que possa desempenhar a função predicativa) é uma noção semântica das mais centrais. Além de estar também presente nas intuições básicas dos falantes, ela se tornou uma noção teoricamente rigorosa por meio das investigações de Alfred

Tarski, que permitiram haver uma semântica formal para linguagens de primeira ordem, como já mencionamos. As noções sobre modelos ou estruturas para linguagens formalizadas desse tipo, algumas das quais apresentamos de forma simplificada na seção anterior, se devem aos trabalhos desse autor. Embora ele mesmo fosse muito reticente e mesmo cauteloso quanto à aplicação de seus métodos semânticos fora do âmbito de linguagens rigorosamente definidas que atendessem a determinados requisitos formais, muitos filósofos acalentaram esse sonho, digamos, e tentaram providenciar formas de estender as noções semânticas da teoria de Tarski para as línguas naturais e a linguagem comum em geral — um empreendimento que, em grande medida foi capitaneado por Donald Davidson e que, assim como aquele empreendimento verificacionista dos positivistas lógicos, tem sido considerado com extrema cautela quanto a suas possibilidades de sucesso, senão mesmo igualmente fadado ao fracasso.[63]

Embora seja preciso apresentar aqui algumas das noções principais da teoria semântica de Tarski e alguns pontos do programa de Davidson para aplicá-las a porções ou fragmentos da linguagem natural, nosso objetivo será mais o de discutirmos a relação entre as noções de significação e de verdade, que é o ponto para o qual Davidson deu uma contribuição importante, apesar das dificuldades de suas investigações quanto a seus objetivos principais. Quanto a esse aspecto, algumas das discussões de Davidson se dirigem para as questões relativas às traduções, atividade que ele considera de natureza essencialmente interpretativa, de maneira semelhante — mas que ele pretende distinta — daquela de Quine, autor que ele segue em grande medida. Desse modo, a questão

[63] Sobre a teoria de Tarski, da qual daremos uma explicação resumida adiante, *cf.* os textos do próprio autor, reunidos no volume TARSKI, 2006. *Cf.* também DUTRA, 2001, para uma discussão sobre algumas das tentativas de estender os métodos de Tarski à semântica das línguas naturais, inclusive a interpretação do próprio Davidson, que examinaremos nesta seção. Do próprio Davidson, *cf.* alguns dos ensaios reunidos em DAVIDSON, 2001 [1984], textos esses que serão aqui comentados, em especial, os ensaios 2, 4, 9 e 12. Em alguns deles, Davidson já tem em conta algumas das objeções e dificuldades principais de seu programa de pesquisa.

principal aqui será a relação que Davidson procura estabelecer entre a noção semântica de verdade e o entendimento do que significa uma expressão. Voltando então à questão principal para a teoria verificacionista dos positivistas lógicos, do ponto de vista de Davidson, isso significa que não podemos saber o que significa uma sentença sem sabermos as condições concretas nas quais ela é verdadeira. O argumento principal é, de fato, bastante simples, e consiste em afirmar que se um falante compreende o que determinada sentença significa, então ele sabe também em que condições ela é verdadeira e, em contrapartida, se sabe as condições nas quais ela é verdadeira, então também compreende o que a sentença significa.

A primeira parte dessa afirmação é mais intuitiva e mais fácil de aceitarmos, mas a segunda não. Ou seja, se a afirmação for tomada no sentido de que se ao sabermos quais são as condições que tornam uma sentença verdadeira, então também sabemos *tudo* o que ela significa, essa afirmação já não parece aceitável; pois diríamos que a noção de significado é mais rica do que aquela de verdade — e, logo, uma teoria do significado é mais complexa do que uma teoria da verdade, algo que, afinal, o próprio Davidson reconhece (2001 [1984], p. 179). Assim sendo, o que ele poderia sustentar é, no máximo, que as condições de verdade de uma sentença contribuem em grande medida para sabermos o que ela significa. E isso tenderíamos a aceitar, apesar da forma mais radical na qual Davidson apresenta inicialmente sua posição.

Para entendermos como a noção de verdade, de certa forma, captura uma boa parte das intuições do falante quanto ao significado de uma sentença, podemos começar pelo ponto escolhido pelo próprio Tarski quando apresenta sua teoria semântica nos textos de caráter menos técnico, como, por exemplo, no artigo A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica (TARSKI, 2006, p. 157–201). Tarski diz que sua teoria semântica da verdade para sentenças de uma linguagem formalizada procura explicar a intuição contida na máxima de Aristóteles na *Metafísica* (□, 7, 27):

> Dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso, enquanto que dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdadeiro.

Podemos tomar essa máxima de Aristóteles como a tentativa de estabelecer uma relação puramente formal entre duas instâncias e, de forma semelhante ao que faz Tarski, entender que ela contempla simplesmente a ideia de acordo entre tais instâncias.[64] Tarski recoloca o problema, de seu ponto de vista, enunciando sua *condição de adequação material*, expressa na conhecida *Convenção T*:

(11) *X* é verdadeira se e somente se *p*.

Nessa formulação da Convenção T, a letra '*X*' indica o nome de uma sentença qualquer, e a letra '*p*', a sentença em questão. Segundo Tarski, a Convenção T não é uma definição geral para a verdade de sentenças, mas, enquanto um requisito da teoria (a condição de adequação material), ela permite gerar definições parciais de verdade para sentenças de determinada linguagem formalizada que também atendam ao requisito de *correção formal*, que comentaremos em seguida. Desse modo, podemos dar então exemplos ou instanciações da Convenção T, utilizando quaisquer sentenças, inclusive o exemplo que o próprio Tarski também utilizou:

(12) 'a neve é branca' é verdadeira *sse* a neve é branca.[65]

Contudo, para linguagens formalizadas, diz Tarski, é preciso que a condição de correção formal também seja satisfeita e, para isso, tal

[64] Essa é a interpretação que defendemos em DUTRA, 2001, cap. 3. A máxima de Aristóteles tem sido, contudo, reivindicada por diversas teorias da verdade, inclusive aquelas que defendem uma concepção correspondencial (entre proposições e estados de coisas no mundo), o que não é o caso da teoria de Tarski, como ele deixa claro, mesmo que ela também tenha sido assim encarada, como na interpretação de Karl Popper. Sobre esse ponto, *cf.* DUTRA, 2001, p. 43s.

[65] Tal como é usual e como o próprio Tarski o faz, podemos criar o nome de uma sentença por meio do procedimento simples de colocar a sentença entre aspas, que é quando a mencionamos, em vez de a utilizarmos. A abreviatura '*sse*', também como é usual, corresponde à expressão 'se e somente se'.

linguagem não pode conter predicados semânticos (como: 'verdadeiro' e 'falso', entre outros), caso em que podem surgir paradoxos, como o conhecido Paradoxo do Mentiroso.[66] Para impedir os paradoxos semânticos, como esse, Tarski diz que é preciso então distinguirmos entre aquela linguagem da qual estamos tratando — a *linguagem-objeto* — e a linguagem que utilizamos para fazer isso — a *metalinguagem*. Os termos 'metalinguagem' e 'linguagem-objeto' são, obviamente, relativos, e se aplicam a quaisquer línguas naturais ou linguagens formalizadas. Mas Tarski diz que, para gerarmos definições adequadas de verdade para sentenças de determinada linguagem-objeto *L*, essa linguagem não pode permitir a autorreferência, isto é, não pode possuir predicados semânticos que se apliquem a sentenças da própria *L*. Assim, os predicados semânticos, como 'verdadeiro' e 'falso', devem pertencer à metalinguagem. E essa, por sua vez, precisa ser então mais rica que a linguagem-objeto, contendo inclusive a própria linguagem-objeto e os predicados semânticos que vão permitir aplicarmos a Convenção T para gerarmos definições de verdade para sentenças de *L*. Como as línguas naturais contêm predicados semânticos e permitem a autorreferência, diz Tarski, então sua teoria não se aplicaria a elas, mas só a linguagens formalizadas que atendam a esse requisito de correção formal.

Davidson tem tudo isso em conta, mas afirma que a posição de Tarski é cautelosa demais, e que poderíamos estender o mesmo método para fragmentos da linguagem natural. E é nesse quadro do chamado *Programa de Davidson* que a questão das condições de verdade (sendo a verdade interpretada da forma proposta por Tarski) é relacionada então com a questão do significado de sentenças.

---

[66] *Cf.* o texto do próprio Tarski (2006, p. 167s), assim como DUTRA, 2001, p. 34s. Assim como a Teoria dos Tipos, de Russell, que mencionamos na seção precedente, a teoria de Tarski tem como um de seus resultados principais impedir os paradoxos semânticos. O conhecido Paradoxo do Mentiroso resulta, por exemplo, do exame da seguinte sentença *S*: 'a sentença *S* é falsa'. Ou seja, trata-se de uma sentença que, fazendo referência a si mesma, afirma que ela mesma é falsa. Se a pressupomos verdadeira, concluímos que ela é falsa; e se, por outro lado, a pressupomos falsa, concluímos que ela é verdadeira — daí o paradoxo. A teoria de Tarski permite mostrar que a sentença é simplesmente falsa.

Davidson considera o problema do significado de sentenças de dois pontos de vista que são, para ele, complementares. Em primeiro lugar, retomando o tema da composicionalidade, ele afirma que devemos entender o que uma sentença significa a partir das significações de suas partes, das palavras que a sentença contém, para simplificarmos. É assim que, por um lado, o falante pode elaborar potencialmente infinitas sentenças diferentes a partir de um vocabulário limitado, que é o caso em qualquer língua natural ou linguagem artificial; e, do mesmo modo, é assim que podemos entender quaisquer sentenças que não tenhamos ouvido antes. Mas, por outro lado, assim como Frege afirma que determinados termos só adquirem significação no contexto de uma sentença, diz Davidson que as sentenças também só adquirem significado no contexto da linguagem ou língua à qual pertencem. Assim, em segundo lugar, também temos de considerar o significado de uma sentença de uma perspectiva holista. Essa associação entre o *atomismo* relativo à composicionalidade e o *holismo* relativo à contextualidade da significação é que cria o problema do significado das sentenças enquanto um problema de sua interpretação, problema que Davidson expressa sinteticamente em passagens como a seguinte:

> Não sabemos o que alguém quer dizer a menos que saibamos daquilo em que ele acredita, e não sabemos daquilo em que ele acredita a menos que saibamos o que ele quer dizer. Com a interpretação radical, podemos penetrar este círculo, ainda que de forma incompleta, porque podemos às vezes dizer que uma pessoa assente a uma sentença que não entendemos. (DAVIDSON, 2001 [1984], p. 27.)

É para essa finalidade então que Davidson vê na teoria da verdade de Tarski uma ferramenta também para resolvermos o problema da verdade das sentenças de uma língua natural. Isso, segundo Davidson, confere à teoria do significado um caráter empírico. É por acreditar então que apresentar as condições de verdade de uma sentença é uma das formas de exibirmos o significado dessa sentença que Davidson afirma que a noção de verdade (tal como Tarski a interpreta) nos dá um critério claro e testável também para uma semântica adequada da linguagem

natural. Essa noção de verdade está envolvida em nossa habilidade para falarmos e entendermos o que se diz.

Um dos objetivos de Davidson com sua concepção empírica do significado é então o de evitar as entidades abstratas, por um lado, como as proposições e as próprias significações como abstrações etéreas e desvinculadas dos contextos de fala, e, por outro lado, evitar a circularidade de empregarmos as próprias noções semânticas (como: significação, interpretação e sinonímia) ao analisarmos o problema do significado das sentenças. Para isso, ele acredita que tomarmos a Convenção T como uma compreensão mínima das condições nas quais uma sentença é proferida por um falante e entendida por seu interlocutor é a forma empírica de a interpretarmos e, logo, de estabelecermos seu significado. Colocadas as coisas assim, Davidson tem certa razão então quando afirma que o que mais poderia ser o significado da sentença 'a neve é branca' senão que *a neve é branca*? E por isso uma sentença significa aquilo que são suas condições para ser declarada verdadeira. O que fazemos, diz Davidson (2001 [1984], p. 138), quando colocamos uma sentença na forma padrão da Convenção T é indicar quando ela pode ser dita, isto é, relacionar sua verdade com determinadas condições de fala; mas não afirmamos que tais condições se dão. Por isso o significado de uma sentença não deve ser relacionado com sua verificação, mas apenas com suas condições veritativas.

Deixando de lado então as críticas que podem ser feitas ao Programa de Davidson e a essa sua concepção do significado como a verdade de uma sentença — críticas que foram muitas e que, em geral, são pertinentes —, de qualquer forma, podemos aceitar o fato de que Davidson aponta um aspecto pragmático do significado que corresponde a uma parte das intuições fundamentais do falante e do intérprete, ainda que possamos também afirmar que isso é apenas uma parte daquilo que, do ponto de vista pragmático, podemos correlacionar com o significado de uma sentença. E esse ponto principal da posição de Davidson seria que a noção de verdade é, de fato, uma ferramenta para a atividade de interpretação e, logo, de tradução. E por isso não podemos desvincular a

verdade de uma sentença de seu significado. Mas, de fato, com isso, estamos reconhecendo apenas uma parte daquilo que Davidson pretendia sustentar.

Se considerarmos então que, na tradução ou interpretação radical, tal como dela falam tanto Quine como Davidson, o intérprete ou tradutor levanta hipóteses sobre o que para ele quer dizer determinada expressão utilizada por um falante de uma língua desconhecida, então o tratamento de tais hipóteses tem de ser feito empiricamente, por meio de uma investigação que, se bem sucedida, vai descartar algumas das hipóteses e trazer nova evidência em favor de outras e, no limite, privilegiar uma delas, que é quando podemos dizer que entendemos o que o falante quer dizer e, assim, qual é a significação da expressão que ele utilizou. No teste de tais hipóteses, a noção de verdade é operativa como uma ferramenta que permite as etapas da investigação, inclusive aquela, final, na qual, apesar de certa indeterminação, podemos dizer que o significado (ambiental ou contextual) de uma sentença, como vimos na seção final do capítulo 3, é isso ou aquilo.

Ora, dizer que o significado $\mathbb{S}$ de uma sentença (*A*, digamos) é certa relação de comunicação, $\mathbb{C}$, que envolve um estado de coisas ($\mathbb{E}$, como vimos na seção 3.4, do capítulo 3, acima), consiste também, em particular, em correlacionar tal sentença, naquele contexto, com tal estado de coisas $\mathbb{E}$. Logo, podemos dizer, nesse contexto, como argumentaria Davidson, que o significado de *A* é $\mathbb{E}$, ou seja:

(13) $\mathbb{S}(A) = \mathbb{E}$.

E se analisarmos isso por meio da noção elaborada por Tarski, aplicando a Convenção T, então também podemos dizer:

(14) *A* é verdadeira *sse* $\mathbb{E}$.

Portanto, podemos dizer que Davidson tem razão em parte, pois o falante pode dizer que se sabe o que uma sentença *A* significa, então

ele sabe também em que condições ela é verdadeira, e que foi levado a saber o que *provavelmente A* significa (pois isso está sujeito à indeterminação) sabendo quando *A* é verdadeira. De fato, mais exatamente, o intérprete chegou ao provável significado de *A* por meio da confirmação empírica de uma hipótese sobre o que *A* significa. A análise logo acima é pertinente porque a noção de verdade foi uma ferramenta indispensável na investigação a respeito das hipóteses sobre o significado da sentença *A*, privilegiando uma delas.

Esse resultado é menos abrangente do que Davidson certamente almejava, mas é pertinente do ponto de vista pragmático e com relação a nossas investigações interpretativas e de tradução radical. A tradução e a interpretação que ela envolve são atividades investigativas, e para elas a noção de verdade como acordo, tal como expressa na Convenção T e na máxima de Aristóteles, é uma noção indispensável.[67]

5.3 Compromisso ontológico

Nesta seção, antes de comentarmos a questão do compromisso ontológico que Quine discute, vamos voltar aos problemas com o critério empirista de significatividade, que vimos na primeira seção deste capítulo. No texto Dois dogmas do empirismo (QUINE, 1961b [1953]; 1980d), Quine endereça à concepção de Carnap suas críticas apontando os dois dogmas que a posição desse último mantém, que são o dogma do reducionismo e o dogma da analiticidade. Como vimos antes, para Carnap, uma sentença (ou enunciado, ou proposição — já que a distinção nesse caso não é importante) é analítica se é verdadeira unicamente em virtude de sua forma lógica, e não dos fatos. Por sua vez, as sentenças sintéticas são aquelas cuja verdade depende dos fatos. E, com relação a essas últimas, entra em cena, como também vimos, a redução de objetos

[67] Defendemos esse ponto de vista em DUTRA, 2001, cap. 3, assim como em DUTRA, 2004. Ou seja, interpretamos a noção de verdade como uma ferramenta de investigação, para qualquer tipo de investigação. E como a interpretação e a tradução, como vimos aqui, são atividades de investigação, a noção de verdade também é indispensável para elas.

de níveis superiores a objetos de níveis inferiores, até atingir o nível básico, ou seja, a tradução dos enunciados teóricos em enunciados unicamente observacionais.

Quanto ao primeiro ponto, sobre a analiticidade, Quine distingue entre dois tipos. O primeiro é aquele que encontramos, por exemplo, em:

(15) Nenhum solteiro é casado.[68]

A sentença em (15) é encarada como analítica porque utilizamos uma noção de sinonímia entre as expressões 'solteiro' e 'não casado'. Assim, o que daria sentido à sentença de (15) como uma sentença analítica — que, portanto, é verdadeira unicamente em virtude da maneira como relaciona os termos — seria a seguinte igualdade, (16), na qual utilizamos '$\boldsymbol{\Sigma}$' para indicar a *significação intensional* de uma expressão, já que se trata da sinonímia que, segundo Quine, as expressões adquirem em virtude da prática dos falantes da língua, embora o próprio Quine não apresente essa análise mais formal em seu texto:

(16) $\boldsymbol{\Sigma}$('solteiro') = $\boldsymbol{\Sigma}$('não casado').

Entretanto, como dissemos, isso não fica tão evidente em português quanto fica, em inglês, o exemplo de Quine, que utiliza as expressões '*bachelor*' e '*unmarried man*'. Assim, um dos exemplos mais ilustrativos em português seria:

(17) Todo banco é um objeto sobre o qual nos sentamos.

[68] O exemplo é do próprio Quine, isto é, no original: *No bachelor is married* (QUINE, 1961b [1953], p. 22). Isso merece um comentário, pois o termo '*bachelor*' em inglês é utilizado tanto com referência ao homem solteiro como com referência ao bacharel, isto é, aquele que tem um diploma de nível superior, o que torna, obviamente, a sentença em inglês ambígua. Esse não seria o caso propriamente da tradução em português, e por isso seria necessária uma adaptação, utilizando outro exemplo, tal como apresentamos também no texto.

Ora, nesse último caso, estamos estabelecendo a sinonímia entre as expressões 'banco' e 'objeto sobre o qual nos sentamos', o que não é, em português, nada mais do que uma das formas de definirmos o termo 'banco', que também quer dizer, para o falante do português, por exemplo, uma instituição financeira e um acidente geográfico, como um banco de areia em um rio. Assim, para 'banco', em português, podemos apresentar as seguintes definições:

(18) $\boldsymbol{\Sigma}$('banco') = $\boldsymbol{\Sigma}$('objeto sobre o qual nos sentamos'), e

(19) $\boldsymbol{\Sigma}$('banco') = $\boldsymbol{\Sigma}$('instituição financeira').

E o que essa análise mostra, como quer Quine em seu texto, com seu exemplo, é que sentenças analíticas como a de (15), mas também, como vimos, de (17), são sentenças analíticas apenas em virtude da prática linguística dos falantes de certa língua, não revelando nada para além da forma como os falantes da língua utilizam os termos. Assim sendo, é a noção de sinonímia que deriva, por sua vez, dessa prática e do entendimento de tais sentenças, não podendo ser utilizada, sob pena de circularidade, para explicar a analiticidade de tais sentenças. Fica claro com nosso exemplo em português que a sentença em (17) não é, afinal, verdadeira independentemente dos fatos. Ela é verdadeira em virtude de fatos relativos à prática linguística dos falantes da língua. O mesmo vale, obviamente, para a sentença em (15), em inglês, que também não é verdadeira independentemente desses fatos.

Contudo, o outro tipo de sentença analítica que podemos ter é o daquelas sentenças *logicamente verdadeiras*, como diz Quine, isto é, aquelas sentenças que empregam partículas lógicas de tal modo que elas serão verdadeiras sob qualquer interpretação possível. Tais sentenças são então verdadeiras em virtude de sua forma lógica; e um dos exemplos de Quine é:

(20) Nenhum homem não casado é casado.

De fato, nesse caso, a negação da sentença em (20) nos conduz a uma contradição, que seria:

(21) Não é o caso que nenhum homem não casado é casado.

Quem afirmar a sentença em (21) estará presumindo que há pelo menos um indivíduo que é e que não é casado ao mesmo tempo, o que é impossível, já que se ele for casado, não poderá ser não casado, e, se for não casado, não poderá ser casado. Mas nesse caso, estamos apenas lidando com o uso lógico da partícula de negação 'não'. Como vimos acima, neste capítulo, o papel lógico dessa partícula é apenas o de inverter o valor de verdade de uma sentença.

Isso, por sua vez, pode sugerir que se tivermos regras semânticas rigorosamente formuladas para determinada linguagem *L* formalizada, poderemos então talvez ter definições aceitáveis pelo menos de 'analítico em *L*'. Quine também discute esse ponto em seu texto, mas vamos deixá-lo de lado, pois, em última instância, a situação aqui não seria muito melhor do que naquele caso das sentenças analíticas que dependem da prática dos falantes de uma língua. Nesse caso, tais sentenças analíticas dependem de algo equivalente, que são as regras semânticas estabelecidas para a linguagem *L*.

Além disso, para Quine, que sustenta uma concepção naturalizada e holista do conhecimento humano em sua totalidade, mesmo as noções lógicas mais centrais, como o comportamento veritativo dos conectivos lógicos como 'não', tal como vimos acima, poderiam ser revisadas. Contudo, obviamente, a possibilidade de revisarmos tais noções e modificarmos nossa compreensão de algo como o uso lógico da partícula de negação 'não' é muito mais remota que aquela de revisarmos, por exemplo, a correlação factual entre 'solteiro' e 'não casado'.

Quine ataca em seu texto já mencionado (QUINE, 1961b [1953]; 1980c) o dogma do reducionismo também com base em sua concepção holista. Para ele, não podemos isolar uma sentença teórica, como quer

Carnap, e confrontá-la com a experiência ou, de forma mais exata, tal como vimos acima, neste capítulo, com o imediatamente dado para o falante. Para Quine, qualquer verificação, confirmação ou mesmo infirmação de uma sentença é algo que se dá em bloco. Em última instância, assim como não há então uma separação rígida e definitiva entre analítico e sintético, também não existe uma separação desse tipo entre sentenças teóricas e sentenças observacionais, como Quine discute também em outro texto, Epistemologia naturalizada (QUINE, 1969c; 1980e), no qual ele retoma as mesmas críticas a Carnap.

Assim como no caso das sentenças analíticas enquanto distintas das sintéticas, no caso das sentenças observacionais, enquanto distintas das teóricas, também podemos ter uma separação, mas ela resulta também da prática dos falantes. Para Quine, uma sentença é observacional "se todas as decisões sobre ela dependem da estimulação sensorial atual e não dependem de nenhuma informação retida que vá além do entendimento da sentença" (QUINE, 1969c, p. 86). Essas decisões de que Quine fala são, obviamente, aquelas sobre sua verdade ou falsidade, por exemplo, assim como aquelas sobre o que a sentença quer dizer, isto é, seu significado. Assim sendo, por exemplo, podemos dizer que para os falantes do português de hoje no Brasil, se alguns deles estiverem diante de um tomate maduro (e vermelho) é observacional a sentença apresesentada seguir:

(22) Este tomate é vermelho.

A sentença em (22) é observacional porque os falantes envolvidos podem concordar que ela é verdadeira (ou não) apenas com base em sua mesma estimulação sensorial, isto é, nesse caso, apenas vendo o tomate que está diante deles. Mas não seria observacional, por exemplo, para esses mesmos falantes, a sentença abaixo apresentada, na qual é empregada uma expressão cujo entendimento dependeria de alguma informação mais que apenas a estimulação sensorial:

(23) Este tomate é vermelho Bordeaux.

Ao contrário do termo 'vermelho', a expressão 'vermelho Bordeaux' não é observacional da mesma forma. Ou seja, diferentes falantes da mesma língua (nesse caso, o português contemporâneo no Brasil) podem discordar do tom de vermelho que corresponderia a essa expressão. O que eles poderiam fazer então, incluindo na discussão alguma informação retida e aceita, é consultar um manual de cores. Com isso, eles também vão decidir se a sentença em (23) é verdadeira ou falsa, mas não apenas com base na mesma estimulação sensorial. Assim sendo, essa sentença em (23) seria então *teórica* para tais falantes.

E já que não podemos então ter uma separação definitiva entre os vocabulários observacional e teórico de uma língua, o projeto reducionista de Carnap também fracassa. Para Quine, a relação que podemos estabelecer entre as expressões de uma língua e a realidade é de outro tipo. Mas para compreender isso, temos de encarar a questão de outro ponto de vista, que é o que Quine faz em outro de seus famosos artigos: Sobre o que há (QUINE, 1961a [1953]; 1980c), cuja argumentação vamos examinar a seguir. Esse é um dos pontos mais importantes das discussões analíticas contemporâneas sobre as questões metafísicas e epistemológicas que estão ligadas a questões sobre a natureza e o uso da linguagem

Suponhamos uma comparação entre os termos para denominar cursos d'água em português e em francês. Nessa última língua, há dois termos distintos, que são '*fleuve*' e '*rivière*', que são traduzidos normalmente em português pelo termo 'rio'. Há, contudo, duas formas distintas e comuns de diferenciar em francês entre um *fleuve* e uma *rivière*. Por um lado, um *fleuve* é mais caudaloso que uma *rivière*; mas, por outro, um *fleuve* é o tipo de rio que deságua no mar e possui afluentes, enquanto que uma *rivière* é um afluente de um *fleuve*. Em francês há também o termo '*affluent*', que tem a mesma significação que 'afluente' em português, isto é, é um termo relacional. Mas '*fleuve*' e '*rivière*', assim como '*ruisseau*' (que seria um ribeirão, ou riacho, ou arroio), não são

termos relacionais, assim como 'rio' e 'riacho', que não são relacionais. Quando comparamos os termos franceses com os termos da língua portuguesa para cursos d'água, teríamos a seguinte tabela de traduções mais comuns:

Francês	**Português**
fleuve	rio
rivière	rio
ruisseau	ribeirão

Se consideramos os termos franceses '*fleuve*', '*rivière*' e '*ruisseau*', em conjunto, temos então a mesma distinção segundo o volume de água, do maior para o menor, tal como temos em português com 'rio' e 'ribeirão'. Contudo, se consideramos apenas '*fleuve*' e '*rivière*', segundo o destino desses cursos d'água (ou o mar, ou outro rio), então não temos termos equivalentes em português a não ser utilizando o termo, nesse caso, auxiliar (e relacional) 'afluente'. Isso quer dizer então, como é comum na comparação dos vocabulários das diversas línguas, que quando tomamos os nomes gerais, muitas vezes, não encontramos equivalências entre as línguas, como nesse caso. Assim sendo, em suma, quanto ao exemplo acima, poderíamos nos perguntar o que há, de fato, no mundo, três tipos de cursos d'água, como pensam os falantes do francês, ou dois, como pensam os falantes do português.

Esse exemplo nos introduz em parte aos problemas ontológicos relacionados com o uso da linguagem. A resposta de Quine (1961a [1953]; 1980c) para o problema colocado acima é que, quanto ao mundo propriamente, não podemos dizer nem que os falantes do francês têm razão, nem que os falantes do português têm razão. Mas, em certo sentido, ambos os grupos de falantes têm razão, ou seja, há diferentes coleções de entidades distintas que correspondem aos seus discursos, numa e noutra língua. Quando o falante do francês diz, por exemplo, que há determinado *ruisseau*, *A*, que deságua em certa *rivière*, *B*, que, por sua vez, deságua em um conhecido *fleuve*, *C*, ele não poderá dizer que não pressupõe a existência dessas coisas distintas, isto é, *fleuves*, *rivières* e

ruisseaux. E, de forma equivalente, quando o falante do português olha para a mesma parte do mundo e diz que há determinado ribeirão, *A*, que deságua em certo rio, *B*, que, por sua vez, deságua em outro rio, *C*, ele não deixou de perceber um tipo de curso d'água do qual o francês se deu conta. Para o falante do português, existem na mesma situação do mundo apenas dois tipos de cursos d'água.

É claro que os falantes das duas mencionadas línguas podem comparar suas falas, e então ou providenciar traduções, ou tentar chegar a critérios interlinguísticos para decidir o assunto se ele tiver certa importância prática, por exemplo. Mas, nesse caso, o que eles vão fazer é criar determinada teoria dos cursos d'água e dotá-la de um vocabulário técnico particular. Em suma, eles vão criar um dialeto técnico que lhes permita o entendimento claro sobre o assunto. E, nessa nova possibilidade, teríamos então uma coleção definitiva de entidades, uma ontologia não questionável? Do ponto de vista de Quine, é claro que não. O que teremos será apenas uma nova língua ou forma de linguagem que, por sua vez, levará os falantes a outros compromissos ontológicos.

Essa é uma forma intuitiva de apresentar o *critério de compromisso ontológico* de Quine (1961a [1953]; 1980c), que, de modo mais técnico, lógico e filosófico, ele enuncia dizendo que o que há é relativo a determinada teoria ou língua. Assim, as coisas que há são os *valores* das variáveis em expressões como:

(24) *x est un fleuve*; e

(25) *x* é um rio.

Ora, os valores das variáveis (nos exemplos logo acima, '*x*') são os objetos cujos nomes podem substituir a variável na função sentencial, gerando, por exemplo:

(26) *La Seine est un fleuve*; e

(27) O Amazonas é um rio.

A generalização desse critério de compromisso ontológico pode conduzir a determinados problemas epistemológicos e metafísicos, como o próprio Quine discute também em seu texto. Os casos dos exemplos acima são simples em relação àqueles que envolvem dificuldades ou de acesso aos objetos dos quais falamos ou dúvidas sobre a possibilidade de eles existirem. Quine retoma então questões tradicionais da filosofia, como a disputa sobre os universais, que, ao longo da idade média, envolveu realistas platônicos de um lado, de outro, os nominalistas, e, além desses, os conceitualistas.

Quando falamos de diferentes tipos de cursos d'água (como *fleuves*, *rivières* etc.; ou então rios, ribeirões etc.) e das instâncias concretas desses nomes gerais (como o Sena, o Amazonas), também podemos falar de *cursos d'água em geral*, isto é, de algo que seria dito assim: *ser-um-curso-d'água*? Essa pergunta é semelhante àquela que faríamos sobre haver um *ser-vermelho* ou *vermelhidão*, que correspondesse e, de alguma forma, estivesse presente ao mesmo tempo, mas fosse distinto de: um tomate maduro, um carro de bombeiros etc. As expressões 'ser-um-curso-d'água' e 'vermelhidão' (ou 'ser-vermelho') são alguns dos universais, e todas as formas de linguagem estão cheias deles. Nós os utilizamos no dia a dia, a todo momento; e, então, se levarmos em consideração o critério de compromisso ontológico de Quine, temos que nos perguntar se também nos comprometemos com a existência dos universais.

Para os realistas platônicos, os universais existem, embora não sejam dados na experiência comum e não possam ser localizados no espaço e no tempo. Para os conceitualistas, os universais correspondem a ideias na mente dos falantes de uma língua. Para os nominalistas, por fim, os universais não existem; temos apenas os nomes, mas não as coisas nomeadas. Ora, as entidades de que estamos tratando são *entidades abstratas*. As significações de expressões de uma língua, do mesmo modo, são também entidades abstratas. A polêmica entre realistas platôni-

cos, conceitualistas e nominalistas tem por objetivo ou indicar uma forma de acesso a tais entidades abstratas que não seja a experiência sensorial comum (o caso dos realistas platônicos), ou então indicar outra forma de existência dessas entidades abstratas (na mente do falante, por exemplo, como dizem os conceitualistas).

O problema pode se tornar mais importante de duas formas: ou quando tratamos de entidades abstratas que possuem certa importância científica, como as entidades matemáticas, ou quando tratamos de entidades fictícias ou mitológicas. As posturas realista e conceitualista podem levar seus defensores a ter de admitir a existência de, por exemplo, Pégaso e Papai Noel, quando eles querem defender a existência, por exemplo, do número □. Mas, para Quine, a postura nominalista é igualmente insatisfatória, pois ela esvazia o uso da linguagem e a torna um mero jogo (irresponsável) de palavras. Ao contrário, para Quine, o uso *sério* da linguagem, digamos, para a comunicação e o conhecimento humano, pressupõe uma forma de realismo, embora não seja o realismo platônico, mas aquele que está ligado ao critério de compromisso ontológico.

Assim sendo, o que podemos fazer no melhor dos casos é comparar as ontologias ou coleções de entidades que correspondem a diferentes línguas ou a diferentes teorias. Podemos comparar seus *esquemas conceituais* e providenciar formas de tradução. Mas teremos sempre de nos conformar, por um lado, que tais traduções são indeterminadas, e, por outro, que não há como comparar determinada ontologia com o próprio mundo (em si), mas apenas com outra ontologia (outra língua, outra teoria) que tomamos como referência, como diz Quine em outro de seus célebres artigos, Relatividade ontológica (QUINE, 1969a; 1980a).

Contudo, essa posição de Quine, segundo Davidson (2001 [1984], ensaio 13, p. 183s), implica uma espécie de *terceiro dogma* do empirismo, que seria aquele correspondente à ideia de *esquema conceitual*. Segundo Davidson, a ideia de Quine é que as diferentes línguas ou teorias, possuindo esquemas conceituais distintos, organizam a experi-

ência de distintas maneiras, como vimos com os exemplos dos termos franceses e portugueses para os cursos d'água. O terceiro dogma do empirismo apontado por Davidson — além dos dois dogmas criticados por Quine: a analiticidade e o reducionismo — é aquele da distinção entre esquema conceitual e conteúdo empírico.

Para Davidson, a ideia de esquema conceitual provém de nossas práticas de tradução e interpretação e daquelas ocasiões em que detectamos alguma falha nessas práticas, como aquela de tentarmos coordenar um a um os termos franceses e portugueses para os cursos d'água, como vimos acima. Mas, diz Davidson, isso não nos permite dizer mais do que simplesmente que os falantes das diferentes línguas possuem crenças diferentes. Não nos permite dizer nem que eles possuem esquemas conceituais diferentes, nem que, apesar das aparências em contrário, haveria um só esquema conceitual. Ou seja, em resumo, a ideia de haver esquemas conceituais por trás das diferentes línguas e teorias corresponde a outro conhecimento (duvidoso) que acrescentamos àqueles que os falantes já teriam (suas outras crenças ou opiniões). E, do ponto de vista de Davidson, isso é dispensável, já que possuímos a noção de crença dos falantes e associamos suas crenças e intenções de comunicação às expressões que eles utilizam.

Dessa forma, embora seja bastante razoável a noção de compromisso ontológico de Quine, a crítica de Davidson também é pertinente, e não devemos associar aquela noção com a de esquema conceitual, que não precisa estar necessariamente ligada à primeira. A noção de compromisso ontológico, tomada à parte daquela de esquema conceitual, de qualquer forma, nos habilita a dar soluções plausíveis para os problemas epistemológicos e ontológicos ligados ao uso de determinados termos e de determinada forma de linguagem, ainda que sejam também soluções provisórias e falíveis ou revisáveis.

5.4 Implicações e *implicaturas*

O critério de compromisso ontológico proposto por Quine nos chama a atenção para aquilo que o proferimento de uma sentença implica, além do que, propriamente falando, a sentença quer dizer literalmente. Assim, por exemplo, se considerarmos o seguinte enunciado:

(28) Sócrates foi mestre de Platão,

ele implica que estamos pressupondo que existem dois seres humanos denominados *Sócrates* e *Platão*, pois a relação de *ser mestre de* só é possível, literalmente falando, entre seres humanos. Dado o que conhecemos da história da filosofia e da Grécia antiga, o enunciado (28) é perfeitamente inteligível, considerado verdadeiro, e nos parece implicar apenas informações ou conhecimentos relativamente pacíficos e de domínio comum. Assim, dificilmente alguém poderia contestar tal enunciado de qualquer forma que seja, inclusive porque os compromissos ontológicos que ele envolve são, para o senso comum pelo menos, também pacíficos. Mas consideremos o seguinte enunciado:

(29) Platão foi mestre de Sócrates.

Se estivermos falando das mesmas circunstâncias históricas e dos mesmos indivíduos, então é claro que pode haver problemas com tal enunciado. Em primeiro lugar, literalmente falando, ele não é verdadeiro em relação aos conhecidos filósofos gregos Sócrates e Platão, enquanto o enunciado anterior (28) é. E se (28) é verdadeiro em relação às mesmas circunstâncias e pessoas, então (29) só pode ser falso — em relação às mesmas circunstâncias e pessoas. Mas suponhamos que alguém diga isso, aparentemente, de forma séria numa aula de filosofia grega, ou que isso esteja escrito em um manual de história da filosofia. Se eliminarmos a hipótese de que houve um erro de digitação ou de qualquer outro tipo, no texto escrito, ou uma inversão não intencional

dos nomes por parte de quem fala, e se presumirmos então que o autor do enunciado queira dizer isso mesmo, fica claro também que ele quer dizer algo muito diferente por meio das mesmas palavras que, se tomadas literalmente, resultam em um proferimento que utiliza uma sentença falsa.

Estamos acostumados a lidar com situações de fala assim na vida comum, e a ênfase dada pelo falante é que indica ao ouvinte o que ele realmente quer dizer. É o caso das figuras de linguagem em geral, em especial, da ironia. Assim, podemos dar essa interpretação ao enunciado (29) e dizer que ele poderia ser equivalente a dizer, por exemplo:

(30) Platão *é que* foi mestre de Sócrates.

O acréscimo da expressão 'é que' em português permite deixar claro o sentido irônico — ou desviante de qualquer forma que seja — do enunciado (29). E, mais uma vez, assim como o enunciado (28), esse enunciado (30) é perfeitamente claro. Uma vez entendido o que o autor quis dizer com essa forma de expressão, podemos também talvez chegar à conclusão de que ele seria verdadeiro.

Desse modo, em geral, podemos dizer que, além de implicar compromissos ontológicos, como vimos na seção anterior, nossos enunciados podem ter mais implicações. Eles costumam implicar uma série de aspectos das circunstâncias ou contextos nos quais são feitos. Quando nada se diz em contrário ao uso comum e às significações habituais das expressões de uma língua utilizada, presumimos que o que se diz deve poder ser considerado verdadeiro levando em conta as significações comuns das palavras e as informações que o contexto pode acrescentar. Mas é claro que, com isso, podemos nos dar conta de que há diferentes tipos de conhecimento ou informação que são pressupostos ou que estão implicados na fala dos falantes de uma língua. E, embora tais conhecimentos, informações etc. pertençam ao domínio pragmático (do uso da linguagem), fica claro também que tais aspectos pragmáticos afetam o significado das sentenças que são proferidas. H. P. Grice (1991,

especialmente, ensaios 2 e 3) introduz um termo técnico para podermos analisar esse problema com mais profundidade. Ele fala então de *implicaturas*, que podem ser de dois tipos, as *convencionais* e as *conversacionais*.

Segundo Grice, quando um enunciado é feito, podemos distinguir então, em primeiro lugar (a) o que é dito e (b) o que está implicado. O que é dito é relativo às próprias expressões comuns utilizadas, de forma literal, e o que está implicado, por sua vez, ainda pode ser de dois tipos: (i) o que é de caráter convencional e (ii) o que é de caráter não convencional, que pode estar em alguns casos implicado de modo *conversacional*. O que está implicado de forma convencional tem relação com as significações comuns das expressões, nos contextos ordinários nos quais elas são utilizadas normalmente pelos falantes de determinada língua. O que pode estar implicado de maneira não convencional é o que parece desviar dessas situações ordinárias de fala, e pedir um entendimento desviante ou alternativo.

Em alguns desses casos, temos então as *implicaturas conversacionais*. Esses são os casos em que, por mais estranho que possa soar aquilo que é dito — porque não pode ser tomado literalmente, nem com referência ao uso comum das expressões nos contextos mais comuns em que elas são utilizadas —, achamos que deve haver uma forma pela qual, devidamente compreendido o que se quer dizer, o ouvinte poderia assentir ao que é dito. E, para isso, uma das consequências pode ser a de ter de tomar as expressões com significações diferentes daquelas que elas normalmente têm.

Grice analisa então essa problemática em duas frentes complementares. De um lado, ele propõe o que denomina *Princípio de Cooperação* (*Cooperative Principle*), segundo o qual sempre presumimos uma série de condições que regem a fala dos falantes. Tal princípio, para Grice (1991, p. 26s), leva a algumas máximas, de quatro tipos diferentes, entre as quais estariam as seguintes: não devemos dizer aquilo em que não acreditamos; não devemos afirmar aquilo para o que não temos evidência suficiente; devemos evitar a obscuridade; não devemos utili-

zar mais palavras do que o necessário para dizer o que queremos dizer etc. Todas essas máximas são bastante razoáveis, e o ponto que Grice deseja sustentar é que os falantes normalmente as seguem. E, se não as seguem, então esse pode ser justamente o caso das implicaturas conversacionais.

De outro lado, Grice (1991, p. 48s) propõe também um princípio que ele denomina *Navalha de Ockam Modificada*. O conhecido princípio da Navalha de Ockam (devido ao filósofo medieval Guilherme de Ockam) pode ser resumido da seguinte forma: não devemos multiplicar as entidades sem necessidade. Ele está diretamente relacionado com o tema do compromisso ontológico, de Quine, que vimos na seção precedente. De certa forma, o critério de Quine é uma espécie de aplicação do princípio de Ockam. Pois o que dizemos implica ontologicamente apenas o mínimo para que a sentença que utilizamos seja considerada verdadeira naquela circunstância em que a utilizamos a sério. A versão de Grice do princípio de Ockam é uma variante para as significações das expressões, e não para as entidades que algumas delas possam denotar.

Assim, segundo o princípio da Navalha de Ockam Modificada, também não devemos atribuir outras significações às expressões de uma língua para além da necessidade. E isso está diretamente ligado a nossa atividade de interpretar as situações em que haveria implicaturas conversacionais. Pois, numa situação assim, é obvio que temos de atribuir às expressões utilizadas significações que não são as suas significações usuais para os falantes da língua. Desse modo, a ideia de Grice é que, quando empregamos os dois princípios — o de Cooperação e a Navalha Modificada — podemos ter um entendimento razoável de determinadas situações de fala nas quais o que é dito não se reduz às situações já conhecidas em que as expressões foram utilizadas, mas, por outro lado, isso não pode ir longe demais, caso em que qualquer interpretação valeria. A aplicabilidade dos dois princípios de Grice é discutida por ele nos textos mencionados, e não vamos entrar nos detalhes. A ideia geral, de qualquer modo, é útil para orientar uma compreensão da significação naquelas situações desviantes nas quais, pelo menos em uma primeira

aproximação, o que é dito parece violar determinadas regras semânticas. Esse é o caso das metáforas, que vamos examinar na próxima seção.

Um dos temas que é tratado por Grice em suas discussões sobre as implicaturas, e que é, na verdade, um dos pontos centrais dessa problemática, é o da relevância. A ideia é a de que a noção de uma análise sobre as situações nas quais haveria implicaturas conversacionais tem de ser tomada conjuntamente com outro princípio do qual falam tanto Quine como Davidson: o Princípio de Caridade. Trata-se do princípio segundo o qual devemos atribuir ao falante as crenças, opiniões, intenções etc. que permitem, nas circunstâncias em que ele diz algo, considerar verdadeira a sentença que ele utiliza. Se isso não for possível literalmente, como no caso do enunciado (29) acima, no qual se diz que Platão foi mestre de Sócrates, e como é em geral o caso com as metáforas, então temos de analisar esse contexto de fala empregando a noção de implicatura conversacional. Ou seja, a ideia geral é que, naquele contexto, o que se diz implica mais do que a expressão utilizada normalmente implica. E, para que o contexto não seja considerado um contexto absurdo de fala, um contexto *infeliz* ou *mal sucedido* de comunicação, temos de recorrer à noção de implicatura conversacional.

Muitos exemplos seriam esclarecedores, mas suponhamos outro que é semelhante a um daqueles dados pelo próprio Grice. Suponhamos que um professor ao avaliar o trabalho de um aluno, em vez de dizer que o aluno escreveu muito, mas não disse nada de relevante sobre o assunto, diga o seguinte: “Meu aluno juntou um monte de palavras da língua, obedeceu às regras gramaticais, identificou corretamente os conceitos etc., e merece a nota mínima”. Ora, se realmente o que o professor quer é avaliar mal o trabalho do aluno — porque, segundo sua leitura, não considera que aquele seja um bom trabalho —, então o que ele quer dizer com a explicação acima só pode conter alguma ironia. Ele deve então querer dizer que, apesar da aparente correção gramatical e teórica do trabalho, ele não apresenta nenhum resultado relevante. Mas, se é assim, por que tal professor não disse simplesmente que, embora correto, o trabalho não apresenta nenhum resultado relevante? Esse professor

parece ter violado uma das máximas que decorre do Princípio de Cooperação; ele foi prolixo. E é claro que isso deve ter sido assim porque o professor queria ironizar com o aluno, porque talvez o aluno se vanglorie por achar ter conhecimento do assunto maior do que realmente tem, isto é, do que o professor lhe atribui.

Há exemplos mais curiosos, e eles se parecem com determinadas piadas que envolvem ambiguidade. Outro exemplo de Grice é de dois amigos que conversam sobre um terceiro que está trabalhando num banco. Um deles pergunta como vai aquele que está trabalhando no banco, e o outro responde: "Ele está muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas, e ainda não foi parar na cadeia" (GRICE, 1991, p. 24). Ora, para que essa fala não seja absurda, é preciso conceder que o falante está querendo se referir a algum traço do caráter ou do comportamento daquele funcionário do banco que é de conhecimento de seu interlocutor, e que torna o que foi dito compreensível, embora, literalmente, pareça uma fala absurda.

Já que, em última instância, no espírito das máximas que decorrem dos princípios enunciados por Grice, o entendimento de determinadas situações de fala só é possível mediante a atribuição de determinadas significações não usuais às expressões, então retornamos à noção fregeana de sentido, como algo distinto do significado (usual) das sentenças e da referência (usual) das palavras de uma língua. Essas outras significações que as expressões podem adquirir envolvem crenças ou opiniões dos falantes que não se expressam no discurso (mais) literal. E esse pode ser justamente o caso das figuras de linguagem, por meio das quais o falante pode estar querendo dizer algo que não sente que é capaz de dizer com as expressões em seu uso (mais) literal. Assim, já que as figuras de linguagem podem indicar opiniões dos falantes que não parecem poder ser expressas no discurso (mais) literal, podemos também nos perguntar se, além de serem formas de expressão que, aparentemente, desviam de uma norma semântica, as metáforas, por exemplo, não seriam também veículos de conhecimento novo.

5.5 Metáforas

Suponhamos que aqueles dois amigos dos quais fala Grice, cujo amigo comum trabalha num banco ("e ainda não foi parar na cadeia!"), continuem conversando e comecem a falar de uma quarta pessoa, outro conhecido deles, Manuel, digamos, e que um dos interlocutores diga o seguinte:

(31) Manuel é um animal!

E suponhamos que, não concordando, o outro interlocutor diga então:

(32) Não, ele não é um animal, ele é um rato!

Ambos os interlocutores estão utilizando metáforas, obviamente, embora o primeiro, do enunciado (31), tenha dito algo que, literalmente falando, é verdadeiro. Se Manuel é um ser humano, então ele é um animal, pois os seres humanos são uma das espécies animais que há. Mas é claro que não foi isso que aquele falante quis dizer, e sim, diríamos em um discurso não metafórico, algo como:

(33) Manuel é mal educado.

Por sua vez, o falante que proferiu (32) entende a metáfora, obviamente, e por isso mesmo utiliza outra que, a seu ver, expressaria melhor o que ele pensa de Manuel. E o que ele diz, também obviamente, não é que Manuel pertença à espécie biológica dos ratos; o que ele diz, em um discurso não metafórico, seria algo semelhante a:

(34) Manuel é um ladrão.

Entretanto, os enunciados (33) e (34) não possuem a mesma força expressiva, respectivamente, de (31) e (32). É claro que, ao utiliza-

rem essas metáforas, os falantes queriam não apenas enfatizar determinadas características de Manuel, mas informar o outro do que acham de Manuel. A intuição dos falantes tem de ser que a metáfora os ajuda a dizer mais do que diz o discurso não metafórico, senão eles não recorreriam a metáforas, e sim ao discurso não metafórico. Ou seja, não é o caso de podermos correlacionar os termos metafóricos ou não metafóricos utilizados nos exemplos acima como se segue:

(35) $\boldsymbol{\Sigma}$(‘animal’) = $\boldsymbol{\Sigma}$(‘indivíduo mal educado’),

(36) $\boldsymbol{\Sigma}$(‘rato’) = $\boldsymbol{\Sigma}$(‘ladrão’),

utilizando ‘$\boldsymbol{\Sigma}$’ mais uma vez para indicarmos a *significação intensional* de uma expressão. Essas equivalências de significação simplesmente não fazem sentido algum.

Isso é reconhecido por todos, mesmo que, de um ponto de vista tradicional e que remonta a Aristóteles, segundo Max Black (1981 [1962]; 1986), possamos traduzir o discurso metafórico em um discurso não metafórico. Desse ponto de vista que, segundo Black, sustenta uma concepção *substitutiva* ou uma concepção *comparativa* da metáfora, embora as equivalências de significação (35) e (36) não sejam aceitáveis, poderíamos apresentar outras que seriam.

Por exemplo, segundo a concepção substitutiva da metáfora, o significado de ‘Manuel é um rato’ seria, na verdade, o mesmo de ‘Manuel é um ladrão’, só que teríamos de explicar que estamos utilizando o termo ‘rato’ para designar um tipo especial de ladrão, o que corresponderia então a:

(37) Manuel é um ladrão, mas não um tipo comum de ladrão, e sim um tipo especial de ladrão, mais vil que os outros etc.

Por sua vez, segundo a concepção comparativa, ao dizermos 'Manuel é um rato', o que estaríamos fazendo seria simplesmente dizer algo equivalente a:

(38) Manuel é *como* um rato, porque rouba, e os ratos também roubam.

É claro que uma sentença metafórica como 'Manuel é um rato' faz uma comparação entre os comportamentos de Manuel e dos ratos, como a interpretação ligada a (38) sugere, e como a interpretação ligada a (37) ajudaria a explicar. Mas isso não significa, segundo Black, que a metáfora queira dizer apenas o que dizem (37) e (38). Em outras palavras, o que Black contesta nas concepções tradicionais mencionadas é que as metáforas sejam apenas formas mais enfáticas de expressão. Ao contrário, segundo ele, elas são também formas de alcançar conhecimento novo na medida em que, de fato, fazem comparações entre indivíduos, ou coisas, ou estados de coisas. Contudo, isso não ocorre porque as sentenças metafóricas possam ser traduzidas em sentenças não metafóricas, embora possam, mas, aparentemente, com perda de significação. O que Black reivindica de um ponto de vista pragmático é uma análise direta das metáforas.

Segundo ele, que defende nos textos mencionados o que denomina *concepção interativa* da metáfora, há metáforas mais e menos fortes, e determinadas metáforas fortes são reversíveis — daí sua concepção ser denominada *interativa*. Por exemplo, se ao dizermos 'o homem é um lobo', estivermos empregando uma metáfora forte e reversível, então isso nos ajudaria não apenas a compreender melhor o comportamento dos homens a partir do que sabemos do comportamento dos lobos, mas também poderíamos entender melhor o comportamento dos lobos a partir do que sabemos do comportamento dos homens. Em relação a esse exemplo, provavelmente, não estamos diante de uma metáfora forte, mas talvez esse seja o caso ao considerarmos outro exemplo

evocado por Black: “Os pobres são os negros da Europa”, que ele empresta de I. A. Richards (BLACK, 1981 [1962], p. 38).

Nesse caso, estamos comparando a situação social e econômica dos pobres da Europa e dos negros na América do Norte, e temos a impressão de que o conhecimento da situação de uns ajuda a compreender melhor a situação dos outros e vice versa. E isso podendo ser o caso, estaríamos então diante de uma metáfora forte e reversível, e poderíamos também dizer: “Os negros são os pobres da América do Norte”. A alegação de Black é que essa metáfora possui força não apenas expressiva, mas também cognitiva, comparável àquela do parágrafo anterior. Isso não nos parece, contudo ser o caso; e nem parece mesmo que estejamos diante de uma metáfora. O enunciado acima é, de fato, um pouco obscuro, e não parece possuir a clareza que se pede de uma metáfora. O enunciado parece sugerir simplesmente, de modo estranho, que os negros são os *únicos* pobres da América do Norte. Assim como as piadas, as metáforas precisam ser entendidas imediatamente. Desse modo, se uma metáfora ou uma piada precisam ser explicadas a certa audiência, então, para essa audiência, não estamos diante de uma metáfora ou de uma piada, embora possa ser o caso para outra audiência. Entretanto, supondo que aceitemos a alegação de Black, se a tivéssemos apresentado primeiro, no contexto em que estivéssemos discutindo as respectivas situações sociais e econômicas dos pobres na Europa e dos negros na América do Norte, então também teríamos a impressão de poder revertê-la e transformá-la na outra, acreditando igualmente na força cognitiva, e não apenas expressiva, de ambas as sentenças metafóricas.

De qualquer forma, além da objeção que fizemos no parágrafo anterior, em geral, é uma questão disputável se a teoria de Black está correta ou não, pois, segundo ele mesmo, isso dependeria de uma pesquisa empírica que tratasse da forma como, de fato, os falantes de uma língua utilizam metáforas. Não vamos entrar então numa discussão pró ou contra esse ponto de vista, já que, de qualquer modo, os argumentos de Black em favor de sua posição e contra as concepções substitutiva e comparativa são, por outro lado, bastante esclarecedores de determina-

dos aspectos essenciais — não apenas pragmáticos, mas também semânticos — que estão envolvidos no uso de metáforas. O ponto mais essencial consiste em constatarmos que, embora a metáfora não deixe de ser um recurso retórico, ela afeta o significado inicial dos termos, e permite em alguns casos estendê-lo, inclusive modificando a referência de alguns termos. Logo, a metáfora possui também um papel cognitivo considerável.

Outro autor que explora esse aspecto é Richard Boyd (1986). Para ele, a metáfora é um dos dispositivos que utilizamos para promover o refinamento denotacional a que já nos referimos no capítulo anterior. Por exemplo, se os primeiros usos do termo 'monstro' (que provém da zoologia e da anatomia animal, para indicar a má formação de determinados indivíduos) no âmbito da análise do comportamento humano eram metafóricos, isso acabou por conduzir a uma mudança de referência desse termo. Assim, quando alguém disse talvez pela primeira vez algo como: "Hitler era um monstro", poderia estar utilizando uma metáfora. Mas agora que temos um conceito de *monstruosidade psicológica*, digamos, dizer isso não é considerado mais utilizar uma sentença metafórica, mas recorrer a uma teoria sobre o comportamento ou sobre a psique humana.

Aparentemente, Boyd tem certa razão, mas o mais importante de suas discussões é que ele sustenta certa continuidade entre as significações literal e metafórica dos termos. Ora, Black, por sua vez, nega que haja significações literais dos termos; sua posição implica, em última instância, que as supostas significações literais dos termos são ficções semânticas dificilmente sustentáveis. Mas, a nosso ver, não se trata disso; e a posição de Boyd parece mais favorável a percebermos que, do ponto de vista pragmático, embora provisoriamente, há significações literais das expressões, e que o uso metafórico de um termo pode bem

conduzir a modificar sua significação, caso isso se consolide em novas noções compartilhadas.[69]

Assim sendo, as significações literais não são ficções semânticas que não resistiriam a uma análise mais rigorosa. Elas apenas não são definitivas. A metáfora, do ponto de vista pragmático, consiste, a rigor, na violação de uma regra semântica que prevê o uso de um termo apenas em determinadas situações. Essa é a norma vigente no momento dos primeiros usos metafóricos de um termo. Com a repetição desse uso, pode ocorrer então que a significação inicial do termo se modifique, caso ilustrado por aquele do termo 'monstro' no uso psicológico. Outras metáforas não modificam a significação dos termos dessa forma, mas elas ainda possuem relevância cognitiva de qualquer modo. Segundo Boyd, as metáforas que permitem o refinamento denotacional é que mais contribuem do ponto de vista da produção de conhecimento novo, pois elas podem conduzir a novas teorias ou a novas versões de teorias já existentes.

A nosso ver, contudo, seja num caso, seja no outro, as metáforas culturalmente compartilhadas pelos falantes de uma comunidade linguística não são apenas recursos expressivos ou retóricos, mas também formas de explorar determinadas noções compartilhadas que não se expressam tão bem por meio do discurso (mais) literal. Assim como as significações das expressões em geral, tal como vimos no final do capítulo anterior, as metáforas socialmente compartilhadas também estão ligadas a modelos abstratos. Ao dizermos, portanto, que Manuel é um rato, é a esse modelo compartilhado desse tipo de comportamento que atribuímos a Manuel que estamos nos referindo. Comparamos o comportamento de Manuel com o modelo de comportamento idealizado e compartilhado pelos falantes que utilizam e entendem a metáfora sem problemas. A metáfora aplicada a Manuel é uma comparação entre ele e o modelo abstrato daquele tipo de ladrão a que nos referimos por meio

[69] Discussões mais pormenorizadas das posições de Black e de Boyd se encontram em DUTRA, 2006b.

do termo ‘rato’ em seu uso metafórico, e que poderia ser explicado por sentenças semelhantes a (37), acima apresentada.

Essa concepção pragmática da metáfora implica, portanto, conhecimento compartilhado pelos falantes. Nesse caso, vemos a metáfora no mesmo tipo de situação de que tratamos na seção precedente, ao discutirmos as implicações e implicaturas, e na outra seção, ao discutirmos os compromissos ontológicos que pode haver envolvidos no uso da linguagem. Em todos os casos, o que está em questão são os aspectos mais salientes e essenciais, digamos, dos contextos de comunicação, isto é, em que medida a prática linguística dos falantes de uma língua afeta as significações. E nesse sentido, como já dissemos nos capítulos anteriores, as análises pragmáticas podem ser importantes para a elucidação das questões semânticas.

5.6 Os contextos de comunicação

Quando Grice enuncia suas máximas e os princípios a elas ligados, como vimos na seção 5.4, acima, dizendo, por exemplo, que não devemos ser prolixos, que devemos dizer a verdade, que devemos ser informativos em nossa fala etc., ele parece estar enunciando regras retóricas. E, de fato, suas máximas poderiam constar de manuais de retórica e ajudar as pessoas a se comunicarem melhor. Elas não iriam nos fazer, contudo, chegar a formas infalíveis ou perfeitas de comunicação, coisa de que o próprio Grice tem consciência. Ele não apresenta suas máximas e princípios como prescrições, mas mais como constatações de fato. Se as pessoas devem seguir tais máximas, isso é outro problema. Que as pessoas as sigam normalmente — esse é o ponto mais importante para ele —; assim como que, às vezes, os falantes não seguem tais máximas, o que pede então uma análise por meio da noção de implicatura conversacional.

Por sua vez, a discussão da seção precedente sobre as metáforas também nos conduz a uma constatação semelhante. Os falantes utilizam metáforas compartilhadas como dispositivos não apenas expressivos,

mas também cognitivos. Trata-se de um recurso para comunicarem o que pensam a seus interlocutores, e que lhes parece não ser contemplado pelas formas (mais) literais do discurso. Se há mesmo ou não uma distinção nítida entre as significações literal e metafórica das expressões de uma língua, isso também é uma questão de menor importância. Do ponto de vista pragmático, os falantes fazem a distinção no momento em que violam uma norma ou regra semântica para o uso de um termo fora de sua extensão presumida. E essa violação é suportada na comunicação e entendida porque os falantes também percebem, assim como no caso das implicaturas conversacionais, que os contextos de fala correspondente autorizariam esses usos desviantes das expressões. E parece que, por meio desse tipo de evento de comunicação, afinal, as línguas se modificam não apenas semântica, mas também sintaticamente.

Por razões como as apontadas acima, podemos dizer que o foco das discussões da semântica filosófica devem ser os contextos de comunicação. Mas um exame desses contextos, no caso do uso de metáforas e de parábolas — o tipo de discurso alegórico que parece explorar os recursos expressivos da linguagem figurada ao máximo —, isto é, no caso das principais formas do discurso figurado, aparentemente, tal exame levaria a tomar essas formas do discurso como maneiras de escaparmos ao compromisso ontológico. Pois, com o discurso figurado, temos a impressão de não estarmos descrevendo a realidade, mas apenas determinada aparência que ela poderia ter para nós mesmos em determinadas circunstâncias.

Por exemplo, se dissermos que a vida é como "um caminhar, no qual encontramos obstáculos, às vezes, os contornamos, às vezes, os encaramos como intransponíveis, até percebermos uma forma de ou contorná-los, ou desfazê-los, ou mesmo passarmos por sobre eles etc.", não entendemos que estamos falando de um caminho real e de obstáculos reais. O falante que falar assim da vida, se questionado, poderá dizer: "trata-se apenas de uma parábola". As narrativas mitológicas são semelhantes a parábolas — e, de fato, podem ser interpretadas assim — e também elas não implicariam compromissos ontológicos com a existên-

cia das pessoas e coisas mencionadas. A intenção do falante até pode ser essa mesma; ele pode, de fato, querer expressar um ponto de vista que não pretende que seja contrastado com estados de coisa de forma rigorosa. Mas não é o caso que, pelo menos indiretamente, ele não possua compromissos ontológicos. É claro que, numa parábola, o compromisso ontológico não é com aquilo a que, tomados literalmente, os termos se refeririam. Na parábola da vida como um caminho com obstáculos, não nos referimos a essas coisas *literalmente falando*, mas nos referimos a algo que podemos não saber direito como apontar por meio de um discurso (mais) literal, mas que presumimos também ser real. Se falamos da vida e de suas dificuldades por meio de uma parábola, não pode deixar de haver de nossa parte algum compromisso ontológico com tais coisas.

O exame dos contextos de comunicação podem então identificar formas especiais de expressão, recursos distintos daqueles com os quais podemos contar com o tipo de fala mais arregimentada segundo as regras sintáticas e semânticas que presumimos que há em uma língua e que são tacitamente aceitas pelos falantes que a empregam. Mas esse mesmo exame dos contextos de comunicação nos mostra também que há relações indissociáveis entre o que se diz, a situação na qual isso é dito e as opiniões dos falantes tanto sobre a situação na qual se encontram, e dizem algo, como sobre o que dizem em tal situação. Em outras palavras, o uso da linguagem é indissociável do conhecimento humano, não apenas daquele que a linguagem supostamente veicula, mas daquele que é necessário para seu uso.

Assim, basicamente, uma análise geral dos contextos de comunicação nos revela que o falante possui opiniões sobre dois tipos de coisas: as significações das expressões que utiliza e as coisas com as quais as correlaciona. Essas correlações podem ser de diversos tipos e se darem com maior ou menor complexidade, mas a comunicação não seria possível sem elas. Mesmo com base em uma análise pragmática, a semântica não pode prescindir das ideias das significações das expressões e das coisas ou estados de coisas com os quais tais expressões podem ser cor-

relacionadas, porque o falante não pode prescindir disso e deixar de fazer os dois tipos de relações. Por isso, as diversas teorias do significado e da referência que examinamos nos capítulos anteriores e as aplicações e pressupostos que discutimos neste capítulo sempre contêm algum *grão de verdade*, para empregarmos uma metáfora. Elas podem não ser — e aparentemente não são mesmo — expressões definitivas e inatacáveis de uma adequada compreensão da dimensão semântica da linguagem humana, mas elas nos permitem perceber, de qualquer modo, diversos pontos relevantes sobre as consequências semânticas — para a significação — do uso de formas do discurso e das diversas funções que a linguagem desempenha nas relações humanas.

* * *

Questões sobre o capítulo 5

1. Quais são as principais diferenças entre as teorias criteriais e as teorias definicionais da significação?
2. Por que a teoria criterial de Carnap no *Aufbau* é fenomenalista?
3. De que maneira podem ser verificados os enunciados teóricos segundo Carnap?
4. Por que a teoria verificacionista de Carnap permite eliminar a metafísica? Em que sentido exatamente se toma nesse caso o termo 'metafísica'?
5. Qual é a diferença básica, segundo Davidson, de falar em condições de verdade em lugar de condições de verificação?
6. Por que a concepção semântica da verdade, de Tarski, se presta aos objetivos do programa de Davidson?
7. Por que, do ponto de vista de Davidson, o conceito de verdade é indispensável para a atividade de interpretação?
8. Explique a crítica de Quine ao positivismo lógico em relação à distinção entre analítico e sintético.

9. Explique a crítica de Quine ao positivismo lógico em relação ao reducionismo.
10. De que forma pragmática Quine faz a distinção entre sentenças observacionais e teóricas?
11. Explique o critério de compromisso ontológico de Quine.
12. Por que a posição de Quine envolve a noção de esquema conceitual e que críticas Davidson faz a essa posição?
13. Explique os Princípios de Cooperação e da Navalha de Ockam Modificada, de Grice.
14. Descreva as concepções substitutiva, comparativa e interativa da metáfora.
15. Por que a análise dos contextos de comunicação é relevante para as questões da semântica filosófica?

Leituras recomendadas

CARNAP, 1980, Pseudoproblemas na filosofia.
QUINE, 1980d: Dois dogmas do empirismo.
QUINE, 1980c: Sobre o que há.
STRAWSON, 1980: Significação e verdade.

Atividade

Com base no estudo deste capítulo, inclusive a leitura de alguns dos textos acima recomendados para leitura complementar e nas respostas dadas às questões acima propostas, procure dissertar sobre os seguintes temas:

(A) As diferenças entre condições de verificação e condições de verdade.
(B) Compromisso ontológico e relatividade ontológica.

Referências Bibliográficas

Entre colchetes estão sempre a indicação da data de primeira publicação do original da obra ou de sua primeira edição.

ALSTON, William P. *Philosophy of Language*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1964.

ALSTON, William P. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

AUSTIN, John L. *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1979 [1961].

AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1980 [1962].

BLACK, Max. *Models and Metaphors. Studies in Language and Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1981 [1962].

BLACK, Max. More About Metaphor. *In* ORTONY, Andrew (org.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 19–43.

BOYD, Richard N. Metaphor and Theory Change: What is 'Metaphor' is a Metaphor for. *In* ORTONY, Andrew (org.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 356–408.

BOYD, Richard N. Realism, Anti-Foundationalism and the Enthusiasm for Natural Kinds. *Philosophical Studies* 61, 1991, p. 127–148.

CARNAP, Rudolf. The Elimination of Metaphysics through Logical Analysis of Language. In AYER, A. J. (org.), *Logical Positivism*. Nova York: Free Press, 1959, p. 60–81.

CARNAP, Rudolf. Pseudoproblemas na filosofia. (Col. os Pensadores, vol. Schlick, Carnap.) São Paulo: Abril, 1980, p. 143–169.

CARNAP, Rudolf. *Meaning and Necessity. A Study in Semantics and Modal Logic*. 2ª edição. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1988 [1956].

CARNAP, Rudolf. *The Unity of Science*. Bristol: Thoemmes Press, 1995 [1934].

CARNAP, Rudolf. *The Logical Syntax of Language*. Chicago e La Salle, Ill.: Open Court, 2002 [1937].

CARNAP, Rudolf. *The Logical Structure of the World*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2003a [1969/1928].

CARNAP, Rudolf. Pseudoproblems in Philosophy. *Apud* CARNAP, Rudolf, *The Logical Structure of the World*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2003b [1969/1928], p. 301–343.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. *Cartesian Linguistics. A Chapter in the History of Rationalist Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1965].

DAVIDSON, Donald. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

DAVIDSON, Donald. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001 [1984].

DEWEY, John. *Experience and Nature*. Chicago e La Salle, Ill.: Open Court, 1997 [1925].

DEWEY, John. *Experiência e natureza (capítulos I e V)*. (Col. os Pensa-

dores, vol. Dewey.) São Paulo: Abril, 1980, p. 1–52.

DUTRA, Luiz H. de A. *Verdade e investigação. O problema da verdade na teoria do conhecimento*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2001.

DUTRA, Luiz H. de A. A Pragmatic View of Truth. *Principa*, vol. 8 (2), 2004, p. 259–277.

DUTRA, Luiz H. de A. A Ciência e o Conhecimento Humano como Construção de Modelos. *Philósophos*, vol. 11 (2), 2006a, p. 271–310.

DUTRA, Luiz H. de A. Modelos, Analogias e Metáforas na Investigação Científica. *Filosofia Unisinos*, vol. 7, n. 2, 2006b, pp. 126–143.

DUTRA, Luiz H. de A. *Pragmática da investigação científica*. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

DUTRA, Luiz H. de A. Models and the Semantic and Pragmatic Views of Theories. *Principia*, vol. 12 (1), 2008b, pp. 73–86.

DUTRA, Luiz H. de A. Russell. *In* PECORARO, R. (org.), *Os filósofos. Clássicos da filosofia*, vol. II, De Kant a Popper. Rio de Janeiro e Petrópolis: PUC-Rio, Vozes, 2008c, p. 254–280.

DUTRA, Luiz H. de A. *Introdução à teoria da ciência*. 3ª edição revista e ampliada. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.

DUTRA, Luiz H. de A. *Introdução à epistemologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DUTRA, Luiz H. de A. Natural Kinds as Scientific Models. *In* Krause, D. e Videira, A. (orgs.), *Brazilian Studies in Philosophy and History of Science: An Account of Recent Works* (Boston Studies in the Philosophy of Science). Dordrecht: Springer, 2011, p. 141–150.

DUTRA, Luiz H. de A. *Pragmática de modelos: Natureza, estrutura e*

uso dos modelos científicos. São Paulo: Edições Loyola, 200+.

FREGE, Gottlob. *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Peter Geach e Max Black (orgs.). Oxford: Blackwell, 1960.

FREGE, Gottlob. Sentido e denotação. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix e EDUSP, 1978.

GRICE, Herbert Paul. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Mass., e Londres: Harvard University Press, 1991.

HAACK, Susan. *Philosophy of Logics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*, São Paulo: Editora UNESP, 1998.

KIRKHAM, Richard L. *Theories of Truth*. Cambridge, Mass., e Londres: The MIT Press, 1995.

KIRKHAM, Richard L. *Teorias da verdade*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

KRIPKE, Saul A. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996 [1972].

KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

KUHN, Thomas S. Dubbing and Redubbing: The Vulnerability of Rigid Designation. *In* Savage, C. W. (org.), *Scientific Theories*. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. XIV. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990, p. 298–318.

KUHN, Thomas S. *The Road since Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

KUHN, Thomas S. *O caminho desde a Estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990 [1690].

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. (Col. os Pensadores, vol. Locke.) São Paulo: Abril, 1980 [1690], p. 133–344.

LYCAN, William G. *Philosophy of Language. A Contemporary Introduction*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.

LYONS, John. *An Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e EDUSP, 1979.

MILL, John S. *A System of Logic — Ratiocinative and Inductive*. Honolulu, Havaí: University Press of the Pacific, 2002 [1843].

MILL, John S. *Sistema de lógica indutiva e dedutiva*. (Col. os Pensadores, vol. Bentham, Mill.) São Paulo: Abril, 1989, p. 79–255.

MORRIS, Charles. *Signs, Language, and Behavior*. Nova York: George Braziller Inc., 1955.

MORRIS, Charles. *Foundations of the Theory of Signs*. International Encyclopedia of Unified Science, vol. 1, n. 2. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1975 [1938].

MORTARI, Cézar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PEIRCE, Charles S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Volume 2. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1932.

PEIRCE, Charles S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Volume 5. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1935.

PUTNAM, Hilary. On the Meaning of 'Meaning'. *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 215–271.

QUINE, Willard van O. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1960.

QUINE, Willard van O. On What There Is. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961a [1953], p. 1–19.

QUINE, Willard van O. Two Dogmas of Empiricism. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961b [1953], p. 20–46.

QUINE, Willard van O. Ontological Relativity. *Ontological Relativity and Other Essays*. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1969a, p. 26–68.

QUINE, Willard van O. Natural Kinds. *Ontological Relativity and Other Essays*. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1969b, p. 114–138.

QUINE, Willard van O. Epistemology Naturalized. *Ontological Relativity and Other Essays*. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1969c, p. 69–90.

QUINE, Willard van O. Propositional Objects. *Ontological Relativity and Other Essays*. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1969d, p. 137–160.

QUINE, Willard van O. Meaning and Truth. *Philosophy of Logic*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1970, p. 1–14.

QUINE, Willard van O. Significação e verdade. *Filosofia da lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

QUINE, Willard van O. Relatividade ontológica. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980a, p. 133–156.

QUINE, Willard van O. Espécies naturais. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980b, p. 185–199.

QUINE, Willard van O. Sobre o que há. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980c, p. 217–229.

QUINE, Willard van O. Dois dogmas do empirismo. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980d, p. 231–248.

QUINE, Willard van O. Epistemologia naturalizada. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980e, p. 157–169.

QUINE, Willard van O. Objetos proposicionais. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980f, p. 201–213.

QUINE, Willard van O. *Pursuit of Truth*. Cambridge, Mass., e Londres: Harvard University Press, 1990.

QUINE, Willard van O. *From Stimulus to Science*. Cambridge, Mass., e Londres: Harvard University Press, 1995.

RUSSELL, Bertrand. *A filosofia do atomismo lógico*. (Col. os Pensadores, vol. Russell.) São Paulo: Abril, 1989a [1918], p. 53–135.

RUSSELL, Bertrand. Da denotação. (Col. os Pensadores, vol. Russell.) São Paulo: Abril, 1989b [1905], p. 3–14.

RUSSELL, Bertrand. *The Philosophy of Logical Atomism*. Chicago e La Salle, Ill.: Open Court, 1996 [1918].

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *Logic and Knowledge*. Londres e Nova York: Routledge, 2005a [1956/1905], p. 39–56.

RUSSELL, Bertrand. Mathematical Logic as Based on the Theory of Types. *Logic and Knowledge*. Londres e Nova York: Routledge, 2005b [1956/1908], p. 59–102.

RYLE, Gilbert. *The Concept of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002 [1949].

RYLE, Gilbert. The Theory of Meaning. *In* Mace, C. A. (org.), *British Philosophy in the Mid-Century*. Londres: George Allen & Unwin, 1957, p. 239–264.

RYLE, Gilbert. A teoria da significação. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980, p. 53–70.

SEARLE, John R. Proper Names. *Mind* 67, 1958, p. 167–173.

SEARLE, John R. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SEARLE, John R. *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, John R. O que é a linguagem: algumas observações preliminares. *In* Tsohatzidis, Savas L. (org.), *A filosofia da linguagem de John Searle*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SKINNER, Burrhus F. *Verbal Behavior*. Acton, Mass.: Copley, 1992 [1957].

SOAMES, Scott. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century*. 2 volumes. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2003.

SOAMES, Scott. *Philosophy of Language*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2010

STRAWSON, Peter F. *Logic-Linguistic Papers*. Londres: Methuen, 1971.

STRAWSON, Peter F. Significação e verdade. (Col. os Pensadores, vol. Ryle, Strawson, Austin, Quine.) São Paulo: Abril, 1980, p. 331–345.

TARSKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade. Textos clássicos de Tarski*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

WHITEHEAD, Alfred N.; RUSSELL, Bertrand. *Principia Mathematica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1910.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Londres: Routledge, 1961 [1921].

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. (Col. os Pensadores, vol. Wittgenstein.) São Paulo: Abril, 1980 [1953].

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 1993 [1921].

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 2001 [1953].